

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE ARTES  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARTES**

**FABIENE PASSAMANI MARIANO**

**PATRIMÔNIO E MEMÓRIA:  
O Divino em Viana do Espírito Santo**

**VITÓRIA  
2012**

**FABIENE PASSAMANI MARIANO**

**PATRIMÔNIO E MEMÓRIA:  
O Divino em Viana do Espírito Santo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Artes, na linha de pesquisa Patrimônio e Cultura.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Aissa Afonso Guimarães

**VITÓRIA  
2012**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

Mariano, Fabiene Passamani, 1975-

M333p Patrimônio e memória : O Divino em Viana do Espírito Santo /  
Fabiene Passamani Mariano. – 2012.

146 f. : il.

Orientadora: Aissa Afonso Guimarães.

Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal do  
Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Festa do Divino – Viana (ES). 2. Patrimônio cultural. 3.  
Simbolismo cristão. I. Guimarães, Aissa Afonso. II. Universidade  
Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 7

---

**FABIENE PASSAMANI MARIANO**

**PATRIMÔNIO E MEMÓRIA:  
O Divino em Viana do Espírito Santo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Artes, na área de concentração Teoria e História da Arte, nalinha de pesquisa em Patrimônio e Cultura.

Aprovada em

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Profª Drª Aissa Afonso Guimarães  
Universidade Federal do Espírito Santo (PPGA-UFES)  
Orientadora

---

Profª Drª Maria Cristina Correia Leandro Pereira  
Universidade de São Paulo (USP)

---

Profª Drª Sonia Missagia Matos  
Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCS-UFES)

## DEDICATÓRIA

À cidade de Viana, lugar que tanto amo, que neste ano de 2012 comemora seus 150 anos de Emancipação Política e o Bicentenário da Imigração Açoriana no Espírito Santo.

Ao meu avô João Furtado, do qual herdei a descendência açoriana, grande exemplo de amor ao próximo e dedicação familiar. Saudades eternas de sua ternura e do seu abraço!

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, presença constante em meu espírito, auxílio em minhas escolhas e conforto nas horas difíceis, agradeço pelas pessoas e situações que oportunizam as superações de minha existência.

À minha família, em especial ao meu filho Caio, meu marido Marcelo, meus pais Gil e Ednéa, meu irmão Gilvan e minha vó Joacila, pelo apoio, pela torcida, pelos gestos de carinho... Nas incontáveis horas de ausência do convívio familiar para me dedicar aos estudos, a certeza do amor incondicional de vocês preencheu a minha vida de ternura e perseverança.

À minha orientadora Aíssa Guimarães pelos ensinamentos, pela serenidade e pelo incentivo na condução desta pesquisa sobre o Patrimônio Cultural do Espírito Santo.

Aos colegas de curso: Rosa, Clair, Iris, Jamile, Fuviane, Raquel, Aline e Andressa pelo agradável convívio e produtivas experiências compartilhadas durante o mestrado.

À Prefeita Ângela Maria Sias, pela confiança e pela oportunidade que me concedeu de trabalhar como Secretária de Cultura da minha cidade. Por todo incentivo e apoio na realização dos projetos que muito contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Equipe da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo de Viana (SEM CET), pelo apoio e pela empolgação que proporcionaram à minha trajetória profissional no decorrer desses anos, me fazendo acreditar que a construção de um mundo melhor é possível a partir do momento que valorizamos as pessoas e buscamos a realização de sonhos coletivos.

Aos membros da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Viana pela colaboração ao desenvolvimento deste trabalho: Padre Luís Oggioni, Maisa, D. Luiza Grijó, Tia Felícia, Aidê, Tânia Siqueira, D. Ivonete e Sr. Alcelino Lyrio. Agradecimentos especiais aos Imperadores e Imperatrizes dos anos de 2010 a 2012: Patrícia Firme e Paulo Grijó; Carla Freire e Diego Gava; Angela e Marcos Balestrero.

## EPÍGRAFE

“Através dos tempos, o ilhéu [açoriano]  
procurou noutras paragens  
espaço, pão e justiça.

Na mente trazia a esperança de riqueza  
às costas, a ilha  
no seu coração, o culto ao Espírito Santo”.

**Manuel F. Duarte**

## RESUMO

A Festa do Divino Espírito Santo, tradição religiosa e herança cultural da imigração açoriana na cidade de Viana- ES é o objeto central desta pesquisa. As atividades que desencadeiam esta importante celebração são realizadas em honra e agradecimento à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, o Espírito Santo, pelas distintas graças e milagres alcançados, sendo considerada a festa da partilha e da solidariedade. Uma festa cíclica, que acontece na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição desde o ano de 1817 e celebra a vinda de Pentecostes, ou seja, a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos de Jesus Cristo. A Festa do Divino Espírito Santo em Viana apresenta, em sua concepção e simbologia, diversos objetos de culto e rituais religiosos que a tornam singular em seus atributos estéticos e performáticos. A investigação sobre a festa foi baseada na metodologia desenvolvida pelo IPHAN para o registro do patrimônio cultural imaterial, abordando os conceitos de patrimônio e memória, bem como a trajetória e o desenvolvimento das políticas públicas culturais destinadas ao patrimônio imaterial no Brasil. Neste estudo foi analisada a simbologia do Divino Espírito Santo a partir de seus objetos de culto e rituais, sendo classificados em: símbolos do conjunto alimentar; símbolos do culto católico e símbolos do poder imperial. A partir das imagens fotográficas coletadas durante a observação participativa nas festas realizadas em Viana nos anos de 2010 a 2012, foram traçados paralelos com outras duas festas acompanhadas através de viagens de estudos à Ilha Terceira (Açores) e Califórnia (Estados Unidos).

Palavras-chave: Divino Espírito Santo. Viana-ES. Açores. Simbologia. Culto. Festa. Patrimônio Cultural Imaterial.



## **ABSTRACT**

The Feast of the Holy Spirit, religious tradition and cultural heritage of the Azorean immigration in the city of Viana - ES is the object of this research. Activities that trigger this important celebration is held in honor and gratitude to the Third Person of the Trinity, the Holy Spirit, through the various graces and miracles achieved, considering the feast of sharing and solidarity. A feast cyclical, what happens in the Church of Nossa Senhora da Conceição since the year 1817, celebrating the coming of Pentecost, or the descent of the Holy Spirit upon the apostles of Jesus Christ. The Feast of the Holy Spirit in Viana presents in its design and symbolism, many objects of worship and religious rituals that make it unique in its aesthetic attributes and performers. Research on the feast was based on methodology developed by IPHAN to record the intangible cultural heritage, addressing the concepts of heritage and memory as well as the history and development of public policies aimed at cultural intangible heritage in Brazil. In this study we analyzed the symbolism of the Holy Spirit from their objects of worship and rituals and are classified as: symbols of the whole food; symbols of Catholic worship and symbols of imperial power. From the images collected during participant observation in the festivals held in Viana in the years 2010 and 2011, were drawn parallel with two other parties accompanied by field trips to the island of Terceira (Azores) and California (United States).

Keywords: Divine Spirit Ghost. Viana-ES. Azores. Symbology. Worship. Feast. Intangible Heritage Cultural.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Fotografia de desfile escolar na cidade de Viana-ES. Tema: 1 <sup>a</sup> Festa do Divino Espírito Santo.	22
Figura 2	Gravura que ilustra o processo de ocupação de Viana com a chegada dos Açorianos à localidade.	55
Figura 3	Fotografia da vista frontal da Igreja Matriz N. Sr <sup>a</sup> da Conceição de Viana-ES.	57
Figura 4	Fotografia da “Sopa do Divino” servida na Festa do Divino Espírito Santo na Ilha Terceira – Açores	70
Figura 5	Fotografia da procissão do Divino Espírito Santo na cidade de Viana. Imperadores: Sr. Theodomiro Pery Miranda e Sr <sup>a</sup> Felícia Pimentel.	75
Figura 6	Fotografia da entrada da procissão das bandeiras dos sete dons do Divino Espírito Santo na Igreja de N. Sra da Conceição, Viana –ES.	77
Figura 7	Fotografia da Missa do Imperador no Domingo de Pentecostes, na Igreja de N. Sra da Conceição em Viana-ES.	79
Figura 8	Fotografia do casal de Imperadores que atuou na Festa do Divino de 2010 em Viana: Patrícia e Paulo	82
Figura 9	Fotografia do casal de Imperadores que atuou na Festa do Divino de 2011 em Viana: Diego e Carla	82
Figura 10	Fotografia do casal de Imperadores Patrícia e Paulo na procissão do que visita as casas que irão receber a bandeira dos Sete Dons.	83
Figura 11	Fotografia do casal de Imperadores Paulo e Patrícia durante a procissão da Imperatriz, na véspera de Pentecostes.	85
Figura 12	Fotografia da Imperatriz da Festa do Divino de 2010, Patrícia, durante a procissão do Dia de Pentecostes “Domingo do Divino”.	86

Figura 13	Fotografia do casal de Imperadores da Festa do Divino de 2011: Diego e Carla, retornando da procissão do Imperador, no Domingo de Pentecostes.	87
Figura 14	Fotografia do almoço comunitário da Festa do Divino de 2011, realizado no pátio externo da Igreja Matriz em Viana.	88
Figura 15	Fotografia do Leilão realizado no Domingo da Festa do Divino em Viana, logo após o almoço comunitário em 2011.	88
Figura 16	Fotografia dos gansos leiloados no Domingo da Festa do Divino em Viana, logo após o almoço comunitário em 2011.	88
Figura 17	Fotografia do casal de Imperadores da Festa do Divino de 2011: Carla e Diego, após receberem a hóstia, na Missa de Pentecostes.	91
Figura 18	Fotografia do mastro da Bandeira do Divino utilizada na Festa de São Brás, Ilha Terceira, Açores.	93
Figura 19	Fotografia do casal de Festeiros beijando as esmolas antes de distribuí-las às famílias que ajudaram na organização da Festa do Divino em São Brás, Ilha Terceira, Açores.	96
Figura 20	Fotografia das esmolas antes de serem distribuídas na Festa do Divino em São Brás, Ilha Terceira, Açores.	96
Figura 21	Fotografia da celebração religiosa que aconteceu no pátio externo da igreja, durante a Festa do Divino em São Brás, na Ilha Terceira, Açores.	99
Figura 22	Fotografia de um altar montado para a Festa do Divino de Vila Carrão em São Paulo.	100
Figura 23	Fotografia dos símbolos do conjunto alimentar registrados na Festa de São Brás, na Ilha Terceira, Açores.	102
Figura 24	Fotografia dos símbolos do conjunto alimentar registrados na Festa de São Brás, na Ilha Terceira, Açores.	102
Figura 25	Fotografia do almoço comunitário sendo servido na Festa do Divino em Viana.	102

Figura 26	Fotografia do Bodo servido na Festa do Divino de São Brás na Ilha Terceira, Açores.	103
Figura 27	Fotografia da Procissão na Festa de San Jose, na Califórnia, Estados Unidos.	104
Figura 28	Fotografia da sopa do Divino servida na Festa de San Jose, na Califórnia, Estados Unidos.	104
Figura 29	Fotografia de um alfenim leiloado na Festa do Divino de São Brás, na Ilha Terceira, Açores.	105
Figura 30	Fotografia de dois alfenins leiloados na Festa do Divino de São Mateus, na Ilha Terceira, Açores.	105
Figura 31	Fotografia de uma rosquilha servida na Festa do Divino em São Brás, na Ilha Terceira, Açores.	106
Figura 32	Fotografia de uma cesta de Pães do Divino na procissão da Festa de São Brás, na Ilha Terceira, Açores.	106
Figura 33	Fotografia da procissão realizada na Festa do Divino de São Brás, na Ilha Terceira, Açores.	106
Figura 34	Fotografia da cerimônia de entrega dos pães abençoados durante a Festa do Divino de São Brás, na Ilha Terceira, Açores.	107
Figura 35	Fotografia de fatias de Pão do Divino e Tremoços servidos no Império de São Brás, durante a Festa do Divino Espírito Santo na Ilha Terceira.	108
Figura 36	Fotografia do vinho armazenado em barris para ser servido durante a Festa do Divino de São Brás, na Ilha Terceira, Açores.	109
Figura 37	Fotografia do Cozido Açoriano servido na Festa do Divino de São Brás, na Ilha Terceira, Açores.	111
Figura 38	Fotografia das Esmolas antes de serem abençoadas e distribuídas na Festa do Divino de São Brás, na Ilha Terceira, Açores.	112

Figura 39	Fotografia do detalhe de uma capa utilizada durante o desfile cerimonial na Festa do Divino em San Jose, na Califórnia, EUA.	113
Figura 40	Fotografia do altar da Igreja Matriz N. Sra da Conceição em Viana.	114
Figura 41	Fotografia de uma religiosa em momento de devoção no altar da Igreja Matriz N. Sra da Conceição em Viana.	116
Figura 42	Fotografia do detalhe da Pomba do Divino Espírito Santo utilizada na festa de Viana.	118
Figura 43	Fotografia da coroa do Divino utilizada na festa de San José, na Califórnia-EUA.	119
Figura 44	Fotografia da coroa do Divino utilizada na festa de Viana, no Espírito Santo.	119
Figura 45	Fotografia de uma capa (em exposição), utilizada durante a festa do Divino Espírito Santo em San José, na Califórnia, EUA.	120
Figura 46	Fotografia de uma capa (em exposição), utilizada durante a festa do Divino Espírito Santo em San José, na Califórnia, EUA.	120
Figura 47	Fotografia de um Império localizado na Ilha Terceira, Açores.	123
Figura 48	Fotografia de um Império localizado na Ilha Terceira, Açores.	123
Figura 49	Fotografia de um Império localizado na Ilha Terceira, Açores.	124
Figura 50	Fotografia do Império de São Brás, localizado na Ilha Terceira, Açores.	125
Figura 51	Fotografia do exterior do Império de São Brás, localizado na Ilha Terceira, Açores.	126
Figura 52	Fotografia do interior do Império de São Brás, localizado na Ilha Terceira, Açores.	126

Figura 53	Fotografia do convívio das pessoas no interior do Império de São Brás, localizado na Ilha Terceira, Açores.	126
Figura 54	Fotografia das bandeiras hasteadas durante a Festa do Divino em São Brás, na Ilha Terceira, Açores.	127
Figura 55	Fotografia do detalhe da bandeira do Divino utilizada na Festa de São Brás, Ilha Terceira, Açores.	128
Figura 56	Fotografia de um Estandarte utilizado na Festa de San Jose, CA, EUA.	130
Figura 57	Fotografia do detalhe da Coroa do Divino utilizada na Festa de Viana, ES.	132
Figura 58	Fotografia da Coroa utilizada durante a Festa do Divino em São Brás, na Ilha Terceira, Açores.	133
Figura 59	Fotografia das Coroas utilizadas durante a Festa do Divino em San Jose, na Califórnia, EUA.	134
Figura 60	Fotografia da Coroa utilizada durante as funções e os bodos na Festa do Divino em São Brás, na Ilha Terceira, Açores.	134
Figura 61	Fotografia das Coroas utilizadas durante a Festa do Divino em São Brás, na Ilha Terceira, Açores.	135
Figura 62	Fotografia da Coroa utilizada na Festa do Divino em Viana, na Espírito Santo.	135
Figura 63	Fotografia do detalhe da Coroa do Divino, aplicada na fachada do Império localizado na Ilha Terceira.	136
Figura 64	Fotografia do detalhe da Coroa do Divino, aplicada na fachada do Império localizado na Ilha Terceira.	136
Figura 65	Fotografia da cerimônia de Coroação do Imperador, realizada durante a Festa do Divino em San José, Califórnia, EUA.	137
Figura 66	Fotografia dos Imperadores de Viana do ano de 2011, carregando os objetos de culto durante a procissão do Domingo do Divino.	138

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
2	<b>MEMÓRIA E PATRIMÔNIO</b> .....	22
2.1	A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE PATRIMÔNIO.....	28
2.2	A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DO PATRIMÔNIO.....	32
2.3	PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NO BRASIL.....	39
2.4	FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO: Patrimônio Cultural Imaterial.....	50
3	<b>A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO: dos Açores para Viana</b> .....	54
3.1	AS ORIGENS DO CULTO AO DIVINO ESPÍRITO SANTO.....	58
3.1.1	AS ANTIGUIDADES JUDAICA E CRISTÃ.....	59
3.1.2	A CONTRIBUIÇÃO DE JOAQUIM DE FIORE.....	61
3.1.3	ALENQUER E A RAINHA SANTA ISABEL.....	64
3.1.4	A CHEGADA DO CULTO NOS AÇORES.....	68
3.1.5	A CHEGADA DO CULTO NO BRASIL.....	72
3.2	O DIVINO EM VIANA: uma tradição que se perpetua.....	74
4	<b>A SIMBOLOGIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO</b> .....	93
4.1	SÍMBOLOS DO CONJUNTO ALIMENTAR.....	101
4.2	SIMBOLOS DO CULTO CATÓLICO.....	112
4.3	SIMBOLOS DO MODELO IMPERIAL.....	120
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	139
6	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	142

## 1. INTRODUÇÃO

A Festa do Divino Espírito Santo na cidade de Viana - tradição cultural e religiosa herdada dos imigrantes açorianos, que acontece anualmente na Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição desde o ano de 1817 - é o objeto desta pesquisa que aborda a proximidade entre fenômenos estéticos e religiosos no ritual que constitui esta celebração religiosa a partir dos conceitos de patrimônio e memória. Uma festa mesclada de rituais de louvor e outras homenagens, com duração aproximada de uma semana, celebrando a vinda do Espírito Santo sobre os apóstolos de Jesus Cristo, apresentando sua culminância no Domingo de Pentecostes, ou seja, cinquenta dias após a Páscoa Cristã. Como em outras festas devocionais de grande porte, ela instaura transformações na sociedade local e na vida pessoal dos participantes.

Nesta pesquisa, trabalhamos a Festa do Divino Espírito Santo, que se projeta no cotidiano cristão católico como a festa da esperança e do consolo, pois representa a garantia de que o Espírito Santo – Divindade Pentecostal – está e estará sempre com seus fiéis, refletindo o valor comunitário desse culto.

Neste estudo tratamos dos rituais, objetos e conceitos que fazem da festa um processo sociocultural de expressão religiosa. A organização da Festa do Divino Espírito Santo caminha no sentido de mostrar os modos de organização dos segmentos na cidade, revelando a plástica e as performances pertinentes aos rituais do culto, realizando um processo de inclusão social e participativa. Foi de extrema relevância para esta pesquisa a análise do surgimento, da permanência, das inclusões, das mudanças e das ressignificações dessa festa realizada há quase duzentos anos na cidade de Viana, localizada no estado do Espírito Santo.

Acompanhamos, através da observação participativa e registros fotográficos, as Festas do Divino Espírito Santo realizadas em Viana nos anos de 2010 a 2012, sendo que, para o registro da festa do ano de 2011, foi contratado o



fotógrafo Tom Boechat para realizar a cobertura fotográfica do evento a partir das nossas orientações.

No ano de 2010 foram realizadas duas viagens de pesquisa, sendo a primeira em junho para observação da Festa do Divino Espírito Santo na comunidade de San José, situada na Califórnia-EUA e a segunda em julho para pesquisa de campo na Ilha Terceira (onde há o maior número de Festas do Divino Espírito Santo, realizadas no período entre maio a setembro de todos os anos), situada no arquipélago dos Açores, em Portugal. Em junho de 2012, por ocasião de minha participação no Congresso Internacional sobre Festas do Espírito Santo, foi possível realizar uma nova viagem de estudos aos Açores, onde participei de outras duas festas na Ilha Terceira. A partir da soma dessas experiências foi coletado um material bastante significativo que muito contribuiu para o desenvolvimento desta dissertação.

Os levantamentos e registros fotográficos dos principais aspectos da festa durante os anos de acompanhamento desta pesquisa foram relacionados a diversos temas: a imigração açoriana e suas tradições culturais na cidade de Viana; a simbologia da Festa do Divino Espírito Santo em seus elementos e suas funções e as origens da festa. A literatura existente sobre o assunto é, em sua maioria, direcionada ao registro da Festa do Divino Espírito Santo nos Açores e em outros países que preservam essa tradição cultural açoriana: Brasil, Canadá, Estados Unidos e Portugal Continental. Buscamos o registro e a compreensão da Festa do Divino Espírito Santo na cidade de Viana-ES, analisando seu processo histórico, bem como as origens desta celebração religiosa e cultural. Outra questão que merece destaque neste trabalho é o estudo dos objetos de culto e sua simbologia, em seus aspectos materiais e imateriais, além de seus elementos e funções.

De uma forma objetiva, a celebração do culto ao Espírito Santo consiste em ideias e comportamentos, sendo apreendida e transmitida por meio da aprendizagem e da comunicação. Em cada localidade onde é executada podem existir algumas variações nos rituais, consequência direta da diferença cultural, manifestada por meio dos usos e costumes da localidade. Diante disso, fez-se necessário um estudo interdisciplinar para atender as proposições

deste trabalho, envolvendo os estudos de história, cultura, patrimônio e memória.

A fim de conhecer melhor a problemática dos espaços e sujeitos envolvidos na realização da festa e melhor compreender a inter-relação entre as manifestações culturais de uma dada sociedade, aplicamos uma metodologia que foi desenvolvida em três estágios. No primeiro estágio, foi realizada a análise bibliográfica do referencial teórico, desde as questões conceituais sobre cultura, patrimônio e memória, como também as discussões sobre a trajetória do patrimônio cultural no Brasil, finalizando com os estudos sobre as Festas do Divino Espírito Santo realizadas nos Açores e em alguns estados brasileiros.

No segundo estágio passamos para a pesquisa de campo, sendo esta desenvolvida a partir da observação participativa da Festa do Divino Espírito Santo na cidade de Viana nos anos de 2010 a 2012, entrevistas aplicadas aos participantes da Festa (religiosos, organizadores e frequentadores), visitas técnicas, viagens de estudos para observação da Festa do Divino Espírito Santo nos Estados Unidos e nos Açores (junho/julho de 2010 e maio de 2012), registros fotográficos e anotações de campo.

O terceiro e último estágio foi dedicado à análise do material coletado nas pesquisas de campo a partir do referencial teórico lido.

Ao desenvolver os estudos de contextualização da Festa do Divino Espírito Santo na cidade de Viana, procuramos também descrever o modo como a festa envolve a cidade e seus habitantes, estruturando algumas formas de sociabilidade na vida local. Em seguida, descrevemos seus principais eventos, observados e devidamente registrados durante os anos de 2010 a 2012: encontros de preparação, captação de recursos, divulgação, terços, novenas, procissões, missas e atividades culturais realizadas numa espécie de arraial, no pátio externo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

Esta pesquisa teve como referenciais teóricos alguns autores que se ocuparam das particularidades, diálogos e desdobramentos dos conceitos de memória e patrimônio no campo cultural. Assim, os estudos foram desenvolvidos de acordo com as pesquisas de Jacques Le Goff, Françoise Choay e Andreas

Huysen, considerando a contribuição científica que esses escritores concederam à historiografia contemporânea através de suas reflexões sobre o tema, a partir das relações temporais. Outra abordagem adotada nesta pesquisa diz respeito à reflexão sobre o patrimônio e suas relações com o futuro das sociedades e seus bens culturais. Para o desenvolvimento dos referidos temas, a partir da realidade brasileira, trabalhamos com os seguintes autores: Lúcia Lippi Oliveira, Maria Cecília Londres Fonseca, José Reginaldo Santos Gonçalves, Márcia Sant´anna, Regina Abreu e Mario Chagas.

A respeito dos autores que se dedicam à pesquisa de assuntos relacionados à história e aos costumes açorianos usamos como referência as obras dos escritores portugueses: Antonieta Costa, Francisco Ernesto de Oliveira Martins e João Leal. Foram analisadas as abordagens de cada um deles, pois atuam em diferentes áreas de pesquisa (história, sociologia e antropologia), tendo em comum o mesmo objeto de pesquisa: A Festa do Divino Espírito Santo. Também foram de extrema relevância as contribuições de diversos autores que se dedicaram aos estudos da Festa do Divino Espírito Santo no Brasil: Martha Abreu e José Reginaldo Gonçalves (Rio de Janeiro), Lélia Pereira Nunes (Santa Catarina), Fernando Oliveira de Moraes e Ana Maria R. Camara Araújo (São Paulo), Gustavo Pacheco e Maria Clara Abreu (Maranhão), Ana Cláudia Lima Alves e Carlos Rodrigues Brandão (Goiás) e outros conforme as referências. Com relação aos estudos sobre o estado do Espírito Santo e, especificamente, sobre a formação histórica, geográfica e cultural da cidade de Viana, foram consideradas as pesquisas do historiador vianense Heribaldo Lopes Balestrero.

A partir da observação e do estudo dos conteúdos existentes no dossiê de registro da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis-Go, traçamos um paralelo com a Festa do Divino Espírito Santo de Viana, onde a metodologia utilizada contribuiu como ponto de partida para nossa pesquisa no que diz respeito às divisões temáticas abordadas: lugares, pessoas, rituais, imagens, sons e outros.

Nas pesquisas de campo, foram realizadas diversas entrevistas na cidade de Viana entre os meses de janeiro a março de 2012. Os entrevistados foram

selecionados a partir de suas funções na Festa do Divino Espírito Santo e os roteiros previamente elaborados para auxiliarem no desenvolvimento desta pesquisa, especialmente no que diz respeito à conceitualização e ressignificações da festa. Ao todo foram dez entrevistados<sup>1</sup> que acrescentaram dados importantes de suas memórias a esta dissertação, bem como suas impressões acerca da festa na atualidade e a simbologia dos objetos de culto utilizados na celebração.

Devido ao tempo limitado para a conclusão do curso de mestrado e às diversas possibilidades de pesquisa que se estabeleceram no decorrer deste estudo, não foi possível realizar uma viagem de estudos para a observação participativa da festa na cidade de Pirenópolis. A Festa de Viana, assim como a Festa de Pirenópolis, chegou ao Brasil por meio dos imigrantes açorianos no início do século XIX, trazidas como herança religiosa, constituindo-se como importante tradição, parte integrante do patrimônio cultural.

Um dos fundamentos mais conhecidos da Festa do Divino Espírito Santo é o imenso circuito de trocas, donativos e trabalho voluntário, permitindo a realização dos eventos e cerimônias, bem como a circulação e a sacralização de bens, sejam eles materiais ou imateriais. A Festa do Divino Espírito Santo constitui-se como uma importante celebração do culto católico que mistura elementos sagrados e profanos, manifestações de uma tradição religiosa e cultural em que são associados vínculos celestes e terrenos, articulando tempos e espaços bem distintos. Difundiu-se no Brasil com a vinda dos portugueses - por ocasião da colonização e posteriormente da imigração - desenvolvendo dimensões próprias e peculiares de acordo com a região onde os mesmos se instalaram. Além das manifestações imateriais, que são os encargos ou “papéis” a serem desempenhados durante o preparo e a realização da festa (imperador e imperatriz), são cultuados diversos símbolos atribuídos ao Divino Espírito Santo, como por exemplo: a pomba, a coroa, o mastro, as bandeiras, os trajés, as cores, entre outros. Símbolos estes que

---

<sup>1</sup> Os entrevistados desta pesquisa: Luis Antônio Oggioni (Pároco local); Maisa Lourdes da Silva e Luiza dos Santos Grijó (membros da equipe organizadora da Festa); Alcelino Pereira de Lyrio, Ivonete Trancoso de Lyrio e Felícia Pimentel Vieira (Imperadores da Festa há mais de vinte anos atrás); Patrícia de Oliveira Amancio Firme e Paulo Grijó (Imperadores de 2010); Carla Valéria Freire e Diego Grijó Gava (Imperadores de 2011).

evocam as questões religiosas e que exercem um papel de imagem sacra, carregados de atributos estéticos e simbologias diversas.

Nesta dissertação de mestrado procuramos localizar a festa em seu contexto social e histórico, identificando seus principais agentes. Também foram descritos os mecanismos responsáveis por sua dinâmica: a religião católica e a fé no Divino Espírito Santo, a busca de bênçãos, os atos em agradecimentos às graças alcançadas e outros bens simbólicos e materiais. A Festa do Divino Espírito Santo é baseada na reciprocidade, onde somente se acumula para redistribuir, evidenciando a forma coletiva de produção da festa, através de uma rede solidária que se estabelece no âmbito da família e dos amigos dos organizadores da festa, ou seja, o Imperador e a Imperatriz. Além das famílias, também são acionados os vizinhos, os políticos e os comerciantes locais, fazendo coincidir os territórios da festa com o próprio território do município.

No primeiro capítulo, foram trabalhados os conceitos de patrimônio e memória, os quais norteiam esta dissertação. Apresentamos os caminhos percorridos para a construção da ideia de patrimônio e o estabelecimento das políticas públicas do patrimônio na Europa e no Brasil; a correlação da festa com o conceito de patrimônio cultural imaterial; o exemplo da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis e algumas considerações sobre memória e tradição na contemporaneidade.

No segundo capítulo a pesquisa abordou a trajetória da Festa do Divino Espírito Santo dos Açores para Viana, destacando algumas informações acerca da cidade de Viana e sua relação com os Açores; as origens do culto; a descrição e análise da celebração festiva realizada em Viana.

O terceiro capítulo foi dedicado à análise da simbologia dos objetos de culto, utilizados nas festas acompanhadas durante a realização desta pesquisa: Viana, Califórnia e Açores. As imagens foram agrupadas e classificadas para o estabelecimento de análises comparativas, auxiliando na descrição de cada ritual da Festa do Divino Espírito Santo de Viana.

Nas considerações finais apresentamos as conclusões acerca do registro da Festa do Divino Espírito Santo realizada na cidade de Viana, correlacionando-

as aos objetivos iniciais desta pesquisa e apresentando os desdobramentos e alguns caminhos a serem percorridos após a sistematização deste estudo científico.

## 2. MEMÓRIA E PATRIMÔNIO



Figura 1- Desfile escolar na cidade de Viana, onde um dos temas abordados foi a Festa do Divino Espírito Santo. Fonte: acervo da Biblioteca Municipal de Viana. Fotografia (autoria desconhecida, sem data).

O culto ao Divino Espírito Santo, Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, é uma expressão do catolicismo brasileiro, proveniente das tradições culturais e religiosas herdadas dos portugueses, especialmente dos açorianos durante sua fixação no Brasil. A cidade de Viana, uma das mais antigas do Espírito Santo, foi a única a receber em seu povoamento inicial imigrantes portugueses naturais das Ilhas dos Açores<sup>2</sup>. O objeto desta pesquisa é a Festa do Divino Espírito Santo na cidade de Viana em sua tradição, seus aspectos culturais materiais e imateriais, seus elementos constitutivos, suas funções, seu conjunto de elementos orais, visuais, sociais e históricos, sendo esta a única

---

<sup>2</sup> Arquipélago formado por nove Ilhas (São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico, Faial, Graciosa, Flores, Corvo e Santa Maria), localizado no Oceano Atlântico Norte.

manifestação religiosa e cultural remanescente dos imigrantes açorianos na localidade, que acontece anualmente desde 1817 na Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, perdurando até os dias atuais.

Os conceitos de memória e patrimônio foram utilizados como eixos norteadores das questões de preservação e difusão cultural desta festa, pois dialogam entre si na medida em que são correlacionados e evidenciam o registro de acontecimentos e processos históricos que contribuíram, e ainda contribuem, para a construção da identidade individual ou coletiva, processando conjuntamente as lembranças subjetivas e os registros documentais dessa comunidade. Para usarmos adequadamente a classificação de patrimônio no contexto da Festa do Divino Espírito Santo foi necessário primeiramente identificar estruturas espaciais, objetos, alimentos, rituais, rezas e cânticos e, a partir daí, atribuir um significado peculiar ao conjunto, diferente do entendimento de quem está inserido no processo.

As Festas do Divino Espírito Santo são associadas aos antigos festejos realizados em épocas de colheita, onde se acumulava para a posterior distribuição. São festas que têm as bases fundamentadas na solidariedade e na reciprocidade, unindo as pessoas de uma mesma comunidade em torno de objetivos comuns e religiosos: o agradecimento e o pedido de proteção à divindade.

Sobre as origens dessa Festa, de acordo com a pesquisadora açoriana Antonieta Costa (2008), uma das versões mais divulgadas se localiza entre os séculos XIII e XIX, fazendo referência à cidade de Alenquer em Portugal, tendo a Rainha Isabel e seu esposo, Rei Dom Dinis como idealizadores da celebração. Desde aquela época, o domingo de Pentecostes (cinquenta dias após a Páscoa) era celebrado com banquetes e distribuição de comidas aos pobres, em honra à Santíssima Trindade, exaltando a figura da Terceira Pessoa, o Espírito Santo. Em Portugal, o auge do culto do Espírito Santo coincide com o período mais intenso dos descobrimentos e, desta forma, a festa atingiu muita popularidade na idade média, alcançando a África portuguesa, a Índia e os arquipélagos da Madeira e dos Açores, ganhando o mundo a bordo das naus portuguesas.



No Brasil, foi difundida durante o período colonial, ganhando inúmeras versões, de acordo com a região onde acontecia. A Festa do Divino Espírito Santo pode ser considerada uma das práticas mais antigas e difundidas do catolicismo popular neste país. Assim como outras festas de tradição popular, originárias da Península Ibérica, ela desempenhou neste país um importante papel como mediadora entre as culturas que se confrontavam durante o período colonial. Desta forma, a Igreja passou a considerar as festas religiosas populares como situações propícias à evangelização, incentivando a realização das mesmas, fortalecendo a importância da participação dos fiéis em romarias, procissões e outros rituais de festas dedicadas aos santos. Em tais comemorações constatava-se que as práticas sagradas e profanas se misturavam ou até mesmo se confundiam.

Na vida em sociedade, precisamos do passado para construir e ancorar nossas identidades e memórias, visando alimentar nossa visão de futuro. A memória pessoal pode ser afetada pelo esquecimento, pela negação, pela repressão ou pelo trauma, na intenção de racionalizar e conservar o poder. Já a memória coletiva de uma sociedade, mesmo sendo passível dessa mesma instabilidade, pode ser negociada no campo social de crenças, valores, rituais e instituições. Dessa forma, analisar a trajetória da Festa do Divino Espírito Santo na cidade de Viana, apresentou-se como um dado de extrema relevância para a salvaguarda deste rico patrimônio cultural que, ao longo de sua existência de quase duzentos anos, enfrenta inúmeras dificuldades para sua manutenção.

Analisando os caminhos históricos acerca da importância da memória, podemos afirmar que a segunda metade do século XX foi marcada por uma significativa mudança associada à difusão das novas tecnologias de comunicação, evidenciando o tempo e o espaço como categorias essenciais de percepção histórica, estando ligadas entre si de forma bastante complexa.

Desde a década de 1970, pode-se observar, na Europa e nos Estados Unidos, a restauração historicizante de velhos centros urbanos, cidades-museus e paisagens inteiras, empreendimentos patrimoniais e heranças nacionais, a onda da nova arquitetura de museus (que não mostra sinais de esgotamento), o *boom* das modas retro e dos utensílios *reprô*, a comercialização em massa da nostalgia, a obsessiva automusealização através da câmera de vídeo, a literatura memorialística e confessional, o crescimento dos romances autobiográficos e históricos pós-modernos (com as suas

difíceis negociações entre fato e ficção), a difusão das práticas memorialísticas nas artes visuais, geralmente usando a fotografia como suporte, e o aumento do número de documentários na televisão(HUYSSSEN, 2000, p. 14).

A emergência da memória tem sido uma das preocupações culturais e políticas com maior evidência nas sociedades ocidentais, como também um dos fenômenos mais surpreendentes da contemporaneidade. Os discursos de memória aceleraram-se na Europa e nos Estados Unidos no início da década de 80, impulsionados pelo debate cada vez mais amplo sobre a rememoração de fatos históricos que receberam intensa cobertura da mídia internacional: o fim da segunda guerra mundial em 1945, lembrada em 1985 e 1995; a queda do Muro de Berlim em 1989 e a unificação nacional da Alemanha em 1990. Assim, o foco contemporâneo passa a ser a memória e a temporalidade: “[...] a partir da década de 1980 o foco parece ter-se deslocado dos futuros presentes para os passados presentes.” (HUYSSSEN, 2000, p. 9).

Na tradição ocidental, a memória tem em sua estrutura uma grande força contingencial frente à formação social que a produz. Fatores rituais, míticos, históricos, políticos, psicológicos entre outros, são determinantes na definição do lugar da memória em uma determinada cultura, formando uma rede extremamente complexa. Sem memória, sem a leitura dos restos do passado, não pode haver o reconhecimento da diferença, nem a tolerância das ricas complexidades e instabilidades de identidades pessoais, coletivas, culturais, políticas e nacionais. A memória se tornou uma obsessão cultural de proporções monumentais em todos os pontos do planeta. É importante reconhecer que embora seus discursos possam parecer, de certo modo, um fenômeno global, no seu núcleo eles permanecem ligados às histórias de nações e estados específicos. Esse pensamento preenche uma lacuna importante nas transformações atuais da experiência temporal, impactando diretamente na percepção e na sensibilidade humanas, estando intimamente ligado, em diversas partes do mundo, aos processos de democratização e lutas por direitos humanos e à expansão e fortalecimento das esferas públicas da sociedade civil. Cultura e comunicação se processam de forma semelhante e assim, a velocidade excessiva da transformação nos pressiona a aceitar e

assimilar novos conteúdos, linguagens e paradigmas em espaços de tempo cada vez mais curtos.

Tendo em vista que toda memória inevitavelmente depende de distanciamento e esquecimento, sendo contestada a partir de novas perspectivas e evidências, é de extrema relevância compreender esse processo, pois seria equivocados acreditar na possibilidade de existência de uma memória fundamentalmente pura, completa e transcendente:

Para onde quer que se olhe, a obsessão contemporânea pela memória nos debates públicos se choca com um intenso pânico público frente ao esquecimento, e poder-se-ia perfeitamente perguntar qual dos dois vem em primeiro lugar. É o medo do esquecimento que dispara o desejo de lembrar ou é, talvez, o contrário? (HUYSSSEN, 2000, p. 19).

A memória comum continua sendo o alimento das comunidades e as comunicações de massa por sua vez nos alimentam de produtos artísticos, culturais, sociais e outros originados de tempos passados. A forma como relacionamos a memória ao espaço físico é condicionada pela tecnologia de nossa época. A sociedade moderna é produto da ruptura com a comunidade local, ruptura esta ocasionada primordialmente do desenvolvimento dos transportes rápidos que diminuíram as defasagens fazendo com que um indivíduo pertença mais às muitas redes de comunicação do que ao seu próprio lugar de nascimento. As novas tecnologias de informação em tempo real, a transmissão direta e outras tantas possibilidades nos permitem vivenciar diferentes situações em que a memória torna-se desprovida de contato, afetividade e reciprocidade. Ela é o que nos resta quando nós esquecemos, não havendo desta forma, memória sem esquecimento: “A memória é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento; em suma, ela é humana e social”. (HUYSSSEN, 2000, p. 37).

O fenômeno do esquecimento é ligado principalmente à esfera das comunicações de massa, a memória é sempre ligada à narrativa, não podendo haver memória se não há coisas para contar. O relato em si não é algo ligado à duração e a memória do tempo presente consiste em dilatar a narrativa do imediato que tende a se tornar eterno. Nas antigas sociedades, a palavra e o convívio eram de grande importância. A existência de contadores de histórias

era relevante e também dos pais que falavam às suas crianças. Assim relata Henri Bergson (2006):

As lembranças pessoais, exatamente localizadas, e cuja série desenharia o curso de nossa existência passada, constituem, reunidas, o último e maior invólucro de nossa memória. Essencialmente fugazes, elas só se materializam por acaso, seja porque uma determinação acidentalmente precisa que nossa atitude corporal as atraia, seja porque a indeterminação mesma dessa atitude deixe o campo livre ao capricho de sua manifestação (p. 120).

As culturas representam os valores de um povo, constituídas a partir da interação entre indivíduos socialmente organizados, englobando os modos de vida, sistema de valores, tradições e crenças. São, também, dimensões simbólicas da existência social de cada grupo, eixos construtores das identidades, espaços privilegiados da realização da cidadania, da inclusão social e fatores econômicos geradores de riquezas. Desta forma, assim como as ideias e os comportamentos se constroem por meio da inter-relação social, a cultura de um povo se desenvolve durante a construção de sua própria história:

É preciso compreender as práticas culturais, identificá-las, compreender a sua relação com os lugares, com a cidade, com o ambiente. É preciso conhecer os atores do processo cultural, seja na condição de produtores, de consumidores ou de gestores (CANCLINI, 2003, p.16).

A amplitude da cultura também se consolida no conhecimento e na valorização das tradições populares, transmitidos pelos indivíduos e grupos, em convívio social. Todas as sociedades – rurais ou urbanas, simples ou complexas – possuem cultura. De uma forma objetiva, a cultura consiste em ideias, abstrações e comportamento, sendo inerente à condição de “Ser Humano”. Ela resulta da invenção social, sendo apreendida e transmitida por meio da aprendizagem e da comunicação. Em cada cultura, devem-se estudar não só os diferentes traços culturais encontrados, mas, principalmente, a relação existente entre eles. Diante disso, faz-se necessário um estudo interdisciplinar para atender as proposições de qualquer pesquisa relacionada ao patrimônio intangível de um povo, tendo sempre como ponto de partida o campo das ciências sociais - no que diz respeito aos usos e costumes - como forma de expressão de uma sociedade, manifestada por meio de seus saberes e fazeres.

Memória e poder exigem-se. Onde há poder, há resistência, há memória, há esquecimento. O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento de sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável (CHAGAS in: ABREU & CHAGAS, 2009 p.136).

Os meios de transmissão da memória não passam apenas pela oralidade, mas também por histórias, relatos e documentos. Neste caso, o termo documento aplica-se a tudo aquilo que ensina algo a alguém, como livros, revistas, jornais, desenhos, filmes, discos, fotografias, esculturas, pinturas, monumentos, edifícios, entre outros. A noção fundamental é que, sem transmissão, a memória social não se constitui. A transmissão, portanto, implica na atualização da memória. Desta forma, memória e preservação aproximam-se. A adoção de procedimentos, resultantes da deliberação de vontade individual ou coletiva, visando a preservação de bens tangíveis ou intangíveis, constitui a chamada “política de preservação”. Uma prática social que pode ser identificada nas famílias, grupos religiosos, grupos étnicos e profissionais, partidos políticos, instituições de ensino e museus. Se aquilo que preserva é concebido como suporte de informação e como alguma coisa passível de ser utilizada para ensinar ou transmitir algo a alguém, poderá ser como documento. A memória, sendo retrospectiva e prospectiva, poderá nos fornecer uma perspectiva para a interpretação de nossas experiências no presente e para a previsão do que irá nos acontecer. Ela não está nas coisas, mas na relação que com ela podemos manter, é sempre possível uma nova leitura, uma nova audição ou uma nova percepção.

## **2.1- A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE PATRIMÔNIO**

Na Europa, a partir do século XIX, após a Revolução Francesa, foi salientada a necessidade de eleger monumentos que exaltassem um passado de conquistas e expressassem alguns fatos de natureza singular e grandiosa, de acordo com as noções historiográficas da época. Desenvolve-se então a concepção de bem comum e, ainda, de que alguns bens formam a riqueza

material e moral do conjunto da nação, ou seja, o patrimônio. A palavra patrimônio passou então a se referir a um conjunto de bens, intimamente relacionados com a cultura, a identidade e a memória de um povo. Nessa época, o conceito de patrimônio também estava articulado aos valores artísticos e estéticos, estando quase sempre preso à edificação de monumentos e esculturas, vinculado à obrigação de despertar a beleza e a harmonia entre seus expectadores, e por algumas vezes, evocando preferencialmente a identidade e o passado das elites.

Desta forma, as obras de arte, os castelos, os prédios e também algumas paisagens passaram a constituir um arsenal de bens a serem preservados para um conjunto maior de pessoas. A emergência da noção de patrimônio, como bem coletivo associado ao sentimento nacional, dá-se inicialmente num viés histórico que evidenciava a necessidade de salvar os vestígios do passado, ameaçados de destruição. O termo patrimônio se relaciona com tudo aquilo que é deixado como herança e quando nos referimos a ele, estamos lidando com conceitos inter-relacionados, cujos conteúdos são definidos e modificados com o passar do tempo: história, memória e identidade. Nas sociedades ocidentais, os patrimônios históricos e artísticos adquirem a função de representar simbolicamente a identidade e a memória de uma nação e, a partir da ideia de propriedade sobre um conjunto de bens culturais, é ressaltado o sentimento de pertencimento a uma comunidade nacional.

A noção de patrimônio confunde-se assim com a de propriedade herdada. O processo pelo qual se forma um patrimônio é o de colecionar objetos, mantendo-os fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial e expostos ao olhar dos deuses ou dos homens. O valor desses objetos é determinado pelos mitos e pelas tradições. Suportes da memória coletiva e da história dos homens. (OLIVEIRA, 2008, p.26)

É difícil definir um conceito de patrimônio, pois existem diversos e amplos campos envolvidos neste termo. Patrimônio é um termo utilizado por sociólogos, juristas, antropólogos e historiadores, bem como é utilizado pelo senso comum para definir um sentido de valor a alguma coisa. A noção de patrimônio traz em si a ideia de propriedade e etimologicamente o termo traduz a concepção de herança paterna. Juridicamente refere-se a um complexo de bens, materiais ou não, direitos, ações, posse e tudo o mais que pertença a

uma pessoa ou uma empresa, que possa ser atribuído um valor econômico. Entre todas as possibilidades conceituais do termo patrimônio, existe um ponto em comum: o patrimônio é algo de valor, que se transmite, sendo utilizado por todos individualmente ou coletivamente.

Do inglês *heritage* e do espanhol *herencia*, o termo “patrimônio” traz no seu conjunto de significados, uma estreita relação com a ideia de herança: “que é transmitido, segundo as leis, dos pais e das mães aos filhos” (LITTRÉ, E. apud CHOAY, 2006, p.11). Essa transmissão de uma geração a geração seguinte é considerada por Choay (2006), como de extrema importância para a continuidade de um grupo social, realizando uma passagem na forma de herança de bens e práticas sociais.

A ideia de patrimônio se desenvolveu ao longo da história levando-se em consideração os contextos social e cultural, a partir daí foram ampliados os conceitos e suas aplicabilidades. Primeiramente o termo se referia a quase exclusivamente à arte, com características sublimes, manifestação da capacidade de criação estética da cultura. Atualmente, os estudos acerca do patrimônio foram ampliados a diversas perspectivas: territorial, ambiental, didática, museográfica, política, social, administrativa e cultural.

Neste estudo discutimos especificamente sobre a categoria de patrimônio cultural, ligada ao nosso passado, à nossa memória, direta ou indiretamente, de forma semelhante ao que ocorre com a tradição, que sempre se constrói a partir do presente. Patrimônio é algo que herdamos e, por conseguinte, deve ser protegido. Durante muito tempo, a preservação do patrimônio foi pensada apenas no sentido de que algo pudesse ser destruído, e assim, foi fixada a ideia de que o patrimônio precisa ser mantido intacto, como se o tempo pudesse parar num processo semelhante a um congelamento. Frequentemente, observamos que quando nos referimos ao patrimônio cultural, imediatamente nos aproximamos de questões relativas à preservação e à transmissão da memória, reafirmando que os bens culturais são de fundamental relevância para a memória dos povos e a riqueza das culturas. Assim, tal entendimento da relação entre as duas esferas apresenta-se como

fundamental para a compreensão da importância do patrimônio para a humanidade.

Os estudos acerca da memória possuem uma vasta e variada literatura, incluindo discussões que abordam diversos campos do saber, porém, em sua maioria, todos convergem para a afirmação de que as memórias são construídas por grupos sociais:

São os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é memorável, e também como será lembrado. Os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos de importância para o grupo. Lembram muito o que não viveram diretamente. Um artigo de noticiário, por exemplo, às vezes se torna parte da vida de uma pessoa. Daí pode-se descrever a memória como uma reconstrução do passado. (HALBWACHS apud BURKE, 2000, p.70)

Maurice Halbwachs<sup>3</sup>, em suas reflexões sobre a “estrutura social da memória”, vincula a memória individual à memória do grupo, sendo que a memória do grupo fica ligada à tradição, considerada como a memória coletiva de cada sociedade. O antropólogo considera a memória como a lembrança de um passado reconstruído a partir do presente e não como uma lembrança de um passado estático, cristalizado. A memória social é construída ao longo de muitas gerações de indivíduos inseridos em relações determinadas por sua estrutura social e implica na referência ao que não foi presenciado, representando processos que já se transformaram.

A memória social é uma reconstrução do passado e se forma a partir de contribuições de diversas gerações de indivíduos, seu legado é transmitido ao longo do tempo, por meio de alguns suportes de memória. Assim, podemos afirmar que a relação entre a memória e o patrimônio reside nos objetos culturais materiais e imateriais que constituem o patrimônio, sendo que os mesmos podem funcionar como tais suportes. Neste estudo apresentamos uma análise dos objetos culturais utilizados na celebração da Festa do Divino Espírito Santo em Viana, que durante os rituais assumem personalidade de imagem sacra, sendo a coroa e a pomba os símbolos principais utilizados nessa manifestação cultural e religiosa.

---

<sup>3</sup> Maurice Halbwachs era sociólogo, filósofo e antropólogo francês da escola durkheimiana, sua obra mais notável é o estudo sobre a criação do conceito de memória coletiva. Faleceu em 1945, num campo de concentração nazista.



A visão do historiador francês Jacques Le Goff (1986) também apresenta o patrimônio cultural como suporte da memória social, atuando como base para sua construção, comentando que além dos bens materiais, os bens imateriais também funcionam como suporte ou externalizações da memória coletiva: “os lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários” (NORA apud LE GOFF, 1986, p.473).

Diante deste conjunto de reflexões apresentadas podemos então dizer que a transmissão da memória social através das gerações pode ocorrer por meio dos chamados objetos culturais que, por sua vez, se constituem como suportes de memória. No universo desses suportes ou objetos está o patrimônio cultural, que funciona como ponto de apoio da memória social. Sendo esta uma reconstrução continuamente atualizada do passado, formada por contribuições de diversos indivíduos ao longo de diversas gerações, a interpretação do patrimônio cultural por cada uma dessas gerações converte-se também em uma das maneiras de reconstruir ou atualizar o passado. Desta forma, a importância da preservação do patrimônio cultural está diretamente ligada à própria preservação da memória social, o legado que constitui a identidade nacional e cultural de uma comunidade.

## **2.2) - A IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PATRIMÔNIO**

Neste capítulo constatamos que após o surgimento da noção de patrimônio histórico no Renascimento, foi iniciada a sistematização de políticas para sua proteção por meio de ações dos Estados e consequentes evoluções conceituais. Atualmente o patrimônio é visto como uma herança que recebemos de nossos antepassados, que vivenciamos no presente e temos a missão de transmiti-lo e preservá-lo às futuras gerações. Sua relevância está na relação com a memória e a identidade coletiva, possibilitando a transmissão da memória social entre as gerações, personificando-a e valorizando-a. Atualmente, outras vertentes acerca do patrimônio estão sendo utilizadas,

considerando o mesmo de forma global e coletiva. Desta forma, a trajetória do patrimônio teve uma série de desdobramentos, entre eles a criação de instituições e a implementação de políticas públicas visando seu reconhecimento, sua proteção, sua preservação e seu registro. Essa vertente do pensamento ocidental propiciou uma tensão com a ideia de bem coletivo nacional e dessa forma, o patrimônio nacional passa a constituir-se como referência para a construção de uma identidade comum compartilhada num mesmo território nacional.

De acordo com Françoise Choay (2006, p.98-105), existiram duas medidas de proteção do patrimônio nacional durante a Revolução Francesa. Uma delas, imediata, “primária ou preventiva”, tomada de acordo com os atos jurídicos da Assembleia Constituinte Revolucionária, em 1789, destinada à proteção dos bens espoliados do clero, transformados em antiguidades nacionais, a partir de então, disponibilizados à nação. Nasce então a ideia de patrimônio e tombamento histórico, transcendendo os conceitos incorporados de tempo e gosto, considerando acima de tudo os valores intrínsecos nos conceitos de herança e conservação. A segunda medida de proteção do patrimônio instituída na França, chamada por Choay de “secundária ou reacional”, refere-se a uma política de conservação, cujos procedimentos mais metódicos, detalhados, efetivos e bem argumentados foram pensados no sentido do enfrentamento do vandalismo que causou sérios danos a partir de 1792, incentivando a criação da Comissão dos Monumentos Históricos, no ano de 1837. Os vândalos atacavam principalmente as obras de arte e os edifícios medievais com a intenção de destruir os símbolos das antigas classes dominantes, nobreza e clero.

Foram de extrema relevância os desdobramentos da política de preservação do patrimônio nacional francês durante o século XIX, ultrapassando as barreiras geográficas daquele país, repercutindo em diversas outras regiões da Europa e posteriormente no continente Americano. A partir do século XX, proliferaram outras visões acerca da preservação em diversos países, desde então, tornou-se necessário o estabelecimento de regras com aceites internacionais, visando a solução dos problemas complexos de salvaguarda do patrimônio. De acordo com os estudos do Instituto do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional (IPHAN), surgem então as chamadas *Cartas Patrimoniais*, “documentos, muitos dos quais firmados internacionalmente, que representam tentativas que vão além do estabelecimento de normas e procedimentos, criando e circunscrevendo conceitos às vezes globais, outras vezes locais” (IPHAN, 2000, p.07). Foi então ocasionada uma revisão e consequente ampliação da classificação de patrimônio histórico e artístico, incorporada ao longo de todo século XX pelas nações signatárias das Cartas Patrimoniais produzidas durante as convenções internacionais sobre o tema. Cabe ressaltar que durante a Conferência de Londres, no ano de 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)<sup>4</sup>.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o advento da criação da UNESCO na década de 1940 apresenta-se como um grande marco na proteção e preservação de bens de valor histórico, em âmbito internacional, pois seu objetivo está centrado na quebra dos antagonismos entre as nações, destacando-se assim a noção de patrimônio mundial. A proposta da UNESCO era a criação de mecanismos que relacionassem várias culturas nacionais, pois se acreditava que essa seria a forma mais positiva de atualizar o ideário da igualdade entre os homens, contrapondo-se às tendências facistas que haviam desencadeado a guerra que acabara de acontecer. Começou então a ser desenvolvida a ideia de que havia um patrimônio cultural a ser preservado, que além de incluir a história e a arte de cada país, também relacionava o conjunto de realizações humanas em suas mais diversas expressões, incluindo hábitos, costumes, tradições e crenças, ou seja, um acervo de realizações materiais e imateriais, referindo-se à vida em sociedade.

As discussões sobre o patrimônio foram deslocadas da noção de monumento histórico e materialização das memórias nacionais para uma abordagem mais ampla, onde o mesmo se une ao planejamento urbano e territorial e, de uma forma geral, à própria cultura. Com esse pensamento ampliado, foi adicionado

---

<sup>4</sup> Segundo a carta das Nações Unidas, art. 55 e 57, a UNESCO é uma organização internacional de caráter governamental, vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), especializada em promover uma política de cooperação cultural e educacional. Foi fundada no ano de 1946. As principais decisões são tomadas na Conferência-geral, constituída pelos representantes dos Estados-membros da Organização, que se reúnem bianualmente.

o adjetivo cultural ao termo patrimônio, auxiliando na designação desse novo conceito, abarcando um conjunto de bens culturais, sejam eles históricos, artísticos ou arquitetônicos:

[...] o patrimônio assume a representação da cultura ocidental a partir da mundialização dos valores e referências internacionais concernentes a seu trato, em especial as convenções e recomendações da UNESCO, entre as quais a da Conferência Geral de Genebra, em 1972, na qual se criou a categoria de patrimônio cultural da humanidade para classificar os monumentos históricos de excepcional valor universal, quer do ponto de vista Histórico quer do da Arte ou Ciência. (CHOAY 1992 apud Rodrigues, 1999, P.29).

Assim, a partir dessa nova abrangência, o patrimônio cultural passa a ser definido segundo a UNESCO como:

[...] o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade, sendo de fundamental importância para a memória, a criatividade dos povos e a riqueza das culturas.

A partir dessa definição podemos ressaltar alguns aspectos de extrema importância para este estudo: o conceito de patrimônio como herança, transmitido de geração a geração, levando em consideração que em todas as nações existem culturas diversas e plurais, que cada nação comporta uma infinidade de culturas e subculturas e que a cultura, por sua vez, congrega bens materiais e imateriais.

[...] a ideia de um povo indiscriminado como sujeito da nação dá lugar à concepção de um povo segmentado, formado por uma multiplicidade de culturas. As consequências da difusão da noção de diversidade cultural se fazem sentir ainda hoje. De início, cientistas sociais, em particular os antropólogos, e profissionais especializados em patrimônio trabalham no sentido de inventariar os sinais e traços da multiplicidade cultural em cada contextonacional. [...] A equação antropológica da equação da alteridade, a partir da pesquisa etnográfica empreendida por um sujeito do conhecimento especialmente treinado, o antropólogo, foi levada a limites extremos (GONÇALVES in ABREU & CHAGAS, 2009, p.37 e 38).

Com a apropriação do conceito antropológico de cultura no campo do patrimônio, foi revelada uma mudança significativa onde o trabalho de folcloristas e antropólogos passou a ser fomentado, com a finalidade de inventariar as tradições, narrativas orais e outras manifestações constantes da poética popular. Até então, na trajetória do patrimônio predominaram as ações que envolviam os bens relacionados à cultura material, onde a ênfase girava

em torno de bens com atribuição de valor artístico e histórico. No mundo ocidental, a preservação do patrimônio constituía-se como uma prática de operações voltadas para a seleção, proteção, guarda e conservação de peças e edificações. Somente com a grande expansão ideológica que o patrimônio sofreu após a Segunda Guerra Mundial é que processos e práticas culturais começaram, lentamente, a ser enxergados como bens patrimoniais em si, mesmo que necessitassem da mediação de objetos e/ou técnicas.

A proteção do patrimônio cultural está intimamente ligada ao enfoque da política cultural de cada país, repetindo as normas internacionais, principalmente as eurocênicas. No Brasil e na América Latina, a preocupação com o patrimônio nasce como uma maneira de preservar a identidade nacional, alegando a ameaça da mesma. Porém, durante muito tempo, o patrimônio cultural reconhecido, do Brasil, ficou reduzido às expressões de apenas algumas de suas matrizes culturais e este fato é tão problemático quanto reduzir a função de patrimônio à proteção física do bem, seja ele um objeto, um monumento ou uma edificação.

Com a sistematização da preservação, ao longo do tempo foram criados artifícios para sua viabilização, tais como, na esfera do Estado, legislações regulamentadoras sobre o tema e organismos documentais e de proteção do patrimônio. Com essa visão, nas primeiras décadas do século XX, começaram a surgir no Brasil algumas propostas de proteção aos bens culturais, reforçando a ideia de que a preservação é fundamental para a formação de uma identidade nacional. Então, em 1937, Mário de Andrade entre outros artistas e intelectuais liderou a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que no ano de 1970 passou a se chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).<sup>5</sup> Para o IPHAN, o patrimônio cultural não se restringe apenas aos imóveis oficiais, religiosos ou edifícios suntuosos. Em sua concepção contemporânea o termo se aplica também aos imóveis particulares, trechos urbanos e também os ambientes

---

<sup>5</sup> O IPHAN apresenta-se atualmente como uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável pela preservação da diversidade das contribuições dos diferentes elementos que compõem a sociedade brasileira e seus ecossistemas. Sua responsabilidade implica na preservação, divulgação e fiscalização dos bens culturais brasileiros, bem como assegurar a permanência e usufruto desses bens para a atual e as futuras gerações.

naturais de importância paisagística, incluindo também as imagens, o mobiliário, os utensílios e outros bens móveis.

O tratado internacional onde estão contidos os dispositivos que tratam da identificação, da proteção e da preservação do patrimônio material de todo o mundo, considerado como de extrema relevância para humanidade é denominado *Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial cultural e natural*, e foi aprovada pela UNESCO em 1972. Segundo o IPHAN, essa categoria de patrimônio é composta:

[...] por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (2012).

Atualmente, o termo patrimônio cultural abarca os chamados patrimônios material e imaterial. Os dispositivos que tratam da identificação, proteção e preservação do patrimônio imaterial, ou intangível, são de formulação mais recente, estando presentes na *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*, aprovada pela UNESCO no ano de 2003, em complementação à *Convenção do patrimônio mundial*, de 1972, contemplando assim toda a herança cultural da humanidade. Essa nova categoria de patrimônio cultural consiste em:

[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Ele é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003, p.03)

Antes de proteger, é necessário identificar e documentar, somente assim haverá uma seleção do que deverá ser protegido e a partir daí possibilitaremos a aplicação de ações de promoção e difusão. O conjunto dessas ações, realizadas na ordem apresentada, viabiliza a reapropriação simbólica dos bens preservados, podendo até em alguns casos viabilizar

também a economia e a funcionalidade destes bens. As ações são fundamentadas em critérios técnicos e políticos, levando em consideração a representatividade dos bens em relação à diversidade cultural e social do país. Neste sentido, são essenciais para que os diferentes grupos sociais possam se reconhecer nesse repertório, requisito essencial para que a função de patrimônio seja realizada. Uma revisão nos critérios adotados pelas instituições responsáveis pela aplicação da lei não é o bastante, tendo em vista a dinâmica dos valores atribuídos aos bens culturais. É necessária uma mudança de procedimentos, com a finalidade de ampliar a participação popular no processo de construção e apropriação de seu patrimônio cultural.

A preservação do patrimônio cultural no Brasil conta com algumas ferramentas instituídas pelos órgãos de proteção, visando uma aplicação transparente da legislação, tendo o tombamento<sup>6</sup> como a primeira forma de preservação. Assim como a memória, o tombamento tem caráter seletivo e opera com atribuição de valores e sentidos. Na prática, durante mais de sessenta anos, o conjunto de bens passíveis de serem tombados (bens materiais), constituíram apenas uma parte do que hoje consideramos patrimônio cultural brasileiro, pois, a leitura e a seleção estavam centradas principalmente em seus aspectos arquitetônicos, integrando superficialmente dados históricos e análises de sua relação com a cidade e a paisagem. Durante muitos anos, a única modalidade disponível para seleção e formação do patrimônio nacional brasileiro foi o tombamento, aplicado como um tipo de proteção legal que visa assegurar sua integridade física, podendo inclusive limitar-se, com essa finalidade, o direito individual à propriedade. A compreensão restritiva da preservação foi gerada pela limitação, durante mais de sessenta anos, dos instrumentos disponíveis de acautelamento. Esta situação reforça a ideia de que as políticas de patrimônio foram consideradas conservadoras e elitistas, tendo em vista que os critérios adotados para o tombamento privilegiavam por vezes apenas os bens relativos aos grupos sociais de tradição europeia, ou seja, as classes dominantes no Brasil.

---

<sup>6</sup> A expressão tombamento é proveniente do direito português, no qual o verbo *tombar* significava inventariar ou inscrever nos arquivos do reino, guardados na Torre do Tombo. Tombamento equivalia à inscrição em um dos quatro livros do Tombo: Livro de Belas-Artes, Livro Histórico, Livro Arqueológico e Etnográfico e Livro Paisagístico.

No contexto mundial, no início do novo milênio, o campo do patrimônio apresenta-se como espaço de conflitos e interesses contraditórios. Se outrora o campo do patrimônio firmou-se com base num Estado Nacional, comprometido com a ideia de que a nação tinha um passado e que era preciso salvá-lo do esquecimento, hoje, esta área estrutura-se de maneira prospectiva em direção ao futuro. O que move o patrimônio cultural é a diversidade - cultural e natural. Mais do que salvá-la ou guardar seus fragmentos, é necessário criar condições para que ela se promova de forma sustentável.

Ao formular a ideia de patrimônio cultural, é preciso levar em conta o substrato que a ancora: as culturas são diversas como expressões da igualdade entre os homens. É preciso, pois, ficar atento a essa dimensão primeira, embora nem sempre explicitada, no campo do patrimônio, a dimensão de humanidade. É preciso, ainda, sublinhar a dimensão que constitui a razão de ser da noção de patrimônio, como herança e legado que se transmite a novas gerações: a dimensão da vida(GONÇALVES in ABREU & CHAGAS, 2009, p. 48).

A legislação brasileira sobre o patrimônio cultural da década de 1930 refletiu um processo de integração nacional, no qual o país estava sendo submetido, com o objetivo de aprofundar a construção da identidade brasileira. Tal legislação optou pela preservação das manifestações da cultura erudita, refletindo a tendência utilizada na Europa, que valorizava o patrimônio edificado, com o conseqüente tombamento de igrejas barrocas, casas-grandes e outras formas de edificação, ficando conhecido como patrimônio de “pedra e cal”<sup>7</sup>.

### **2.3) - PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NO BRASIL**

O Estado brasileiro tem uma longa tradição de zelar pelos bens edificados que compõem o patrimônio material. Esses bens, por seu caráter único e pelo fato de serem vistos como depositários de uma memória acerca de uma identidade

---

<sup>7</sup> Expressão utilizada para designar um primeiro momento da política de preservação do patrimônio brasileiro, onde a atuação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) se dava mediante o mecanismo do tombamento dos remanescentes da arte colonial ameaçados pela urbanização, pelo saque, pela comercialização dos antiquários e colecionadores.



nacional, precisam ser defendidos e, portanto, preservados. O conceito de patrimônio histórico e artístico, usado desde o século XIX, foi substituído paulatinamente pelo conceito mais amplo de patrimônio cultural, atendendo a demanda dos estudos que deram maior visibilidade e abrangência da área, em concordância com uma nova concepção antropológica de cultura, onde a mesma passa a ser pensada a partir do estudo das categorias de pensamento, num campo de atuação bem mais ampliado, considerando que todo comportamento social que se utiliza de simbologias em suas ações de criação, construção ou transmissão de conhecimentos, é cultura.

Uma importante experiência com consequências na área do patrimônio que convém ser destacada foi a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) em 1975. Seu objetivo era o mapeamento, a documentação e o entendimento da diversidade cultural do Brasil. Assim, as referências da dinâmica cultural brasileira seriam então incorporadas e articuladas em bancos de dados para depois serem devolvidas às comunidades. Entre os anos de 1975 a 1979, o CNRC desenvolveu diversos projetos em quatro programas: artesanato; levantamentos socioculturais; história da tecnologia e da ciência no Brasil; levantamentos de documentação sobre o Brasil. Os projetos desenvolvidos, em sua maioria, valorizavam a capacidade de invenção do artesão brasileiro, promovendo a realização de um inventário do saber-fazer. A figura central desse processo de transformação dos órgãos responsáveis por políticas culturais do governo federal foi Aloísio Magalhães, advogado, artista plástico, que estudou museologia em Paris e desenho industrial nos Estados Unidos, pertencente a uma importante família de políticos do estado de Pernambuco. Foi com essa bagagem de experiências e contatos que Aloísio formou o grupo do CNRC e que dirigiu a nova Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró Memória, criados em 1979.

Para Aloísio Magalhães, o Brasil, país onde coexistem megalópoles e comunidades isoladas, ainda não teria logrado construir uma imagem própria, a partir de sua produção material e simbólica. Isolado em um continente em decorrência da língua e da distância, o Brasil vivia às voltas com problemas de sobrevivência e sua cultura não conseguia se sedimentar. Absorvia de modo avassalador valores estranhos, que atingiam os meios de comunicação de massa e o pensamento intelectual. Daí a necessidade de conscientização de nossa cultura

para que fosse possível enfrentar o processo de transplante. Os bens culturais passaram a ser vistos como uma espécie de “vacina”. (OLIVEIRA, 2008, p.127)

Sob a gestão de Aloísio Magalhães foram encaminhadas as primeiras inscrições brasileiras na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO: Ouro Preto (1980) e as ruínas de São Miguel das Missões (1981), outra relevante iniciativa foi a aprovação em decisão inédita pelo Conselho Consultivo do SPHAN, do tombamento do mais antigo terreiro de candomblé do país, o Casa Branca, em Salvador (BA), no início da década de 1980. Este tombamento pode ser citado como exemplo maior da inovação no campo da política de patrimônio, evidenciando a pluralidade de iniciativas de lutas políticas e simbólicas.

A partir dessas atualizações, a Constituição Brasileira de 1988, estabelece no artigo 216 (Seção II – Da Cultura) uma ampliação na definição de patrimônio cultural brasileiro, abrindo espaço para as expressões da cultura popular e também para os bens imateriais que formam o patrimônio intangível:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. § 1.º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. § 2.º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. § 3.º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais. § 4.º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei. § 5.º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

A consciência dessas colocações gerou diversas discussões acerca do reconhecimento da fragilidade das políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural, contribuindo para uma reorientação nas ações de mapeamento, documentação e análise das diferentes manifestações da cultura brasileira, em busca da construção de uma identidade cultural. Os artigos 215 e 216 da

Constituição Federal de 1988 referem-se explicitamente às responsabilidades do poder público e também da comunidade, no que tange à promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, sendo eles considerados “bens de natureza material e imaterial”, de forma individual ou conjunta, fazendo referência à identidade e à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira.

Porém, na prática, quase nada foi modificado a partir da mudança na Constituição Federal. A questão do patrimônio intangível tem presença relativamente recente nas políticas de patrimônio cultural, sendo motivada pelo interesse de ampliar a antiga noção de “patrimônio histórico e artístico”, entendida como repertório de bens, aos quais se atribui excepcional valor cultural, sendo assim merecedores de proteção por parte do poder público.

As políticas de patrimônio eram voltadas para os monumentos e visavam a conservação de seus aspectos físicos, servindo para a preservação de edificações e obras de arte, cuja perda seria irreparável. Contudo esse entendimento associou a prática de preservação ao sentido restrito de conservação e imutabilidade, contrapondo-a à noção de mudança ou transformação, focando mais nos objetos do que nos sentidos que lhes são atribuídos ao longo do tempo.

Quando nos referimos ao termo “patrimônio imaterial ou intangível”, não estamos falando propriamente de meras abstrações, em contraposição ao “patrimônio material”, pois entendemos que para que haja qualquer tipo de comunicação é imprescindível um suporte físico. Todo signo tem dimensão material (canal físico de comunicação) e simbólica (os sentidos) convivendo entre si. Porém, é necessário distinguir os bens culturais que passam a apresentar relativo grau de autonomia em relação a seu processo de produção, daquelas manifestações que precisam ser constantemente atualizadas, por meio da mobilização de suportes físicos que dependem da ação de sujeitos capazes de atuar segundo determinados códigos: corpos, instrumentos, indumentárias e outros recursos de caráter material.

Atualmente, o conceito de patrimônio apresenta-se mais abrangente e abarca a existência de duas categorias distintas, sendo uma mais antiga, que se refere

ao patrimônio material, relacionado às edificações de monumentos, acervos documentais e museológicos e outros itens relacionados às artes: pinturas, esculturas, gravuras e outros. Já o chamado patrimônio imaterial é aquele que considera os saberes e fazeres de uma referida comunidade, englobando suas festas, seus rituais, sua culinária, enfim, seus usos e costumes. Há uma gama de bens e manifestações culturais bastante significativos como referências de grupos sociais que formam nossa sociedade. Com a atuação desses diversificados grupos, interagindo entre si, percebemos que os patrimônios acabam por incentivar o diálogo entre as diferentes culturas e abre caminho para nosso próprio reconhecimento e para o reconhecimento do outro. Até recentemente não era possível aplicar nenhum instrumento legal para instituí-los como patrimônio, significando para muitos deles a possibilidade de desaparecimento sem deixar nenhum vestígio, seja material ou na condição de memória nacional, por não terem sido considerados “bens culturais de valor excepcional”, conforme determina o Decreto Lei 25, de 30 de novembro de 1937, que institui o tombamento onde, na prática, não são atendidas as especificidades das manifestações de caráter processual e sim determina a proteção que tenha por objetivo fixar as feições físicas de bens materiais.

O tombamento referente ao Decreto Lei 25/1937, tem outra natureza, sendo aplicável apenas no campo do patrimônio material, porém o poeta paulista é considerado o pioneiro do registro dos aspectos imateriais do patrimônio cultural. Ele documentou sistematicamente, ao longo de sua vida, diversas manifestações dessa natureza, deixando registros fotográficos, gravações e filmes realizados durante suas viagens ao nordeste brasileiro. Além de Mário de Andrade, Aloísio Magalhães também atuou na sedimentação de um conceito mais amplo de patrimônio cultural no Brasil, com as experiências que realizou no Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e na Fundação Nacional Pró Memória. Essas instituições realizaram vários trabalhos de registro de manifestações culturais, porém não chegaram a propor instrumentos de preservação específicos. A principal herança desse período foi a introdução de um conceito mais abrangente de patrimônio, incluindo os bens de natureza material e imaterial, relacionados à identidade, à ação e à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira. Congressos, seminários e colóquios, nos

mais diversos âmbitos de atuação têm sido realizados para discussão e reformulação de metodologias de pesquisa e estratégias de ação na área das ciências humanas e sociais, compreendendo diversas linhas e/ou segmentos profissionais, como por exemplo: antropologia, museologia e sociologia. Seria um efeito da disseminação do conceito antropológico de cultura, onde a ideia de diversidade consolida-se de forma mais efetiva.

Complementando essa preocupação esboçada no texto constitucional, o Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, instituiu o inventário e o registro do “Patrimônio Cultural Imaterial” ou “Patrimônio Cultural Intangível” e sugere mecanismos de registro através dos livros: 1) “dos saberes”, contemplando os conhecimentos, habilidades e os modos de fazer; 2) “das celebrações”, onde serão assinalados rituais e festas representativos para a sociedade brasileira; 3) “das formas de expressão”, onde serão registradas as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; 4) “dos lugares”, onde serão inscritos os mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. O decreto cita que a inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. Outro dado importante refere-se à possibilidade de abertura de outros livros de registro para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro que por ventura não se enquadrem nos livros já definidos no Decreto.

Essa preocupação já fazia parte do cenário cultural brasileiro há bastante tempo, desde o projeto que o poeta modernista Mário de Andrade elaborou para o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), datado de 1936 e baseado na concepção de que o patrimônio não se compõe apenas de edifícios e obras de arte erudita, estando presente também no produto da alma popular. Descreveu em seu projeto o sentido amplo do patrimônio, equivalendo arte e cultura, considerando que além dos artefatos colecionáveis, também era importante valorizar e preservar as paisagens e o folclore. Tão importantes quanto os sambaquis, as jazidas funerárias e a arquitetura popular eram os

vocabulários, as lendas, a medicina, a culinária, as músicas e outras manifestações da cultura popular.

Nunca se falou tanto de memória, patrimônio cultural e da importância das ações norteadas por políticas públicas visando o tombamento e a preservação dos bens materiais ou tangíveis e o registro e o acompanhamento dos bens imateriais ou intangíveis, propondo inclusive, uma nova observação acerca da relação entre natureza e cultura, o que certamente facilitaria a compreensão da noção de patrimônio natural como uma construção que parte do intangível. A instituição do Decreto 3.551/2000 não se constitui em apenas um instrumento de tutela e acautelamento semelhante ao tombamento. Apresenta-se como um recurso de reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial, visando identificar e produzir conhecimento e documentação acerca do bem cultural de natureza imaterial através dos meios técnicos mais adequados, registrando o passado e o presente dessas manifestações, em seus mínimos detalhes, tornando tais informações amplamente acessíveis ao público. O objetivo é manter o registro da memória dos bens culturais e de suas trajetórias, pois se constituem como processos culturais dinâmicos, que não se adequam a uma concepção de preservação baseada nos conceitos de permanência e autenticidade. De uma maneira geral, os bens culturais de natureza imaterial são dotados de uma dinâmica de desenvolvimento e transformação, sendo mais adequados o registro e a documentação, inviabilizando a utilização dos instrumentos de intervenção, restauração e conservação. As maneiras mais adequadas ao apoio à sua continuidade são identificadas de modo bastante preciso através do conhecimento gerado sobre essas formas de expressão, durante o processo de registro.

É relevante destacar que o Decreto 3.551/2000 estabelece o desenvolvimento de ações no âmbito do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, que por sua vez objetiva a implementação de uma política pública de identificação, inventário e valorização desse patrimônio. Considerando a dinâmica dessas manifestações e objetivando o acompanhamento de suas transformações, é previsto que o registro seja refeito, no mínimo, a cada dez anos.

Ao mesmo tempo em que iniciou os estudos acerca do registro do patrimônio imaterial, o IPHAN também desenvolveu pesquisas para a elaboração de uma metodologia de inventário de referências culturais, irá subsidiar as ações de registro, através da realização de um recenseamento mais amplo dessas manifestações culturais brasileiras. Trabalhando com as ações instituídas pelo Decreto, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é um instrumento de pesquisa que busca dar conta dos processos de produção desses bens, dos valores neles investidos, de sua transmissão e reprodução, bem como de suas condições materiais de produção. O conceito de referência cultural faz com que o INRC supere a falsa dicotomia entre patrimônio material e imaterial, unificando-os na condição mais ampla de patrimônio cultural. Os instrumentos de reconhecimento e valorização dos bens culturais imateriais criados pelo governo brasileiro consideram a natureza dinâmica e processual desses bens, promovendo interação dos aspectos materiais e imateriais do patrimônio cultural, proporcionando uma concepção bem mais abrangente. Para Santos (2004, p.26):

[...] o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos e moramos, mas também um dado simbólico. A linguagem regional faz parte desse mundo de símbolos, e ajuda a criar esse amálgama, sem o qual não se pode falar de territorialidade. Esta não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos.

Com a abordagem mais ampla do termo Patrimônio Cultural do que o antigo termo Patrimônio Histórico e Artístico foram agregados também os Patrimônios: Arqueológico, Documental, Bibliográfico e Etnográfico. Cada uma dessas áreas passou a adotar uma metodologia própria em seu desenvolvimento. O conceito de patrimônio cultural envolve o feito humano sempre o atrelando a um contexto, onde todo espaço ocupado pelo homem é marcado pela atuação do mesmo e a busca de sua sobrevivência e bem estar, marcam o espaço geográfico, de forma material ou simbólica, representando a cultura, ou seja, a interferência humana sobre aquele local e as pessoas que ali habitam. O patrimônio cultural é dinâmico e reflete a sociedade que o produz. Nem sempre é fruto da coletividade, em alguns casos o patrimônio é produto de contextos sociais, econômicos, políticos ou culturais, originados a partir de

decisões de grupos ou classes. Sendo assim, só passam a representar o patrimônio quando são assumidos pela coletividade de forma autônoma.

De acordo com as leituras acerca deste assunto, constatamos que mesmo com a recomendação aprovada pela UNESCO, que deu importância internacional ao patrimônio cultural imaterial, na prática, muitos anos já se passaram e poucos países ocidentais efetivaram políticas e instrumentos concretos de preservação do patrimônio imaterial. A UNESCO (1993) definiu o patrimônio cultural imaterial ou intangível como

O conjunto das manifestações culturais, tradicionais e populares, ou seja, as criações coletivas, emanadas de uma comunidade, fundadas sobre a tradição. Elas são transmitidas oral e gestualmente, e modificadas através do tempo por um processo de recriação coletiva. Integram esta modalidade de patrimônio as línguas, as tradições orais, os costumes, a música, a dança, os ritos, os festivais, a medicina tradicional, as artes da mesa e o “saber-fazer” dos artesanatos e das arquiteturas tradicionais.

Imaterialidade constitui-se equivocadamente como um termo dicotômico ao termo material e, dessa forma, talvez o termo “intangível” apresente-se como mais apropriado, pois remete ao transitório, que está em constante transformação. Tal situação implica num processo de interpretação da cultura como produção simbólica, portadora de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade. É a ideia de pertencimento coletivo que possibilita a continuidade de uma tradição para as gerações futuras, sendo que, nesta reflexão fica evidente que a elaboração e a aplicação de instrumentos legais, como o tombamento e o registro, não são suficientes para assegurar que um referido bem cumpra seu papel de patrimônio cultural em uma sociedade. Faz-se necessária uma constante atualização das políticas específicas, desenvolvidas num contexto democrático. Assim as mudanças vão sendo estabelecidas através de críticas e reflexões, promovendo uma concepção mais ampla de patrimônio cultural, centrada na relação da sociedade com a sua cultura.

O mundo ocidental só começou realmente a considerar essas questões quando, após a aprovação da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco, em 1972, países do Terceiro Mundo reivindicaram a realização de estudos para a proposição, em nível internacional, de um instrumento de proteção às manifestações populares de valor cultural. Em 1989, uma resposta foi dada a essa reivindicação, por meio da Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular. Esse documento, aprovado pela



Conferência Geral da Unesco, recomenda aos países membros a identificação, a salvaguarda, a conservação, a difusão e a proteção da cultura tradicional e popular, por meio de registros, inventários, suporte econômico, introdução de seu conhecimento no sistema educativo, documentação e proteção à propriedade intelectual dos grupos detentores de conhecimentos tradicionais (SANT'ANNA in ABREU & CHAGAS, 2008, p.53).

Existe no Brasil uma vasta gama de bens procedentes do fazer popular que, por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano, ainda não são considerados bens culturais e assim permanecem à margem da formulação das políticas públicas. A natureza efêmera do patrimônio imaterial o torna extremamente vulnerável e as políticas públicas de salvaguarda devem objetivar o estímulo para que esse patrimônio continue vivo e seja perpetuado.

Os critérios de atribuição de valor estão mais flexíveis, assim como cresce a preocupação com a dimensão política dessa prática social, com a participação de novos atores, que permanentemente questionam os critérios adotados sob a alegação da relativização de que tudo pode se tornar patrimônio. Uma coisa é certa: não há dúvidas de que a ampliação no conceito de patrimônio cultural contribui para a aproximação das políticas culturais dos mais variados contextos étnicos, religiosos e sociais que caracterizam a vida contemporânea. As leituras da produção cultural dos diferentes grupos sociais devem ser viabilizadas, essencialmente para aqueles cuja tradição é transmitida oralmente, tornando-se mais próximas dos sentidos que a mesma tem para seus produtores e consumidores. O conjunto das ações acima citadas irá contribuir para que a inserção em novos sistemas, como o mercado de bens culturais e turísticos, de bens produzidos em contextos culturais tradicionais possa ocorrer sem comprometer sua continuidade histórica e os valores que distinguem esses bens, dando-lhes sentido particular.

Sem dúvida, a ampliação do conceito de cidadania – o que implica reconhecimento dos “direitos culturais” de diferentes grupos que compõem uma sociedade, entre eles o direito à memória, ao acesso à cultura e à liberdade de criar, como também reconhecimento de que produzir e consumir cultura são fatores fundamentais para o desenvolvimento da personalidade e da sociabilidade – veio contribuir para que o enfoque da questão do patrimônio cultural fosse ampliado para além da questão do que é “nacional”, beneficiando-se do aporte de compor como a Antropologia, a Sociologia, a Estética e a História (FONSECA in ABREU & CHAGAS, 2008, p.76).

As questões levantadas por essa nova concepção de patrimônio cultural ampliam os campos dos saberes e instituições que passam a se envolver com a produção, a gestão e a promoção desse patrimônio. Tais questões levam a sociedade a uma compreensão mais detalhada do patrimônio cultural e de certa forma, mais próxima de seus interesses. Para além dos conceitos, é necessário formular diretrizes, definir critérios e prioridades, intervir, elaborar projetos que levem em consideração a tensão entre as demandas, necessidades e recursos disponíveis. A reflexão deve estar presente em todo o processo, garantindo assim que as experiências venham enriquecer a nossa prática, realizando a mediação entre o processo de produção e a transformação social.

Quando se registra uma forma de celebração que, por algum motivo, deixa de existir, o Estado obviamente não poderá impor a continuidade de um ritual a um grupo que não quer mais praticá-lo. Desta forma, os bens imateriais além de difícil definição, também só apresentam sentido se significarem uma prática regular. Registrar um bem imaterial significa a inserção do mesmo num inventário de bens prestigiosos, equivalendo a um título de reconhecimento e honra, sendo de extrema importância para os agentes envolvidos nas disputas simbólicas. A preservação dos bens culturais se justifica não na materialidade dos objetos, e sim nos saberes, nas técnicas, nos valores, nas funções e nos significados que representam e ocupam na vida social. Sustenta-se assim a ideia de que aquilo que se quer preservar como patrimônio cultural não são os objetos, mas seus sentidos e significados; ou seja, tudo aquilo que confere sentido ao bem tangível é intangível.

No território brasileiro observamos ausência de participação popular no processo de preservação do patrimônio cultural, tal fato pode ser consequência das políticas elitistas que predominaram na constituição das políticas culturais do país e também pelo desconhecimento da população, bem como o peso maior que representam os problemas de primeira necessidade em suas vidas, como saúde, alimentação e trabalho. Desta forma, como é possível se interessar pelo destino de um monumento, uma igreja ou até mesmo uma pintura?

## 2.4) - FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO: Patrimônio Cultural Imaterial

O patrimônio imaterial ou intangível traz uma em si uma concepção que valoriza os aspectos da vida social e cultural. Nesta categoria estão os lugares, as religiões, as festas, a medicina popular, as músicas, as danças, a culinária, entre outros. A ênfase recai sobre os aspectos ideais e valorativos das tradições. Não são bens “tombáveis” e sim “registráveis”, sendo necessário além do seu registro, o acompanhamento de sua permanência e suas modificações:

A iniciativa é bastante louvável, porque representa uma inovação e flexibilização nos usos da categoria “patrimônio”, particularmente no Brasil. Ela oferece, também, a oportunidade de aprofundar nossa reflexão sobre os significados que pode assumir essa categoria. Para isso, gostaria de trazer uma experiência recente como pesquisador. Nos últimos anos, venho realizando pesquisas sobre as Festas do Divino Espírito Santo entre imigrantes açorianos, nos Estados Unidos e no Brasil. Podemos dizer que essas festas constituem um “fato de civilização”. Não se restringem a uma determinada área social e cultural, transcendendo fronteiras nacionais e geográficas. É vasta sua área de ocorrência: Açores, Canadá, Estados Unidos (Nova Inglaterra e Califórnia, principalmente) e Brasil (especialmente nas regiões Sul e Sudeste). Em termos históricos, a manifestação apresenta grande profundidade. Os mitos de origem da festa referem-se à sua criação no século XIII, em Portugal. Mas há referências sobre sua existência na Alemanha e na França, ainda no século XII. Estamos, pois, diante de uma estrutura de longa duração. Trata-se, também, de um “fato social total”, na medida em que envolve arquitetura, culinária, música, religião, rituais, técnicas, estética, regras jurídicas, moralidade, etc., o que suscita algumas questões relativamente voltadas às concepções de patrimônio. Em especial pelo fato de essas diversas dimensões não aparecerem, do ponto de vista nativo, como categorias independentes. Evidenciam-se de modo simbólico, totalizadas pelo Divino Espírito Santo. Este, por sua vez, é representado não exatamente como a terceira pessoa da Santíssima Trindade, mas como uma entidade individualizada e poderosa. Essas festividades são exemplo do que poderíamos chamar de “patrimônio transnacional”. Todavia, classificar essa festa como patrimônio exige cautela. É preciso reconhecer algumas nuances nas representações do que se pode entender por patrimônio. (GONÇALVES in ABREU & CHAGAS, 2009, p.28 e 29).

Gonçalves nos apresenta a importância do reconhecimento de algumas nuances nas representações do que se pode entender por patrimônio, evidenciando que o uso das categorias “espírito” e “matéria” são bastante diferentes entre os diversos grupos de atores (intelectuais, lideranças religiosas, padres católicos e devotos) que constituem a festa do Divino Espírito Santo:

Do ponto de vista dos devotos, a coroa, a bandeira, as comidas, os objetos são, de certo modo, manifestações do próprio Espírito Santo. Do ponto de vista dos padres, são apenas “símbolos” (no sentido de que são matéria e não se confundem com o espírito). Na visão dos intelectuais, são apenas representações materiais de uma “identidade” e de uma “memória” étnicas (GONÇALVES, in ABREU & CHAGAS, 2009, p.29).

Nesse caso, os milagres, assim como outras ações “divinas” não podem ser preservadas, nem tão pouco registradas. O que é possível é a preservação por meio de registros e acompanhamento, os rituais, os objetivos, a gastronomia, as músicas, as procissões. Neste sentido é possível atribuir a noção de “patrimônio intangível ou imaterial” a esta importante manifestação religiosa e cultural. Assim, nos utilizaremos de coisas materiais para registrar algo imaterial, enfatizando as relações sociais ou simbólicas, a partir dos objetos ou técnicas. Desta forma, reconhecemos a importância dos objetos de culto para a realização desse ritual, comparando todos os possíveis contornos semânticos que a categoria patrimônio já assumiu e ainda assume no tempo e no espaço.

No ano de 2010, foi registrada como Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis-Go. A metodologia utilizada no dossiê de registro descreve detalhadamente os mecanismos responsáveis por sua dinâmica, ou seja, o catolicismo popular; o sistema de reciprocidade na circulação de bênçãos, alimentos e outros bens simbólicos e materiais; e a coletividade no formato da produção da festa, envolvendo uma rede solidária entre as famílias, vizinhos e amigos. No documento também foram descritos o modo como a festa se insere na cidade e a cidade se insere na festa, estruturando suas principais formas de sociabilidade, sendo de extrema importância para a vida social local, abordando de forma contextualizada os principais eventos e como acontecem: Império, Cavalhadas, Mascarados, Folias, Reinado e Cavalhadinha.

O INRC permitiu a descrição da festa a partir da perspectiva de seus participantes e identificou sua importância na sociedade local, verificando, ao mesmo tempo, o modo como esta dinâmica local toma forma na dimensão da festa. A festança é considerada como um mero “acessório cultural”; ao contrário, ela faz e refaz relações onde a própria sociedade se vê, se admira, se julga e se interpreta. Assim, o registro da Festa do Divino Espírito Santo em

Pirenópolis se ocupou da descrição das relações sociais e representações que dão forma aos festejos do Espírito Santo, bem como da sua rede de eventos, sendo esta a maior devoção da comunidade local, o que confirma a relevância do seu registro para o patrimônio cultural brasileiro. Conforme a previsão da Resolução 001/2006, que regulamenta o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, o dossiê também recomenda as medidas de salvaguarda necessárias à preservação dessa Festa.

O mecanismo de ativação das fontes de construção da identidade local, justificado pelo sentimento do pirenopolino, que identifica a Festa com a história local, bem como a sua própria história, contribui para o processo de reiteração das tradições, dialogando constantemente com a atualização permanente das várias manifestações culturais que compõem as festas populares. No caso da Festa do Divino de Pirenópolis, os diversos movimentos constatados pela pesquisa revelaram o esforço dos moradores e suas preocupações em manter, recuperar e dinamizar as tradições locais.

A Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis é considerada uma das maiores demonstrações de devoção ao Divino do país, segundo o IPHAN e, a partir da metodologia do INRC foi possível confirmar a sua diversidade, grandiosidade e sociabilidade local, tendo em vista o grande envolvimento da população em sua realização. Tal metodologia possibilita a construção de um olhar histórico que permite o aprofundamento de questões de origem, bem como o detalhamento de diversas informações que podem ser úteis no estudo de outras festas do Divino no Brasil. O estudo da Festa de Pirenópolis sinaliza o diálogo constante entre as festas religiosas populares e as festas medievais europeias, trazidas ao Brasil por meio dos processos de colonização, onde são refletidas as diversas transformações econômicas, sociais e culturais daquela localidade. Durante o registro foi constatado que a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis não corre risco de extinção, pois sua cadeia de transmissão está garantida pela ampla participação e envolvimento da comunidade local nos festejos, além de possuir formas próprias para a transmissão de seus valores para as gerações futuras, pois entre suas formas de festejar, existe a preocupação em inserir os jovens e as crianças, garantindo

assim a formação do gosto pela tradição. Outro fator positivo é que a comunidade local descreve a festa como um patrimônio de valor inestimável e desta forma, investe na manutenção de suas tradições.

Reiterar as tradições locais, em constante diálogo com a atualização permanente das várias manifestações culturais que as compõem tem sido uma atitude sempre presente na Festa do Divino Espírito Santo em Viana. Esses aspectos revelam o esforço da comunidade que procura manter, recuperar e dinamizar suas tradições, estando sempre em estado de alerta e em constante vigilância no que se refere à preservação de seu maior patrimônio cultural, os moradores de Viana não abrem mão de realizar, de forma cada vez melhor, a festa do Divino Espírito Santo. Esse sentimento de pertencimento colabora imensamente para a manutenção desta importante tradição cultural, trazida pelos imigrantes açorianos, no início do século XIX.

A Festa do Divino Espírito Santo de Viana é uma das mais ricas demonstrações religiosas e culturais que ocorrem no estado do Espírito Santo, permanecendo imbricada na rede de sociabilidade local e permitindo a construção de um olhar aprofundado sobre a história dessa celebração, suas origens, como veio chegar nesta localidade. Em sua expressão contemporânea, guarda inúmeros traços de similaridade com outras Festas do Divino existentes no Brasil. A comunidade de Viana descreve a festa com patrimônio de valor inestimável que merece ser preservado e divulgado, visando às futuras gerações. Trata-se de uma celebração dotada de religiosidade muito intensa que encontra lugar privilegiado de expressão: na devoção ao Divino Espírito Santo; nas suas redes de sociabilidade baseadas em relações de parentesco e vizinhança; na coletividade da produção da festa; nas formas tradicionais de inserção das famílias na realização dos festejos.

### **3. A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO: dos Açores para Viana**

O Estado do Espírito Santo recebeu este nome em consequência da forte tradição religiosa portuguesa, coincidindo com a chegada de Vasco Fernandes Coutinho à Capitania em 23 de maio de 1535, ou seja, num Domingo de Pentecostes. A data levou o donatário a batizar a terra de Vila do Espírito Santo, em homenagem à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade. Posteriormente, com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, no ano de 1808, a Colônia foi elevada de Vice-Reino a Reino Autônomo, adotando o povoamento como nova perspectiva para a ocupação do Brasil. Afirma Heribaldo Lopes Balestrero:

Somente a partir de 1812, quando já tínhamos 277 anos de estacionamento, começou a colonização organizada no Espírito Santo, com a vinda dos primeiros imigrantes ilhéus para o sertão de Santo Agostinho, hoje Viana (1976, p.51).

Naquela época não havia colonos disponíveis na Metrópole para suprir as necessidades de mão de obra do Brasil e assim, vieram os açorianos para auxiliar na ocupação do interior do Espírito Santo bem como na ocupação de outras capitanias. O território que passou a constituir o município de Viana e que no ano de 1812 foi escolhido para abrigar os colonos era um sertão conhecido como Sertão de Santo Agostinho. Estava situado no município de Vitória e compreendia uma localidade onde já existiam algumas fazendas: Calabouço, Tanque, Borba, Jucu, Belém, Jucuruaba e Araçatiba. O restante ainda não era povoado, estando coberto por matas virgens, se estendendo até as fronteiras com Minas Gerais. Assim, o Espírito Santo foi incluído nesse processo e Viana foi inserida nesse novo momento para o Brasil, sendo fundada em fevereiro de 1813 com a instalação famílias das Ilhas dos Açores, para o povoamento do interior da capitania do Espírito Santo.

Foram então trazidos das ilhas dos Açores muitos casais de ilhéus e destes separados 53 para o Espírito Santo, os quais foram situados nas vizinhanças do rio Jucu e seus afluentes, os rios Formate e Santo Agostinho, fundando-se com eles uma povoação a que o Governador Rubim denominou Viana, em homenagem ao Intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana. (BALESTRERO, 1976, p.130)

Com a fundação da colônia no Sertão de Santo Agostinho (Viana) foi iniciada a penetração do território, ligando esta Capitania à de Minas Gerais, pela estrada São Pedro de Alcântara. Assim que os colonos se instalaram nas terras, foi dado início em 15 de dezembro de 1815, à construção de uma Igreja a cujo ato compareceu o governador, sendo celebrada a primeira missa em 24 de junho de 1816 e inaugurada em 22 de março de 1817. O Governador Rubim também passou a residir em Viana numa casa que mandou construir ao lado da Igreja Matriz, onde abrigou o intendente geral de polícia, Paulo Fernandes Viana, quando veio à localidade para a inauguração da Igreja Matriz.



Figura 2 - Gravura que ilustra o processo de ocupação de Viana com a chegada dos Açorianos à localidade. Fonte: arquivo da Prefeitura Municipal de Viana (autor: André Carloni, data desconhecida).

De modo geral, a história do Espírito Santo apresenta fortes indícios de influências culturais herdadas dos escravos africanos e posteriormente dos imigrantes europeus, que se instalaram nesta localidade, contribuindo intensamente para a diversidade cultural deste estado. Ainda na primeira metade do século XIX, a capitania do Espírito Santo recebeu outros imigrantes, de diversas nacionalidades (principalmente alemães e italianos) e, a partir de então, fortes indícios das culturas advindas do processo imigratório espalharam-se por todo seu território. O cenário que se formou a partir daí foi revelando uma mistura de povos, raças, etnias, culturas e experiências que, juntas, moldaram territórios distintos e ao mesmo tempo interligados, geográfica e espacialmente, além dos entrelaçamentos socioculturais, políticos e econômicos.

Viana é uma cidade localizada na Região Metropolitana da Grande Vitória no estado do Espírito Santo e apesar de ainda possuir uma localização geográfica privilegiada, sendo elo entre a Região de montanhas e o litoral capixaba, teve



seu território original bastante reduzido, pois na época do Império, apresentava-se como um dos maiores e mais importantes territórios do Espírito Santo. Atualmente o município apresenta uma área de aproximadamente 312 KM<sup>2</sup>, sendo cortado por duas importantes rodovias federais, a BR 262 e a BR101 e também pela ferrovia Centro Atlântica. Sua população é estimada em torno de 62 mil habitantes e sua economia é baseada na agricultura e serviços do terceiro setor, principalmente a logística.

As heranças culturais podem ser reveladas e pesquisadas através de diversos aspectos do conjunto de bens que compõem o patrimônio cultural existente ainda no cotidiano das comunidades. A arquitetura, os utensílios, a culinária, as danças, as festas, a religiosidade, enfim, uma diversidade de manifestações que, somadas, constroem a memória e traçam o perfil dos habitantes de uma comunidade, de um estado e de um país.

Em sua história ainda encontramos os traços culturais advindos do Brasil Colônia no Distrito de Araçatiba. Através dos usos e costumes dos descendentes dos escravos dessa fazenda que foi uma das produtoras de cana de açúcar da costa brasileira e também do importante monumento da arquitetura jesuítica tombado pelo IPHAN, a Igreja de Nossa Senhora da Ajuda. Já os traços culturais herdados do Brasil Império, podemos encontrar na Igreja de arquitetura barroca tombada pelo Conselho Estadual de Cultura, a Matriz de Nossa Senhora da Conceição, marco da instalação dos imigrantes açorianos, que foram os primeiros povoadores a se instalarem no município de Viana durante os anos de 1812 a 1814. Nos anos seguintes, de 1815 a 1817, construíram a referida igreja e em 1817 realizaram a primeira Festa do Divino Espírito Santo naquela localidade, tradição religiosa e cultural que se perpetua até os dias atuais.

A igreja Nossa Senhora da Conceição é uma das principais referências arquitetônicas e culturais do município de Viana, ocupando posição de destaque no alto de uma colina, tendo à sua frente duas palmeiras imperiais. Durante a festa do Divino, a igreja é o local onde se desenrolam os principais acontecimentos religiosos do processo ritual, compartilhando com a Casa do Imperador e a Casa da Imperatriz a condição de espaço privilegiado da cidade

para o contato com o sagrado. Na igreja são guardados a Coroa, o Cetro e a Pomba do Divino ao longo de todo ano imperial, porém estas insígnias são expostas e assumem notoriedade durante a realização da festa.

Sobre a grande porta de entrada da vetusta matriz de Viana existe uma lápide com a seguinte inscrição: Estando no Brasil o Príncipe Regente Sr. D. João, sendo intendente geral de polícia Paulo Fernandes Viana, governador desta capitania Francisco Alberto Rubim. No ano de MDCCCXVI. (BALESTRERO, 1976, p.131)



Figura 3: Vista frontal da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição. Fonte: Arquivo Prefeitura de Viana. Autor: MENEZES, Waldson. Fotografia. Ano: 2010.

Ainda segundo Balestrero, tal inscrição marca uma época gloriosamente evocativa da história de Viana e também do Espírito Santo (início do século XIX), pois durante o governo de D. João VI, do Intendente de Polícia Paulo Fernandes Vianna e do Governador Rubim, foi possível alavancar o estado do marasmo que prevalecia há quase três séculos de existência.

De acordo com a documentação existente no Arquivo Público Estadual e no Arquivo Público Municipal de Viana, os imigrantes açorianos que chegaram ao Espírito Santo entre os anos de 1812 a 1814 eram naturais das Ilhas Terceira (em sua maioria), S. Miguel e Faial. Assim, ao iniciarmos os estudos a respeito

das características das festas existentes nas três ilhas mencionadas, constatamos alguns traços semelhantes entre a festa de Viana e as festas realizadas na Ilha Terceira, bem como algumas semelhanças com festas realizadas em outros estados brasileiros. Neste capítulo será apresentado um panorama sobre os principais aspectos da Festa e suas peculiaridades culturais, sociais e religiosas.

### **3.1) - AS ORIGENS DO CULTO AO DIVINO ESPÍRITO SANTO**

Dentre a diversidade de interpretações existentes sobre as origens do culto ao Divino Espírito Santo, apresentaremos neste estudo uma leitura panorâmica sobre o evento criativo e inspirador das ações iniciais, tendo como base o trabalho investigativo da pesquisadora açoriana Antonieta Costa, que adotou conceitualmente e cronologicamente algumas fases que consideramos significativas para a contextualização e entendimento da celebração em sua totalidade.

Ao iniciarmos nossa investigação sobre as origens desse culto, a manifestação perderia sua coerência se observada apenas no contexto cristão, pois de fato, as suas raízes e a sua lógica reportam-se a situações e crenças muito anteriores. A evidência desta realidade, no entanto, confronta-se com uma relutância geral em aceitar uma dimensão mais ampla, tanto no que diz respeito ao Culto do Espírito Santo com uma grande parte das festividades tradicionais. Tal atitude, além de prejudicar o entendimento dos sistemas de outras crenças além do cristianismo, remete essas manifestações a uma espécie de ilegalidade, podendo até mesmo se descaracterizar, além de correr o risco de desaparecerem, como aconteceu com o culto do Divino em diversas localidades de Portugal continental.

Considerando que cada geração procura dar a resposta que considera mais adequada à motivação da sociedade em que vive, e que tal fator é capaz de

influenciar muitas das verdades que foram instituídas desde os tempos mais remotos, em nosso estudo sobre essas origens iremos abordar principalmente quatro temáticas instituídas por Costa (2008): as antiguidades Judaica e Cristã; a contribuição de Joaquim de Fiore; Alenquer e a Rainha Santa Isabel e a chegada do culto nos Açores.

### **3.1.1) - AS ANTIGUIDADES JUDAICA E CRISTÃ**

O culto ao Espírito Santo está relacionado às comemorações do fim do ciclo agrícola, época festiva da colheita de cereais, e remete à celebração judaica de Pentecostes, quando se ofertavam os primeiros frutos da colheita ao Espírito Santo. No dogma católico, o Espírito Santo integra a Santíssima Trindade, ao lado de Deus Pai e de seu Filho Jesus.

As várias influências que, ao longo dos séculos, poderão ter condicionado o desenvolvimento do culto ao Espírito Santo, foram responsáveis por sua condução e também por sua formulação de conceitos, tendo em vista a festa como expressão que se utiliza do ritual como processo para sua efetivação. A constatação deste fato confirma uma teoria organizacional que diz que a coerência entre ideais e comportamentos deve ser considerada como uma das garantias de longevidade de qualquer organização. Assim, podemos perceber que o culto privilegia a divulgação de ideais através da ação, em oposição à utilização da palavra. O ritual apresenta-se como um promotor da igualdade entre os membros participantes no ambiente criado durante as suas performances, criando um estado de comunhão de sentimentos e de partilha igualitária da situação, revelando-se extremamente positivo para quem dela participa. O papel fundamental exercido pelo ritual no contexto do culto ao Espírito Santo deve ser considerado como complementar do seu sucesso, tornando obrigatória a sua focagem como uma das forças impulsionadoras do próprio culto. A ligação entre a função do ritual e os ideais do culto forma um

conjunto de grande coesão, podendo influenciar positivamente na longevidade dessa tradição. Afirma a pesquisadora Antonieta Costa que:

[...] as dificuldades que se oferecem a uma historiografia multiplicam-se, devido não só à complexidade do sistema ideológico do culto, mas principalmente ao afastamento no tempo, da época da sua criação. Os historiadores do tema já se especializaram por áreas, tornando ainda mais difícil o acesso a uma visão global e simultaneamente sintética, do que possam ter sido as origens, quais os fundadores e as motivações iniciais do culto, fatores que permitiriam a sua compreensão. (1999, p.25)

O culto ao Espírito Santo é uma espécie de repositório de vestígios de antigos ritos pagãos, cuja lógica estando fora do tempo atual, se prende à manifestação de forças da natureza e à sua interpretação pelo homem. Por esse motivo, no passado, o culto perderia toda a sua simbologia implícita se fosse realizado no inverno<sup>8</sup>. Tal hipótese explicativa é sustentada pelo fato de que, fora das suas molduras temporais originais, os eventos poderiam perder grande parte do seu sentido. Faz-se necessário então, identificar sua função primordial de interação com as forças da natureza, como modo de preservação da sua coerência atual, para que seja efetivado um entendimento mais profundo de sua verdadeira essência. A lógica temporal da Festa pode ser considerada como resultado da preocupação do homem com a sua sobrevivência, tornando mais acessível nossa interpretação acerca de outros aspectos vestigiais, onde os rituais funcionavam como tentativas mágicas de controle de problemas. Em nosso estudo apresentaremos o culto na sua riqueza de tradições milenares, resultantes de diferentes apropriações e adaptações às respectivas mentalidades ao longo dos tempos.

Recentemente começou a ser considerada, para explicar as origens do culto do Espírito Santo, a ligação das tradições religiosas europeias a uma matriz filosófica hebraica e, conseqüentemente, ao Antigo Testamento. Esses fatores têm contribuído não só para uma maior abertura de diálogo por parte da Igreja católica, bem como para o impulsionamento das investigações sociológicas e laicas. Costa (1999) aponta para a existência de alguns estudos que

---

<sup>8</sup> A referência à estação do ano só se concretiza na Europa, devido às suas origens ligadas às festas da Colheita, que eram realizadas na primavera. No Caso específico de Viana-ES, a festa acontece sempre nas proximidades do dia de Pentecostes, no outono do Brasil.

comprovam a ligação do culto à eventual prática de rituais judaicos, de cumprimento de preceitos bíblicos na época de Pentecostes em Portugal continental, onde podemos encontrar referências à figura do Espírito Santo, que se corporizava como um sopro, significando o espírito transmissor de força e vida.

Na ausência de documentos que registrem a origem das Festas do Divino Espírito Santo, esse assunto vem sendo bastante questionado. Apenas este comentado evento vem sendo perpassado tradicionalmente, de geração em geração. Em suas linhas gerais, a celebração religiosa é uma homenagem, uma maneira que os fiéis encontram de agradecer as graças recebidas. Assim como em Viana, a Festa do Divino ocorre em diversas regiões brasileiras, em diferentes datas, que podem obedecer a datas específicas ligadas ao calendário pós-colheita do principal produto agrícola da região ou ao calendário que coincide com a celebração do Pentecostes (celebrado no quinquagésimo dia após a Páscoa). Neste contexto, a origem das festividades em homenagem ao Divino Espírito Santo é pagã. Tendo seu início quando os povos das antigas civilizações passaram a se reunir ao entorno de colheita e semeadura.

### **3.1.2) - A CONTRIBUIÇÃO DE JOAQUIM DE FIORE**

A segunda temática que apresentaremos aqui faz referência à contribuição de Joaquim de Fiore<sup>9</sup> para a criação da ideologia e do sistema filosófico, tidos como suporte conceitual do Culto do Espírito Santo, onde o mesmo se dedicou à investigação meticulosa dos Evangelhos, propondo uma reinterpretação dos mesmos. Para tanto, foi necessário o seu isolamento de suas atividades de religioso e tal atitude ocupou grande parte de sua vida. Sua notoriedade deve-se à interpretação do evangelho de São João a partir de uma visão ou sonho

---

<sup>9</sup> Joaquim de Fiore (1130-1202). Seu trabalho foi considerado de extrema importância para a Igreja católica. Seu processo de canonização iniciado em 1935, porém foi interrompido devido às muitas polêmicas levantadas acerca da legitimidade teológica das conclusões resultantes de suas investigações.

sobre a entidade do Espírito Santo, destacando sua natureza e sua importância no futuro da cristandade e da humanidade em geral.

Seu entendimento relatava as três figuras divinas da Santíssima Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo) como influenciadoras do comportamento humano, em fases diferentes de sua evolução. O abade Joaquim de Fiore estabeleceu uma relação direta entre a personalidade de liderança e autoridade atribuída ao “Pai” em contraposição a uma humanidade ignorante, temente e obediente; A personalidade humilde embora revolucionária de Cristo, o “Filho”, versus a nova atitude de responsabilização do homem e, por fim, o “Espírito Santo”, com seu comportamento imponderável e imprevisível, contraposta à maioria intelectual e completa autodeterminação moral da humanidade, conhecida também como sapiência. A “Terceira Idade”<sup>10</sup> (que faz referência ao Espírito Santo) assim denominada por Joaquim de Fiore, marca a existência de um tempo onde o espiritual predomina sobre o material. Tal comportamento deveria caracterizar-se por uma atitude de desprendimento em relação aos bens materiais, contribuindo para o estabelecimento de uma divisão equitativa, resultando em abundância de recursos materiais, o que possibilitaria uma sobrevivência mais harmônica entre os seres humanos.

De acordo com os indícios apontados por Joaquim de Fiore, estabelecidas no Evangelho de São João a partir de seu entendimento, as premissas assim estabelecidas, desenvolvidas e interligadas até atingirem a consistência de um sistema filosófico, influenciaram toda a Europa, disseminadas pelos Franciscanos. Vários reinos também aderiram a estes princípios devido às necessidades impostas pela fome, doença e miséria, tornando-se para aquelas pessoas, uma atitude de sobrevivência. Infelizmente, com o fracasso desse movimento social e com a destruição de muitos documentos históricos comprobatórios, para alguns historiadores, tais elementos, assim como a própria identidade de Joaquim de Fiore, foram colocados à prova, questionando a sua veracidade. A destruição natural de documentos, assim

---

<sup>10</sup> A festa de Pentecostes está associada às profecias do monge Joaquim de Fiore, que defendia a teoria dos três tempos da humanidade, com base na Santíssima Trindade: a Era do Pai, a Era do Filho e a Era do Espírito Santo, cujos sete dons consistiriam na fonte de todo o saber e de toda ordem. (ENES, Maria Fernanda, 1988, citada por SILVA, Mônica Martins da, 2001, *A Festa do Divino – Romanização, Patrimônio e Tradição em Pirenópolis*, Agepel, Goiânia).

como a destruição causada pelas depurações religiosas, junto à comprovação histórica insuficiente desses acontecimentos, fez com que alguns pesquisadores preferissem simplesmente omiti-los ou resumi-los em sua essência mais nuclear: “Foi a opção que seguiu, por exemplo, João Leal (1992), na sua tese de doutoramento ‘Cerimonial, Relações Sociais e Tempo’, sobre as Festas do Espírito Santo nos Açores”(COSTA, 1999, p.31).

Embora difícil de comprovar, dada a ausência dos documentos históricos necessários, a herança ideológica na qual o culto parece alicerçar-se, assemelha-se às teorias expressas por Fiore. Aprofundando a ideologia em que se baseia, percebe-se que, embora por vezes desfocada das suas linhas de força, por um natural enviesamento produzido por cada pensador, filósofo ou historiador que a aborde, o joaquimismo<sup>11</sup> apresenta sempre uma linha enfatizada pela aceitação do diferente, que se manifesta através do ideal da afirmação da igualdade de direitos (igualdade fraterna) e a sociedade sem hierarquias nem divisão de classes. Entretanto, a criação de uma estrutura que permita a aceitação da diversidade de visões, implícitas nesse ideal, é essencial na instalação dessa nova ordem. Assim, o culto continua a propor a abolição das classes e das hierarquias à sociedade, apesar dos problemas de compreensão, por parte das estruturas instituídas.

Quanto aos objetivos que teriam impulsionado o abade Joaquim de Fiore na construção de sua utopia, não nos aparece atualmente de forma desvinculada e objetiva, pois a sua obra, escrita originalmente em latim medieval, foi ao longo dos séculos interpretada (consciente ou inconscientemente) por muitos historiadores, nas respectivas traduções. A hipótese que consideramos aqui, acerca do papel de Joaquim de Fiore e da sua ideologia, como fundadores dos ideais do culto, apresenta-se, portanto, como um dos elementos de maior coesão e articulação interna, muito embora sem o respaldo da documentação apropriada para tal afirmação.

Assim, a ideologia joaquimita, o preceito hebraico ou bíblico, assim como outras possíveis ligações a movimentos sociais ou religiosos, sugerem argumentos fundamentando motivações que parecem

---

<sup>11</sup> A interpretação Joaquimista da mensagem cristã procura na instituição da igualdade entre os homens, modificar a estrutura vigente na hierarquia da igreja.



funcionar na comunidade, como forças impulsionadoras do culto, atribuídas às raízes tradicionais, de hábitos e crenças [...] Porém, a criação do conjunto de rituais, do cerimonial que compõe o culto, (que na verdade nada tem de uma inspiração de momento, ou obra do acaso) é consensualmente atribuída ao casal real. (COSTA, 1999, p.36)

### **3.1.3) - ALENQUER E A RAINHA SANTA ISABEL**

Alguns relatos sobre a origem do culto ao Divino Espírito Santo apontam para Portugal do século XIII, numa celebração estabelecida pela Rainha Isabel (1271-1336), a dama do milagre do pão e das rosas, por ocasião da construção da igreja do Espírito Santo, na cidade de Alenquer e, desde então, essa devoção se difundiu rapidamente, tornando-se uma das mais intensas e populares em Portugal. De acordo com Gustavo Cortês, a Festa do Divino é uma comemoração europeia, como podemos observar a seguir em uma das explicações acerca da origem da festa:

Foi instituída pela rainha Isabel, casada com o rei Dom Dinis, o lavrador, na cidade de Alenquer, onde foi construída uma igreja em homenagem ao Divino Espírito Santo, no início do século XIV. Conta a lenda que a rainha gostava de distribuir esmolas para os pobres, especialmente comida. O rei, sovina, passou a proibir a esposa dessa prática. Certa vez, quando levava pão aos famintos na rua, ela foi surpreendida de repente pelo rei, que lhe perguntou o que trazia. Temendo a reação do marido, ela respondeu que trazia rosas. Ao verificar, espantado, o rei viu lindas flores. Desse milagre parece ter nascido a tradição de se distribuir comida para todos os participantes nas comemorações do Divino. A devoção se espalhou rapidamente em Portugal e se tornou festa coletiva de grande interesse popular. (2000, p.24).

Devido ao clima de guerra entre o Rei D. Dinis e seu filho, a Rainha Isabel de Aragão clamou ao Divino Espírito Santo que se restabelecessem os tempos de paz. Em gratidão, ela mandou fazer uma cópia da coroa do reino, colocando no alto uma pomba branca (o símbolo do Divino), para sair em peregrinação pelo mundo, arrecadando donativos aos pobres. Esta é uma das versões que

atribuem à Rainha Isabel de Aragão a origem da Festa do Divino em terras portuguesas. A soberana ficou conhecida pela sua atuação política na tentativa de garantir a paz no país, durante conflitos pela conquista do trono, envolvendo o Rei Dinis, o Príncipe Afonso (herdeiro legítimo da coroa) e Afonso Sanches (filho do monarca concebido fora do casamento).

Em outra versão, a Rainha Isabel, muito apegada às convicções cristãs, prometeu ao Espírito Santo um dia de culto e a própria coroa se a paz voltasse à família e ao reino – o que ocorreu. Atribuindo a dádiva alcançada ao poder divino que a inspirou e a fortaleceu, a soberana cumpriu sua palavra. No dia de Pentecostes, a rainha levou a prometida coroa à Igreja do Espírito Santo, na Vila de Alenquer, seguida por uma solene procissão com nobres do reino. A celebração jamais vista no país foi realizada para externar a vontade do Rei e da Rainha em servir ao povo no espírito da caridade e da humildade. A cerimônia exaltava os humildes, que recebiam as insígnias do poder real – coroa e cetro – simbolizando a instituição do Império do Espírito Santo, comemorado com um grande banquete partilhado com os pobres. Por determinação da Casa Real, a festa passou a ocorrer todos os anos na mesma data, ultrapassando as fronteiras do tempo e do território português. Pela vida voltada à caridade e prática do bem, Isabel de Aragão ficou conhecida como “Rainha Santa”, sendo canonizada pela Igreja, em 1625, em razão dos diversos milagres a ela atribuídos.

Noutra versão acerca das origens dessa festa apontam para a história de que, certo dia, enquanto a rainha passava pelos jardins e, dirigindo-se às portas do palácio com os pães para os pobres em seu avental, encontrou com o seu esposo. O rei a interpelou querendo saber o que estava levando. A rainha respondeu que não estava levando nada além de rosas e o rei pediu para ver e então, a rainha ao abrir seu avental, deixou cair inúmeras rosas ao chão. (ARAÚJO, 1964).

Ao narrarem as origens da festa, os açorianos a inserem na história portuguesa, situando-as miticamente no reinado do D. Diniz (1261-1325). Os mitos de origem situam a fundação da festa ainda no século XIV, obra da rainha santa Isabel (1271-1336), esposa de D. Diniz, a qual teria realizado uma promessa ao Divino Espírito Santo para que cessassem as guerras entre seu esposo e filho. O

pagamento dessa promessa seria feito na forma de uma ampla e generosa distribuição de alimentos e bebidas aos pobres. Em algumas versões, a rainha coroava os pobres com sua própria coroa. Assinale-se que a inspiração religiosa da rainha santa teria como fonte o monge franciscano Joachim de Fiore (1135-1202), cujas ideias messiânicas apontavam para a existência de três idades do mundo: a idade do Pai, a idade do Filho e a idade do Espírito Santo. Com a terceira idade do mundo, este conheceria um novo tempo, e o império do Divino Espírito Santo traria paz e fartura para todos (GONÇALVES e CONTINS, 2008, p. 73 e 74).

É bastante presente entre os imigrantes açorianos o mito de origem que relaciona o surgimento da festa ao pagamento à promessa da Rainha Isabel ao Espírito Santo, indicando o oferecimento de uma festa anual em Alenquer, onde eram distribuídas fartamente comidas e bebidas aos pobres, onde, durante a festa, a rainha coroava os pobres com sua própria coroa. Graças a esse mito, frequentemente são apresentadas durante as procissões, jovens vestidas com o manto, o cetro e a coroa da Rainha Santa Isabel.

Existem diversas dúvidas quanto à data do ato ou cerimônia real que deu a origem à criação do culto ao Espírito Santo em seu formato imperial, na vila de Alenquer<sup>12</sup>. Para um grande número de investigadores do tema, a Rainha Isabel e o Rei D. Dinis, foram os fundadores do Culto do Espírito Santo em Portugal, embora se admita que o mesmo pudesse já fazer parte de práticas anteriores, com base numa herança ideológica comum. Desta forma, podemos citar que a criação do conjunto de rituais e do cerimonial que compõem o culto é consensualmente atribuída ao casal real. De acordo com Quadros, 1987 (apud COSTA, 1999, p. 37):

[...] tendo analisado as variadas linhas de investigação de outros historiadores, apresenta a hipótese de ter sido preferencialmente o rei D. Dinis o criador (ou talvez o mentor intelectual) do cerimonial, explicando as razões que o levam a não aceitar totalmente o testemunho de outros historiadores, que apontam a rainha como autora.

Para explicar sua teoria, Antônio Quadros invoca três razões de peso, entre elas: O rei era um intelectual, reconhecido poeta e, sendo uma pessoa extremamente criativa, revelou-se também um inteligente e sensível gestor

---

<sup>12</sup> Alenquer é uma vila portuguesa, pertencente ao Distrito de Lisboa, situada a trinta quilômetros da cidade de Lisboa.

diplomata, justificando sua tomada de medidas de elevada estratégia administrativa. A segunda razão aponta para a pendência existente entre Portugal e o Papado, chegando por fim à interdição do reino e à excomunhão do rei, com o fechamento das igrejas e a ausência de cerimônias religiosas. Quando D. Dinis sobe ao trono, poderá ter inspirado algumas das características do cerimonial que o distinguem de outros da mesma natureza. Sendo ele a figura central da reconciliação, que acontece após uma década, foi notável o interesse na consolidação da nova posição de independência em relação à Igreja, fazendo-o de modo dissimulado, através dos rituais, muito embora estes pudessem já existir sob outra forma. A terceira e última razão se deve ao fato de não existir a figura do Imperador nos rituais semelhantes encenados noutras regiões e países que, sob o formato de confrarias, tinham como principal objetivo a formação de grupos que se juntavam para a refeição cerimonial e para a redistribuição de bens alimentícios, na época de Pentecostes.

A responsabilidade de D. Dinis na criação dos rituais justifica-se, portanto, pelo seu interesse em dois propósitos: o de “restituir a César o que é de César”, não só no caso das propriedades particulares que gradualmente saíam da jurisdição do estado para a da igreja (e que ele recuperou), como no criar de um espaço de dignificação da relação do homem com o sagrado, que ele terá pretendido formular noutros moldes... Um império governado por autoridade diretamente emanada de Deus na ordem terrena, sem interferência eclesiástica fora do domínio espiritual. (COSTA, 1999, p.38).

Assim, o novo entendimento destas posições, proposto por D. Dinis, seria de que o Monarca ou o Imperador têm carisma próprio, são eleitos por Deus e não pelo Pontífice. A figura do Imperador nos rituais de culto seria então a metáfora teatralizada dessa nova atitude política, que se refletiria no cotidiano laico por uma maior autonomia de ação. Já os relatos que atribuem à Rainha Isabel o papel de fundadora do culto são muito mais numerosos, conforme cita Antonieta Costa (1999), desde manuscritos dos próprios monarcas a um elevado número de textos dos séculos XVI, XVII e XVIII, onde Alenquer e a família real aparecem constantemente ligados à criação do cerimonial, na representação do poder imperial. São acontecimentos de caráter místico, os quais relacionam a criação do cerimonial com eventos extraordinários ou até

mesmo, à atribuição de milagres, levando à canonização da Rainha “Santa” Isabel pela Igreja católica. A partir deste conjunto de acontecimentos foi instituída a difusão, o desenvolvimento e a propagação do “Império”, como uma nova ordem social instituída. Algumas pesquisas e documentos reforçam a ideia do casal real como fundador do culto, através da instituição de seus ideais e práticas, cabendo também a eles, especialmente no que diz respeito ao estabelecimento de uma gramática ritualizada, a expressão do gestual, ocasionando uma metáfora dramatizada.

### **3.1.4) - A CHEGADA DO CULTO NOS AÇORES**

A chegada do culto do Espírito Santo nos Açores é simultânea à descoberta e ao povoamento nas ilhas. O arquipélago dos Açores é constituído por nove<sup>13</sup> ilhas, descobertas entre os anos de 1427 e 1452, por navegadores portugueses a serviço da Coroa Portuguesa. Alguns historiadores relatam que junto aos descobridores portugueses, também estavam os colonos e os frades franciscanos. Um dos relatos históricos mais conhecidos do Arquipélago dos Açores aponta para a existência de um primeiro ato religioso naquela localidade, que foi a realização de uma missa em homenagem ao Espírito Santo, na Ilha de Santa Maria. Reportando-se à cultura da época e às representações que a definiam, a realização desse ato pode ser visto como a manifestação de uma concepção presente no pensamento social, explicando a adesão aos ideais franciscanos e à facilitação de sua divulgação por parte do povo, constituindo-se como um importante testemunho sobre o tradicional culto dos insulares ao Divino Espírito Santo, a ponto de se afirmar como um dos elementos culturais mais peculiares da sociedade açoriana.

A prática do culto ao Espírito Santo nos Açores, exercida sem intermediários, por pessoas comuns, é comumente designada pela hierarquia católica como resultante de uma tradição pagã, sendo entendida como uma memória

---

<sup>13</sup> O Arquipélago dos Açores é formado por nove ilhas: São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico, Faial, Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo.

subliminar que tem o poder de impulsionar a ação, agindo como uma fonte de energia que influencia as práticas levadas através da realização dessa tradição. A comparação estabelecida entre um conjunto de elementos que por si próprios levantam a questão da origem do culto, bem como outros contextos históricos provenientes de investigação de tradições orais ainda presentes, permitiu o levantamento de hipóteses razoáveis sobre relação possível entre eles. Esse olhar atento ao passado na investigação das origens do culto é considerado extremamente positivo para a valorização dos aspectos históricos dessa tradição, considerando-a como um museu vivo, ou seja, um repositório de memórias e sentidos que embora tenham sido parcialmente esquecidos ou ignorados na atualidade mantém a sua prática enquanto ritual.

Pela natureza e número de relatos que acompanham o cotidiano do culto, percebemos claramente uma consciência mítica que o envolve, ligando-o a outras origens e tempos. Sendo reconhecido, por mera observação da prática do culto ao Espírito Santo, o papel de construção das representações mentais de definição do sobrenatural e da orientação moral e, estando nas mãos dos leigos, membros da organização, compreende-se como natural que esta oposição tenha acabado por se tornar matéria conflituosa posteriormente.

Nos tempos iniciais do povoamento, diversos fatores contribuíram para o desenvolvimento dos ideais do culto. Primeiramente, podemos destacar o fato do Cardeal D. Henrique acompanhar-se de Cavaleiros da Ordem de Cristo<sup>14</sup> tanto para a tarefa dos descobrimentos, bem como para a doação das Ilhas, também na criação da figura jurídica dos donatários. Posteriormente podemos citar a cessão da autonomia de ação aos frades franciscanos já no início do povoamento dos Açores, facilitando a implementação do culto ao Espírito Santo. Tais fatores também configuram um importante dado para a compreensão da filosofia latente no conteúdo simbólico do culto, desde o início, e preservada pela mecânica de seus rituais até os dias atuais. Caso D. Dinis tenha tido a intenção de expandir pelo mundo a nova ordem, terá criado expectativas ou até mesmo estruturas que a fizeram perdurar por diversos reinados posteriores ao seu.

---

<sup>14</sup> A ordem de Cristo foi uma ordem religiosa e militar, fundada em 1319 pelo Rei D. Dinis, sendo aprovada pelo Papa João XXII.

Tanto a autonomia que o poder eclesiástico gozou no arquipélago, como a preponderância da Ordem Franciscana no mesmo, ou ainda o efeito protetor que estes fatores exerceram sobre a divulgação do culto, são elementos que reforçam a razão da sua implementação na cultura local, então em plena génese. Estas razões são reforçadas, especialmente quando se tem em atenção a verdadeira atitude da Igreja oficial, nessa fase da história, lembrando que esta se caracterizava pela imposição aos leigos de um afastamento de possíveis intromissões na esfera das definições espirituais, ou da teologia 'postura que, ao invés, faz parte da natureza do culto do Espírito Santo'. (COSTA, 1999, p. 46).

Dentre as várias influências que, ao longo dos séculos, poderão ter condicionado o desenrolar do culto ao Espírito Santo, conduzindo-o tanto à formulação de conceitos e à criação de mitos, a utilização do ritual como processo foi certamente uma das opções mais adequadas. De acordo com COSTA: "A constatação deste fato confirma uma teoria organizacional que diz que a coerência entre ideais e comportamentos pode ser considerada uma das garantias de longevidade de qualquer organização" (2008, p.83).



Figura 4: Sopa do Divino servida na Festa do Divino Espírito Santo na Ilha Terceira - Açores. Fonte: Arquivo Pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2010.

O culto ao Espírito Santo baseia sua ação, fundamentalmente, na execução de certo número de ritos que, no seu conjunto, compõem o grande ritual que dura cerca de uma semana, denominado de “Festa”. Uma das funções essenciais do ritual, a de catalizador de emoções, é magistralmente executada por este culto religioso. Na prossecução dos vários ritos, são feitos apelos aos sentidos, paladar, visão, olfato e audição, cujas emoções são coordenadas com os fins a atingir. Nos Açores, a grande refeição cerimonial é um exemplo desta situação, a transformar-se num alegre convívio onde o saborear das “Sopas do Espírito Santo”<sup>15</sup>, (figura 4) simboliza ainda na atualidade a simultaneamente a partilha, que por sua vez expressa o valor da igualdade entre os homens.

Na Festa do Divino Espírito Santo, a profusão entre o sagrado e o profano é bem visível. Durante as procissões e celebrações, os fiéis rezam, cantam, pagam promessas e se emocionam com o tempo sagrado. Sobretudo, com o encerramento das celebrações religiosas, vive-se o lado profano da festa. Como escreveu Carlos Rodrigues Brandão:

Ora, em sua variação de formas e alternativas o catolicismo parece ser, dentre todas as religiões mais visíveis do Brasil, aquela que combina o maior número de formas diferentes de celebrações, podendo fazê-las, inclusive, sucederem-se umas às outras, do que resulta a própria festa católica. Assim, uma Festa do Divino Espírito Santo, a folia precatória de antes dos festejos, a novena, as procissões, a grande missa do domingo e os folguedos, como os ternos de moçambiques e as cavalcadas. Apesar dos esforços da Igreja para separar uma parte propriamente *religiosa* das outras, *folclóricas* ou das francamente *profanas*, para o devoto popular o sentido da festa não é outra coisa senão a sucessão cerimonial de *todas* estas situações, dentro e fora do âmbito restrito dos ritos da Igreja (1989, p. 37)

Resultante de uma dimensão social que é transformada pela crença numa divindade, podemos constatar que o culto é capaz de gerar e transferir para a sociedade um patrimônio ético e moral. A comprovação deste fato poderá ser obtida no estudo da cultura popular açoriana, que surge aos olhos do observador como fortemente marcada pelos valores do culto.

---

<sup>15</sup> Prato servido, ainda na atualidade, nos banquetes oficiais da Festa do Divino nos Açores. Feita com caldo de carne, temperado com sal, louro, hortelã, pau de cravo, pimenta e molho de alcatra. Ao caldo são acrescentadas fatias grossas de pão cortadas à faca e algumas folhas de repolho. É cozinhada em grandes caldeirões e servida em tigelas de louça ou alumínio.



### 3.1.5) - A CHEGADA DO CULTO NO BRASIL

As festas de santos foram trazidas para o Brasil através dos colonizadores europeus como devoção religiosa e expressão da cultura popular medieval e espalharam-se pelo país durante o processo de ocupação do território, sendo mescladas aos cultos de matriz africana e às crenças indígenas. A Festa do Divino foi instituída no Brasil pelos primeiros povoadores, espalhando-se por diversas localidades, com destaque para o litoral sul, com maior incidência de imigrantes açorianos. Há documentos que atestam a realização da festa do Divino em diversas localidades brasileiras desde os séculos XVII e XVIII, e diversas pesquisas que destacam a importância das festividades ao Divino Espírito Santo, demonstrando as peculiaridades da festa de acordo com a localidade abordada.

De acordo com a pesquisadora Antonieta Costa, nas antigas festas do Divino, após as celebrações religiosas e a saída do cortejo rumo à casa do Imperador ou ao Império (local de onde partiam as procissões em dias de festa), as pessoas se dirigiam para um local especialmente preparado para a realização dos bailes e onde eram servidas comidas e bebidas. Posteriormente, alguns festejos foram transferidos para os pátios das igrejas que, após as celebrações religiosas, fechavam suas portas e a festa continuava nos arredores.

Originalmente, a Festa do Divino constituía-se do estabelecimento do Império do Divino, com palanques e coretos, onde se armava o assento do Imperador e uma criança ou adulto era escolhido para presidir a festa, que gozava de poderes de Rei. Tinha o direito, inclusive, de ordenar a libertação dos presos comuns, em certas localidades do Brasil e de Portugal. Para arrecadar os recursos de organização da festa, fazia-se antecipadamente a Folia do Divino, onde grupos de cantadores visitavam as casas dos fiéis para pedir donativos e todo tipo de auxílio. Levavam com eles a Bandeira do Divino, ilustrada pela pomba que simboliza o Espírito Santo, recebida com grande devoção em toda a parte. Essas folias percorriam grandes regiões, se estendendo por semanas ou meses inteiros. Para se ter uma ideia do prestígio da Festa do Divino no

século XIX, o folclorista Câmara Cascudo lembra que o título de "Imperador do Brasil" foi escolhido em 1822, pelo ministro José Bonifácio, porque o povo estava mais habituado com o título de Imperador (do Divino) do que com o nome de Rei.

As contradições ou semelhanças existentes entre as diferentes interpretações acerca das origens do culto ao Divino Espírito Santo não parecem interferir com o que aqui se pretende realçar do material histórico em análise, ou seja, que o culto pode ter origens muito antigas, anteriores mesmo aos acontecimentos de Alenquer, que alguns historiadores apresentam como local de origem em Portugal continental, como parecem comprovar algumas teorias. Entretanto,

as questões que se colocam, face aos elementos contraditórios, mantêm-se: Que características tem essa entidade mística, o Espírito Santo, para evocar, ao longo de séculos, tão forte cultura e motivação? Do mesmo modo se questiona – Que elementos terão contribuído para a gênese e propagação desta cultura? (COSTA, 1999, p.28).

Os dados históricos apresentados neste estudo nos revelam uma linha condutora, caracterizada por um interesse especial na dignificação do homem comum através da exaltação do poder da divindade. Esta intenção aparece explicitada pela estrutura e comportamentos da organização do Espírito Santo, ao longo dos séculos de sua existência, pelo que se supõe estar integrada nos seus valores e ideal. A proposta de Joaquim de Fiore insere-se nos primórdios da época e do pensamento social, contribuindo com uma grande parcela de influência e motivação, onde os ideais de igualdade e fraternidade o impulsionaram a um entendimento do homem comum com relação à divindade.

Isolado no meio do Oceano Atlântico, com as dificuldades de ligação e comunicação existentes nos primeiros séculos, a experiência de dignificação do homem comum, foi objetivada através do culto do Espírito Santo, no qual é entregue a qualquer indivíduo toda a responsabilidade ideológica e administrativa dessa experiência social. Enquanto no restante da Europa tais movimentos encontravam-se em extrema instabilidade, nos Açores, a experiência seguia um curso seguro. Os Açores receberam os efeitos quase simultâneos destas duas influências: enquanto lá chegavam as naus com os

franciscanos (responsáveis por divulgar os ideais joaquimitas), chegavam também e partiam constantemente outras naus para e da Índia, assim como para o Brasil e a América, carregadas de riquezas. Todos esses acontecimentos, provenientes da ambição que estavam presentes no mundo ocidental, marcaram de modo muito especial a experiência dos Açores.

O conteúdo que é expresso pelo culto ao Espírito Santo através da linguagem ritual, nomeadamente no que se refere à distribuição dos alimentos cerimoniais, se enquadra no percurso histórico do ideal de igualdade social, simbolizado pela partilha. Pressupõe-se que seja esta garantia de legitimidade ideológica que impede uma ruptura total entre as duas entidades, mantendo as festas dos Açores, bem como de outras localidades ainda ativas, mesmo quando em oposição às prescrições e linhas de atuação da Igreja católica.

### **3.2) - O DIVINO EM VIANA: uma tradição que se perpetua**

Em Viana, assim como em outras localidades, a Festa do Divino Espírito Santo é realizada anualmente na semana de Pentecostes, em comemoração à vinda do Espírito Santo sobre os apóstolos de Jesus Cristo. É mesclada de rituais de louvor e outras homenagens ao Espírito Santo. A Festa em Viana apresenta-se como uma tradição religiosa de alcance popular, constituindo-se como um complexo celebrativo que se desenrola cinquenta dias após a Páscoa. A celebração engloba diversos rituais desde a escolha dos festeiros - intitulados Imperador e Imperatriz, realizada por meio de sorteio no final da festa do ano anterior.

Em seus aspectos culturais materiais e imateriais, seus elementos e suas funções, a Festa do Divino Espírito Santo em Viana apresenta-se como a única manifestação religiosa e cultural remanescente dos imigrantes açorianos ainda existente na cidade, que teve sua primeira edição em julho de 1817, conforme

relata Heribaldo Lopes Balestrero, historiador de Viana, em seu livro Subsídios para o Estudo da Geografia e da História do Município de Viana:

[...] as Festas do Espírito Santo eram as mais importantes que se vinham mantendo com a mesma tradição desde 7 de julho de 1817 (1951, p. 79).



Figura 5 – Procissão da Festa do Divino Espírito Santo na cidade de Viana. Imperadores: Sr. Theodomiro Pery Miranda e Srª Felícia Pimentel. Fonte: Acervo Familiar. Fotografia. Autor desconhecido. Data provável: 1968.

O Jornal O TRABALHO, de 18 de novembro de 1939, na coluna Revivendo Vianna antiga do Escritor Heribaldo Lopes Balestrero também noticiou como era festejado antigamente o Divino Espírito Santo em Viana:

O POVO DE VIANNA sempre se ufanou da sua religiosidade, em todos os tempos.

De facto desde a fundação do lugar, isto é, a contar de 1817, nunca deixou de ter um padre com residência efectiva na Parochia até ultimamente, quando ficou definitivamente abandonada, sem detrimento de outros logares, peiores na fé, onde existem dois e até mais sacerdotes.

De todas as festas que se realizavam, em tempos idos, na Parochia, além da de N. S. da Conceição, nossa Padroeira, a mais

pomposa era a do Espírito Santo. E que aparato se dava a essa festividade tradicional ? !

Os festeiros, sempre um homem e uma mulher que não fossem da mesma família, eram sorteados um anno antes e faziam a festa às suas expensas – o “imperador” (assim se designava o festeiro) festejava o dia e a “imperatriz” (designação da festeira) a véspera. Cada qual se esmerava por desempenhar melhor a sua missão que elles consideravam sagrada.

A imagem do Divino Espírito Santo era entregue ao novo imperador, no dia do sorteio, à tarde, em procissão solemne, como também a corôa à imperatriz.

Na véspera, o imperador, acompanhado pelo Vigário, mais pessoas gradas e o povo em geral, ia em procissão, pouco antes do officio religioso, à casa da imperatriz buscal-a, ao som da música e de hymnos religiosos, e levava-a à Igreja. Alli tinha logar a celebração pomposa das vésperas, havendo depois leilão, fogos e diversões.

No outro dia, antes da missa, era a imperatriz que, acompanhada de igual séquito, fazia idêntica cerimônia com o imperador. E a festa decorria animada, cheia de satisfação, de dinheiro e (o que era melhor) de religiosidade que era um encanto assistil-a! Interessante, porém, era o modo como os homens daqueles tempos, quase todos ricos e independentes, fazendeiros poderosos, disputavam entre si aquella honra divina. Elles faziam conjecturas, preparavam-se até de antemão para esperar essa feliz oportunidade.

Houve um velho, em Vianna, que eu ainda conheci – o coronel Cezar Augusto de Castro Escobar – antigo voluntário da guerra do Paraguay, que levou mais de 30 annos esperando o seu sorteio e quando o conseguiu já se achava velhinho. Preparado, como estava, havia annos, a sua festa, cuja parte profana foi realizada ali na casa do velho Louroza, perto do chafariz velho, foi um assombro – durou 8 dias, com música e comidorias para quem quizesse aproveitar.

Era costume naquele tempo possuírem os fazendeiros uma casa na villa, para se installarem com suas famílias, em occasiões de festas.

Três dias antes, aqui estavam elles, com o seu pessoal, trazendo cargueiros carregados de gêneros da lavoura, brindes e enchiam a villa de gente, de alacridade, de movimento, enfim.

Terminados os festejos, que como já disse, duravam sempre uma semana ou mais, regressavam todos aos seus lares, para a luta pela vida.

Um povo como o de Vianna, cuja história é uma página religiosa sem fim, não pode deixar de considerar-se feliz – a sua felicidade reside nesses acontecimentos histórico-religiosos.

E os factos históricos do nosso município, meus caros leitores, se confundem com a história da sua religião, tanto assim que não será possível a ninguém descrever-os, sem commentar uma e outra cousa.

E' um logar do Brazil, cuja fundação se iniciou exclusivamente para a gloria de Deus.(Jornal O Trabalho, 18 de novembro de 1939).



Figura 6 – Entrada da procissão das bandeiras dos sete dons do Divino Espírito Santo na Igreja de N. Sra da Conceição. Fonte: Acervo Pessoal, autor BOECHAT, Tom. Fotografia. ano: 2011.

Atualmente, a festa do Divino Espírito Santo na cidade de Viana ainda se apresenta como de fundamental singularidade para a cultura, a religiosidade e a memória de seus habitantes. Preserva até hoje muitas de suas características originais, mesclando rituais sagrados e profanos.

A programação oficial inicia no domingo anterior ao de Pentecostes logo após a missa matinal, com a procissão e o hasteamento das bandeiras dos sete dons do Divino Espírito Santo (inteligência, ciência, sabedoria, conselho, piedade, força e temor de Deus) nas sete casas previamente selecionadas pelo Imperador e pela Imperatriz. Durante a semana de Pentecostes, os rituais são iniciados na quinta feira e se repetem até o domingo, obedecendo a seguinte sequência: reza do terço, celebração de missa e procissões. No pátio externo da igreja, são realizadas as quermesse com atrações culturais que dependem da escolha dos organizadores.

No sábado à noite os símbolos são levados em procissão para a igreja e lá é realizada a missa festiva. Após a missa, as comemorações continuam no lado externo da igreja. A procissão e a missa se repetem no domingo pela manhã onde, logo em seguida, acontece o almoço comunitário, o leilão, as atrações culturais e por fim, o sorteio dos novos imperadores que irão conduzir a festa do próximo ano.

Todas as pessoas podem participar do sorteio e para isso, basta formalizar esse desejo aos organizadores da festa. O sorteio é feito em dois momentos, sendo repetido da mesma forma para a escolha do Imperador e da Imperatriz. Os nomes de todos os candidatos são colocados numa espécie de saco de tecido e, em outro recipiente são colocados outros papéis na mesma quantidade, sendo um papel com a palavra Imperador ou Imperatriz e todos os outros em branco. Para saber quem será o sorteado (a), tira-se o nome de uma pessoa de um lado e logo em seguida é tirado o outro papel, até que o nome Imperador ou Imperatriz apareça.

Na missa do domingo seguinte ao de Pentecostes, o casal de Imperadores entrega os símbolos para o novo casal sorteado, de forma que em momento solene a nova Imperatriz recebe a coroa com o cetro e o novo Imperador recebe o mastro com a pomba do Divino.

As festas marcam a passagem de um tempo considerado normal, para um tempo repleto de celebrações e símbolos, onde podemos observar como os devotos do Divino esperam ansiosamente a visita das bandeiras. A visita emociona muitos devotos que beijam bandeira e os demais símbolos do Divino

Espírito Santo. Nas fitas adicionadas ao mastro que sustenta a Pomba do Divino, percebemos a fé e a esperança dos devotos através do agradecimento às graças recebidas ou promessas cumpridas. Nos dias da Festa do Divino, ocorre uma maior movimentação de pessoas na cidade, incluindo turistas e muitos ex-moradores, possibilitando ao comércio local lucrar com o acontecimento.



Figura 7 – Missa do Imperador no Domingo de Pentecostes, na Igreja Matriz de N. Sra da Conceição em Viana-ES.  
Fonte: Acervo pessoal, autor: BOECHAT, Tom.Fotografia. Ano: 2011.

Podemos constatar que algumas atualizações foram inevitáveis no sentido de viabilizar a continuidade dessa tradição, que se perpetua ao longo de todos esses anos, desde o início do século XIX na cidade de Viana. A existência da Festa do Divino Espírito Santo na cidade de Viana, expressão da tradição cultural e religiosa dos açorianos que aqui se instalaram, representa a resistência da tradição frente à contemporaneidade, como meio de preservação da memória e da tentativa de garantir a sua continuidade para as futuras gerações.

Os rituais dessa festa apresentam-se como um momento de interação social movido pela relação com o Divino, assim como em outras localidades onde se realizam festas em homenagem ao Espírito Santo, possibilitando o



estabelecimento de vínculos entre os homens e uma dimensão espiritual, cosmológica. O caráter comunicativo impresso ao ritual se deve à sua dimensão simbólica, onde as pessoas assumem encargos, desempenhando diversos papéis e desde então os objetos de culto tornam-se sagrados para aquela celebração específica. Como em outras festas devocionais de grande porte, ela instaura transformações na sociedade local e na vida pessoal dos participantes.

Considerada uma festa religiosa e popular, começa a ser preparada cerca de um ano antes de sua realização, seus rituais duram aproximadamente uma semana, onde ao final, são sorteados os novos imperadores que serão os responsáveis pela organização da festa no ano seguinte. Além das manifestações imateriais, também são cultuados diversos símbolos atribuídos ao Divino Espírito Santo, como por exemplo: a pomba, a coroa, o mastro, as bandeiras, as cores, entre outros. Símbolos estes que evocam as questões religiosas da festa e que de certa forma exercem um papel de imagem sacra, carregadas de atributos ritualísticos e simbologias diversas.

A observação participativa em que se baseou este estudo foi realizada ao longo dos anos 2010 a 2012, incluindo também uma abordagem ancorada no estudo bibliográfico e documental. Sob uma perspectiva cultural e antropológica, esta pesquisa se ocupou do acompanhamento da festa a partir dos seus principais atores, símbolos, crenças, bem como dos costumes sobre o ato de festejar o Divino na cidade de Viana. Para constituir um foco de leitura, abrimos possibilidades de diálogos com autores que tratam deste mesmo assunto sob outros pontos de vista: cultural, antropológico, social e religioso. Outras fontes bibliográficas selecionadas e trabalhadas nos capítulos I e III dizem respeito às discussões sobre memória, cultura, antropologia, sociologia e patrimônio que permearam todo este estudo.

A Festa do Divino Espírito Santo é uma festa móvel e a sua data de realização varia conforme a combinação dos ciclos solar e lunar, acontecendo normalmente entre os meses de maio e junho. Reúne em sua celebração diferentes sons, seja nos rituais do culto católico, com os sons cantados durante a reza do terço nas casas selecionadas, nas procissões e na missa,

seja na parte cultural da festa, onde bandas musicais de estilo popular apresentam-se para animar os participantes.

A Banda Lira Euterpe Vianense, criada na década de 1960, durante muitos anos considerada a banda oficial do município de Viana, sempre se apresentava nas festas de antigamente. Atualmente, está ocorrendo uma busca pelo retorno às tradições e, desta forma, a Banda voltou a se apresentar durante as festividades realizadas nos últimos três anos. Durante a pesquisa de campo, os entrevistados em sua maioria se referiram à importância da Banda Lira Euterpe na tradição da festa e, em alguns depoimentos foi destacado o hino “Queremos Deus” como o que mais emociona as pessoas quando tocada no decorrer das procissões. Segue abaixo um trecho do referido hino:

Queremos Deus, homens ingratos,  
O pai, supremo criador;  
Zombam da fé os insensatos,  
Erguem-se em vão contra o Senhor,

Que é o santo Sacramento,  
Que é o próprio Jesus;  
Seja louvado e seja amado,  
Nesta terra de Santa Cruz

Seja louvado e seja amado,  
Nesta terra de Santa Cruz  
Glória a Jesus na hóstia santa,  
Que se consagra sobre o altar,

E aos nossos olhos se levanta,  
Para o Brasil abençoar.  
Dai nos a fé, oh virgem,  
Cubra-nos e abençoai,

Queremos Deus, que é o nosso rei,  
Queremos Deus, que é o nosso pai.



Figura 8 - Casal de Imperadores que atuou na Festa do Divino de 2010 em Viana: Patrícia e Paulo.  
Fonte: acervo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2010.



Figura 9 - Casal de Imperadores que atuou na Festa do Divino de 2011 em Viana: Diego e Carla.  
Fonte: acervo pessoal. Autor: BOECHAT, Tom. Fotografia. Ano: 2011.

O Imperador e a Imperatriz são os responsáveis diretos pela preparação e realização dos festejos, angariando donativos e também dinheiro para as despesas da festa. Recebem auxílio dos seus familiares, dos membros da Igreja, das autoridades locais e de alguns moradores, principalmente aqueles ligados à religião católica. O prestígio emana exatamente da capacidade dos imperadores de acumular os bens para depois redistribuir. Nessa fala são incluídos os bens materiais e também os imateriais, tais como o recrutamento de pessoas para trabalho voluntário. O casal de imperadores sempre se apresenta de forma muito bem arrumada e alguns chegam a eleger a cor vermelha como destaque em seu vestuário como forma de homenagear o Divino Espírito Santo.



Figura 10 - Casal de Imperadores: Patrícia e Paulo, durante a procissão do Domingo de Pentecostes, quando as famílias retiram as bandeiras dos Dons, recebidas no início da Festa e vão até à Igreja realizar a devolução.  
Fonte: acervo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2010.

As cerimônias litúrgicas associadas à celebração do Divino Espírito Santo iniciam-se geralmente duas semanas antes do Domingo de Pentecostes, com a missa de envio dos Imperadores, onde os mesmos recebem em suas mãos os símbolos máximos da festa: a coroa e a pomba do Divino. Logo após a missa é

iniciada a procissão das bandeiras (figura 10), que oficialmente abre os festejos do Divino Espírito Santo em Viana.

De acordo com informações dos entrevistados, a procissão das bandeiras foi iniciada no ano de 2009 pela equipe de organização da festa, com o objetivo “incrementar”, os rituais. Na procissão são distribuídas as bandeiras dos sete dons do Espírito Santo nas casas escolhidas previamente, em comum acordo entre o Imperador e a Imperatriz. As bandeiras são de tecido vermelho, com pinturas brancas em formato de pomba com a inscrição de um dom em cada uma delas (sabedoria, entendimento, conselho, fortaleza, ciência, piedade e temor de Deus). As bandeiras permanecem nas casas das famílias selecionadas pelo tempo da festa, sendo retiradas durante a procissão do Imperador ou da Imperatriz, aonde um representante de cada família vai até o altar da Igreja para a devolução da bandeira que ficou sob sua guarda.

No final de semana do domingo de Pentecostes, a festa assume novas proporções, onde encontramos o ponto máximo do processo ritual e os ritos de maior carga simbólica da festa: as procissões, as missas, o sorteio dos novos imperadores. Em tempos anteriores a mobilização da cidade costumava ser completa e os mais diversos segmentos da comunidade local interagiam em torno desta importante tradição religiosa e cultural. Os habitantes da zona rural geralmente se hospedavam em casa de parentes ou até mesmo mantinham um imóvel na sede da cidade especificamente para este fim. A Festa do Divino Espírito Santo apresentava-se como um dos principais momentos de lazer e de socialização do ano, geralmente escassos na vida cotidiana da zona rural.

Na véspera de Pentecostes – o “Sábado do Divino” – o Imperador sai da Igreja Matriz acompanhado com outros fiéis, que caminham em duas fileiras cantando e rezando, para buscar a Imperatriz em sua residência. Ao chegar lá, a Imperatriz se posiciona com a coroa em suas mãos, juntamente com o Imperador que carrega o mastro com a pomba do Divino, enfeitado com fitas de cetim coloridas que, por sua vez, representam as línguas de fogo, conforme registro fotográfico da figura 11.





Figura 11 - Casal de Imperadores da Festa do Divino de 2010: Paulo e Patrícia durante a procissão da Imperatriz, na véspera de Pentecostes. Fonte: acervo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2010.

Os Imperadores com as insígnias do Divino e as demais pessoas integrantes do cortejo se dirigem novamente à igreja entoando cânticos e orações ao Divino Espírito Santo e, ao chegarem à igreja, é iniciada a missa. Na Igreja Matriz, durante a realização da Festa do Divino Espírito Santo, o Imperador e a Imperatriz têm um local de destaque para participar da missa, bem como recebem antes dos outros fiéis a comunhão das mãos do padre. Após o término da missa, as barracquinhas para comercialização de alimentos, bebidas, artesanato e jogos (roleta, pescaria, ação entre amigos) são abertas ao público e começam as atrações culturais no palco instalado no pátio externo.

No “Domingo do Divino” é quando a festa atinge seu clímax. As atividades rituais se iniciam bem cedo. Todos se reúnem novamente em frente à Igreja Matriz para seguirem junto com a Imperatriz em cortejo até a casa do Imperador (figura 12).



Figura 12 - Imperatriz da Festa do Divino de 2010: Patrícia durante a procissão do Dia de Pentecostes "Domingo do Divino". Fonte: acervo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2010.

Ao chegar à residência do Imperador, novamente são realizadas orações e o casal se posiciona a frente da procissão, carregando as insígnias, conduzindo a população novamente à igreja para participarem da "Missa do Imperador". No retorno à igreja é iniciada a celebração da missa de Pentecostes que precede à tarde festiva onde é servido o almoço comunitário (vendido a preço popular), seguido de shows musicais, leilão e bingo. A festa dura até o anoitecer, quando são sorteados os novos Imperadores que irão conduzir os festejos do próximo ano. Na Festa do Divino na Califórnia e na Festa do Divino nos Açores, todos os alimentos são distribuídos gratuitamente a todas as pessoas que estiverem participando, pois naquelas localidades a festa não objetiva a arrecadação de fundos para a paróquia ou a diocese.



Figura 13 - Casal de Imperadores da Festa do Divino de 2011: Diego e Carla, retornando da procissão do Imperador, no Domingo de Pentecostes. Fonte: acervo pessoal. Autor: BOECHAT, Tom. Fotografia. Ano: 2011.

A Festa do Divino Espírito Santo é realizada como forma de agradecimento, em prol das graças advindas da divindade, ou seja, do Espírito Santo, acredita-se que a mesma multiplica-se, movendo entre os tempos e espaços utilizados na festa. Uma festa de união de pessoas sejam elas familiares, vizinhos, parentes ou amigos, que celebram o Divino através da fé, da fartura e da oração. Quem participa da festa, acredita que irá receber as bênçãos do Divino, pois se trata de uma festa solidária, onde a acumulação só é permitida para a redistribuição. Nesse contexto são realizadas as trocas simbólicas entre o Divino Espírito Santo e seus devotos. A devoção ao Divino e a sua celebração marcam intensamente a sociabilidade local, estruturando as relações representativas e identitárias da comunidade em que está inserida. É uma festa onde se festeja a unidade e a coletividade, convivendo pacificamente com as suas diferenças e seus conflitos.





Figura 14 - Almoço comunitário da Festa do Divino de 2011. Fonte: acervo pessoal. Autor: BOECHAT, Tom. Fotografia. Ano: 2011.



Figuras 15 e 16 – imagens do Leilão realizado no Domingo do Divino após o almoço comunitário da Festa de 2011. Fonte: acervo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografias. Ano: 2011.

Embora a cada ano existam pequenas adaptações na realização da festa do Divino em Viana, a principal estrutura ritualística, em linhas gerais, mantém-se a mesma, bem como seus mecanismos sociais de configuração, onde existe a articulação entre a Igreja, o poder público e as famílias locais.

A família da qual se descende é fator de extrema importância para a organização da Festa do Divino, pois é um dos meios de introdução e movimentação dos indivíduos nas suas atribuições. O Imperador ou Imperatriz, descendente de família reconhecida como tradicionalmente envolvida nos festejos, evidencia o prestígio do participante diante da comunidade,

potencializando a trama das relações simbólicas e históricas do seu grupo familiar nas questões religiosas, bem com nas questões da tradição cultural.

Nas entrevistas realizadas com os Imperadores e também com os membros da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição foi enfatizada a importância da transmissão da tradição cultural, numa forma de aprendizado com os pais/família, sendo repassada geração por geração. Este mecanismo confirma o comportamento de valorização da tradição familiar de envolvimento com os festejos do Divino, reforçando a devoção e também a protagonização dessas famílias na organização da festa.

Na Festa do Divino em Viana, os homens e mulheres têm a mesma importância durante a preparação, bem como durante a execução dos rituais, diferentemente de outras localidades como, por exemplo, em Pirenópolis-Go, onde os papéis de maior destaque são reservados aos homens e as mulheres exercem papéis secundários, geralmente voltados à montagem de altares e ornamentos, confecção das vestimentas, preparação de alimentos, restringindo-se aos domínios privados da festa. Um conjunto de eventos compõe a Festa do Divino Espírito Santo, marcando um tempo cíclico, que se articula anualmente, criando intensos movimentos de ressignificação do passado e do presente. Dessa forma, a festa nunca tem fim, já que, a partir do sorteio dos novos imperadores, no Domingo de Pentecostes, já são iniciados os preparativos para a festa do ano seguinte.

Até a próxima festa, em nome da devoção, serão produzidos bens materiais e simbólicos e os mesmos serão considerados como dádivas do festejo. Mesmo assim, existe um período de quietude entre o término de uma festa e o início (propriamente dito) da outra. Os principais lugares da festa são as casas, a igreja e as ruas. Durante os festejos, esses lugares servem como cenário e têm por consequência a inversão temporária de seu uso cotidiano para colaborar com a construção atmosférica da festa.

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição não faz qualquer exigência ou interferência direta no sorteio dos Imperadores. Em algumas localidades, como por exemplo, Pirenópolis-Go, o Imperador para pleitear sua inscrição no sorteio deve passar por uma seleção prévia, realizada pelos membros da

própria Igreja. Dentre os pré-requisitos podemos citar: ser católico praticante e manter compromissos pessoais com os grupos de ajuda da Igreja. Outra questão relevante é o poder de liderança que esses Imperadores necessitam ter para organizar a comunidade em prol da realização da festa, ou seja, seu capital simbólico. Porém, mesmo que os imperadores não sejam muito admirados na própria comunidade, esse fato não poderá ser empecilho para a realização das celebrações, pois a responsabilidade de fazer a festa é de todos, de acordo com os modos tradicionais de inserção das famílias nos festejos. Esse fato jamais poderá inviabilizar a manutenção e a reprodução da festa, pois até os imprevistos têm que ser driblados para não atrapalhar a dinâmica da condução dos festejos ao Divino Espírito Santo.

Os tempos abordados durante este estudo dizem respeito ao dia de Pentecostes, pois os acontecimentos se dividem em antes, durante e depois do domingo. A narração que traduz a celebração do Divino em palavras é descritiva e construída com o objetivo de propiciar ao leitor um lugar de observação, permitindo ao mesmo desenvolver sua própria interpretação acerca dos fatos apresentados. Mesmo sendo sorteados com um ano de antecedência, os organizadores da Festa só começam a planejar efetivamente os festejos nos quatro meses que antecedem a festa propriamente dita. Após decidirem a programação, eles saem em busca de recursos para custear o evento. As formas de angariar dinheiro geralmente são: assinatura do livro de ouro, venda de rifas, solicitação de doação de animais para o leilão e brindes.

O circuito de devoção existente na Festa do Divino em Viana é móvel, a começar pela escala temporal, respeitando o calendário cristão, de acordo com a data de Pentecostes, bem como o espaço abarcado pela festa é mutável, oscilando entre três principais pontos: a igreja, a casa do Imperador e a casa da Imperatriz, sendo diferente a cada ano, em função de onde estejam localizadas as casas dos festeiros. Todo o percurso é modificado, bem como os espaços pelos quais a comunidade se mobiliza para seguir ou aguardar a passagem das procissões que conduzem a Imperatriz e o Imperador até a igreja. A estrutura da Festa do Divino na cidade de Viana é prescrita e costuma se repetir ano a ano, salvo raras exceções. Os elementos estruturais são pouco variáveis dentro de uma realidade história de quase duzentos anos de tradição.

Na extensa trajetória da festa, acredita-se que algumas atividades e personagens tiveram sua atuação modificada e importância e assim foram substituídos ou suprimidos.



Figura 17 - Casal de Imperadores da Festa do Divino de 2011: Carla e Diego, após receberem a hóstia, na missa do Domingo de Pentecostes. Fonte: acervo pessoal. Autor: BOECHAT, Tom. Fotografia. Ano: 2011.

Procuramos descrever nesta pesquisa a rede de rituais, as relações sociais e as representações que dão forma anualmente aos festejos do Divino Espírito Santo, a maior festa da comunidade local, realizada a mais de 190 anos, o que confirma sua importância como patrimônio cultural da cidade de Viana, sendo de extrema relevância a preocupação com as medidas de salvaguarda necessárias à preservação da Festa do Divino de Viana.

A Paróquia Nossa Senhora da Conceição é a responsável pela realização de inúmeras festas religiosas do calendário anual da localidade, incluindo a Festa do Divino, considerada a festa de maior devoção e maior envolvimento de pessoas. Das outras festas de grande porte realizadas por essa mesma paróquia, merecem destaque: a de Nossa Senhora Aparecida, comemorada em 12 de outubro e a da Padroeira Nossa Senhora da Conceição, no dia 8 de dezembro. A sequência de festas revela a forte religiosidade existente na estrutura social local, pois aquece também a economia, trazendo visitantes, relembrando a história, o que valoriza a tradição e a memória local.

A Festa do Divino Espírito Santo, considerada a tradição religiosa de maior destaque na cidade de Viana, desempenha papel de relevância na formação da identidade cultural local, que celebra a devoção ao Divino Espírito Santo, herdada dos primeiros imigrantes que chegaram ao estado do Espírito Santo, ou seja, os açorianos.

Na literatura que se dedica a analisar as Festas do Divino Espírito Santo, podemos verificar algumas semelhanças de rituais entre as realizadas em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Goiás: as folias que percorriam as casas em busca de esmolas para o culto; os adereços decorativos aplicados no lado externo das igrejas; o levantamento do mastro com a bandeira do Divino; as bandas e as orquestras que se ocupavam da sonoridade da festa; as barracas com vendas de comidas, doces e jogos; as cavalhadas; os congos e as congadas; a queima de fogos, entre outros. Também existiam semelhanças com relação à própria estrutura da festa, iniciando o ciclo com a novena e atingindo o ponto alto das comemorações no “Sábado da Véspera” e no “Domingo de Pentecostes”.

Esta pesquisa se propõe a descrever a Festa a partir da perspectiva de seus participantes, indicando o lugar que ela ocupa na dinâmica da sociedade local e como esta dinâmica se insere na dimensão da festa propriamente dita, onde os diversos atores se relacionam. Durante as preliminares desta pesquisa, foram levantados o material bibliográfico, bem como o registro dos materiais iconográficos ainda existentes sobre a Festa do Divino de Viana. A partir dessas referências, partimos para o registro e o aprofundamento dos principais símbolos e cerimônias que compõem a festa, bem como a identificação de seus principais agentes e participantes. As duas festas do Divino Espírito Santo, acompanhadas para a realização desta pesquisa tiveram todos os rituais, personagens da festa e simbologia devidamente registrados em fotografias de alta resolução, totalizando cerca de duas mil imagens coletadas.



#### 4. A SIMBOLOGIA DO DIVINO

Para ser amplamente entendida, a simbologia da Festa do Divino Espírito Santo deve ser “lida” a partir de suas referências históricas, expandindo a observação de seus elementos para além do contexto cristão. A prática do culto ao Espírito Santo nos Açores e em outros países do mundo é exercida por pessoas comuns, ligadas ao catolicismo popular através da crença na Terceira Pessoa da Santíssima Trindade.



Figura18 – Mastro da Bandeira do Divino utilizada na Festa de São Brás, Ilha Terceira, Açores. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2012.

Existe uma relutância geral na aceitação de uma amplitude mais vasta às raízes deste culto, por preocupações de ordem religiosa no sentido de que o culto ao Espírito Santo, assim como muitos outros, possui vestígios de antigos

ritos pagãos<sup>16</sup>, cuja lógica é relacionada à manifestação das forças da natureza e como as mesmas são interpretadas pelo homem. Tal hipótese é sustentada pelo fato de que, fora do seu tempo original, tais festividades perdem parte do seu sentido e, para preservação de sua coerência atual e consequente entendimento, faz-se necessário referenciá-la às suas origens.

Assim como outras festividades tradicionais religiosas, a Festa do Divino Espírito Santo é marcada por uma lógica temporal que resulta da preocupação com a sobrevivência e, desta forma, estes e outros aspectos vestigiais tornam-se mais claros se levarmos em consideração que, antigamente, os rituais funcionavam como tentativas mágicas de controle dos problemas terrenos.

O aliciente da relação com o sagrado, nele proposto, é caracterizado por uma visão circular ou cíclica do tempo, oposta à visão linear, irreversível, proposta pela igreja estabelecida, na qual a salvação chega no fim. A festa cíclica, fruto de uma constante revitalização, ao contrário, representa uma concepção circular, que subverte a ordem estabelecida, destituindo de sentido os habituais enquadramentos, baseados na distinção entre sagrado e profano. (COSTA, 2008, p.21)

O culto ao Espírito Santo é composto por tradições seculares, resultantes de diferentes apropriações e necessárias adaptações relativas a cada época. Para um estudo mais aprofundado faz-se necessário o contato com suas referências de origem, sendo elas relacionadas a quatro pontos principais: as raízes pagãs; as influências hebraicas; o culto católico e o modelo imperial, já apresentados no capítulo anterior.

O conglomerado de símbolos que constitui o Culto, referentes a cada uma destas épocas (tal como o conhecemos hoje em dia), resulta num aspecto exterior coeso, embora impossível de comparar com qualquer outro evento paralelo, actual. Como consequência desta estranheza, a tendência folclorizante é cada vez mais notória e será impossível de sustentar sem o recurso à informação relativa aos seus sentidos pré-cristãos. (COSTA, 2008, p. 11)

A raiz arcaica do culto ao Espírito Santo manifesta-se sob um modelo hierarquizante de poderes entre o sagrado e o profano; entre o ungido e o impuro. Possui em suas referências ancestrais a influência hebraica, apresentada a partir de três formas distintas: pela transferência da noção de sacrifício para a noção de oferta; pela obrigatoriedade do ato da devolução das

---

<sup>16</sup> Anteriores ao Cristianismo cf. 3.1.1 – As antiguidades Judaica e Cristã.

primícias<sup>17</sup>, pela justificativa da promessa e tradição oral dos milagres atribuídos ao Espírito Santo.

[...] celebrarás então a festa das Semanas em honra do Senhor, teu Deus, apresentando a oferta espontânea de tua mão, a qual medirá segundo as bênçãos com que o Senhor, teu Deus, te cumulou. (DEUTERONÔMIO 16, v 10).

A partir do significado da data, podemos citar a celebração da saída dos hebreus do Egito sete semanas após a Páscoa Hebraica - ou quarenta e nove dias, sendo o quinquagésimo, o dia de Pentecostes. Em sua forma atual ainda verificamos um conjunto de ritos existentes na Festa do Divino Espírito Santo, expressos em um vocabulário alimentar que remete às primitivas sociedades agrícolas europeias. Os ritos encontrados na celebração pertencem a diversas épocas, sobrepostos em camadas temporais, que expressam importantes mensagens e correspondem a um pacto entre os seres humanos e as divindades protetoras da terra e da natureza, através da entrega anual das primícias de primavera.

Tal atitude era baseada na crença de que os frutos da terra pertenciam às divindades e o homem teria o direito de utilizar “as sobras” após a retirada e devolução das primícias, cujos elementos simbólicos eram e ainda continuam sendo: os cereais (pão), o vinho e a carne. A obrigação para com a divindade era entendida como agradecimento, mas também fundamental para a garantia de fartura nas próximas colheitas e consequente sobrevivência das populações recém-sedentarizadas.

[...] Depois haverá a festa da Ceifa, das primícias do teu trabalho, do que semeaste nos campos os frutos do teu trabalho. [...] Trarás à casa do Senhor, teu Deus, as primícias dos primeiros produtos de tua terra. Não cozerás um cabrito no leite de sua mãe. (ÊXODO 23, v 16; 19).

A pesquisadora açoriana Antonieta Costa, em seu livro “O Culto do Espírito Santo” apresenta em termos gerais, a descrição dos elementos mais consensuais (*núcleo conceptual*) utilizados na vasta interpretação e realização do Culto do Espírito Santo nas Ilhas dos Açores, sendo eles características gerais da celebração, que se assemelham nas nove ilhas do Arquipélago: o

---

<sup>17</sup>Relativo ao Antigo Testamento, onde os primeiros frutos da terra e também animais eram devolvidos às divindades protetoras da terra e da natureza.



ritual de “mudança da coroa”; a ritualização dos alimentos cerimoniais; a distribuição dos alimentos pelos diferentes grupos de pessoas; as séries de preces realizadas durante a semana da festa; a Coroação ou Procissão da Coroa, com a refeição cerimonial; os tipos de sentimentos considerados adequados e “exigidos” nestes dias (alegria, felicidade e amizade); o sentimento de que todo o ritual é dirigido e realizado em nome do Espírito Santo; o dever das irmandades de conceder o direito de realização da “Festa” a quem se proponha a fazê-la; a dualidade do conceito de promessa, por vezes cumprida sem que o objetivo tenha sido alcançado.

O conjunto de ritos que compõem as Festas do Espírito Santo nos Açores duraem média, uma semana, incluindo desde a preparação dos alimentos para as refeições cerimoniais; os cortejos; as funções<sup>18</sup>; os bodos<sup>19</sup>; a entrega das esmolas<sup>20</sup> como forma de presentear as pessoas que contribuíram para a realização da festa, o arraial<sup>21</sup> até a realização do ato público da Coroação do Imperador no último dia.



Figuras 19 e 20 – Casal de Festeiros beijando as esmolas antes de distribuí-las às famílias que ajudaram na organização da Festa do Divino em São Brás, Ilha Terceira, Açores. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2012.

Com relação à Função, ou seja, o jantar que o imperador oferece aos seus convidados, Francisco Ernesto de Oliveira Martins (1983) nos acrescenta sobre as festas realizadas nos Açores:

<sup>18</sup>Função: Jantar que o Imperador oferece aos convidados no domingo em que se realiza a coroação.

<sup>19</sup>Bodo: Banquete de comidas típicas da festa servido gratuitamente a todos os participantes.

<sup>20</sup>Esmolas: Alimentos preparados e abençoados durante as Festas do Divino, que são entregues às pessoas que se dedicaram à realização dos festejos, como forma de agradecimento.

<sup>21</sup>Arraial: complementação “profana” das festividades, semelhante às quermesses existentes no Brasil.

[...] Antigamente era sempre servido com um ritual apropriado, sob as ordens dos foliões que presidiam à cerimônia ocupando a cabeceira fronteira àquela em que se sentava o imperador e a senhora imperatriz sua mulher, e nada se fazia ou servia sem eles mandarem, desde o pôr da mesa à distribuição dos lugares, o servir dos pratos e do vinho, até o brindar a mesa, que consistia em fazer passar por todos os comensais um prato tendo ao centro um copo cheio de vinho, até o brindar a mesa, que consistia em fazer passar por todos os comensais um prato tendo ao centro um copo cheio de vinho que cada qual bebia, fazendo uma saúde ou brinde aos donos da casa e deitando no prato uma moeda que era a esmola dos foliões (p.25).

As imagens acima foram registradas durante a segunda viagem de estudos aos Açores, nessa festa pudemos constatar a busca da partilha e da solidariedade como principais objetivos da festa, onde as pessoas se doam ao trabalho voluntário visando a realização de uma festa farta, garantindo a distribuição de comida a todos os participantes, sem distinções. As esmolas doadas nessa festa foram compostas por um pão de massa sovada e um vasilhame da “Sopa do Divino” (carne, repolho e caldo onde o pão é embebido). Após a distribuição das esmolas, foi servido o bodo, ou seja, o banquete, onde todos os convidados da festa se serviram da sopa do Divino, da massa sovada e também da alcatra (prato tradicional açoriano parecido com um ensopado de carne). Para beber, foram servidos vinho tinto e suco industrializado e, como sobremesa, arroz doce e uma bala de sabor semelhante à nossa bala de leite.

A realização da festa exige muita dedicação para seus organizadores e, por muitas vezes, significa um ato de grande sacrifício em forma de trabalho e entrega, sendo também muito dispendiosa economicamente. Por muitas vezes pode estar relacionada ao cumprimento de alguma promessa, à cura de doenças ou outros males e exige um comportamento de doação espiritual manifestada pela gratidão e pela devoção ao Divino Espírito Santo.

Complementar deste pensamento, mas regendo a parte material do mesmo, no que diz respeito ao sistema de ofertas, está o sentido Bíblico da “oferta sem mácula”. Não só os sentimentos de alegria, amizade e felicidade devem ser expressos na Festa, mas também os aspectos físicos ou materiais da mesma devem corresponder a essa exigência de “perfeição”. Tudo deve ser perfeito e harmônico, conforme se pode depreender dos sentidos implícitos nestas estórias, onde é evidente o incentivo à manifestação de sentimentos de fé e de inter ajuda. (COSTA, 2008, p.177).

Para os devotos, não se cultiva na realização do ritual o engrandecimento da pessoa que o realiza. O que deve ser exaltado é o aumento da fé e a exaltação

ao Divino Espírito Santo, evitando a deturpação dos verdadeiros valores e a promoção de desigualdades sociais no próprio ambiente sagrado da festa. Tal situação pode até acontecer, mas é totalmente contrária aos objetivos da celebração.

A simbologia atribuída à Festa do Divino Espírito Santo é carregada de valores formais, históricos e conceituais, onde a apropriação dos símbolos da divindade pelos organizadores da festa ou por sua família constitui o primeiro ato oficial do culto, porém, se observado apenas sob uma ótica exterior e superficial, poderia ser simplificado ao simples ato formal de transferir alguns objetos de culto para a casa dos novos realizadores da festa. A simbologia atribuída ao culto do Divino Espírito Santo está expressa em objetos considerados sagrados, tais como a coroa, o cetro, apomba, a bandeira e, geralmente, permanecem sob a tutela da irmandade local ou da paróquia (no caso de festas realizadas no Brasil, organizadas pela igreja católica, como por exemplo, a de Viana). Em alguns casos, os objetos também podem andar em sistema rotativo pelas casas de pessoas que trabalham voluntariamente na organização das festas.

A esses objetos são atribuídas propriedades de ligação ao sagrado e, desta forma, é exigido um comportamento bastante respeitoso e, até mesmo, contemplativo com relação aos mesmos. Caso este protocolo seja quebrado, será denunciado como forma de desconsideração, despreço e desrespeito para com a divindade.

Os objectos simbólicos, sagrados, representantes da Divindade, são também o veículo de autoridade sobre o qual assenta a capacidade de realização do Culto, ou seja, determinam a aceitação social do acto oficial. A pertença temporária destes objectos significa a posse dessa autoridade. São o sinal da concessão feita ao oficiante e legitimada pela comunidade. (COSTA, 2008, p.131).

Na Festa do Divino Espírito Santo nos Açores, conforme registro da figura 21, existe uma vasta quantidade de símbolos utilizados nos rituais, bem como é bastante considerável o número de pessoas envolvidas diretamente com a organização da festa. Para qualquer lado que se olhe, encontramos diversas bandeiras, coroas e estandartes.



Figura 21 – Detalhe da celebração religiosa que aconteceu no pátio externo da igreja na Festa do Divino em São Brás, na Ilha Terceira, Açores. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2012.

No interior das Igrejas, de algumas casas e também dos Impérios, encontramos altares montados com todo primor, variando na composição de acordo com as preferências estéticas e o poder aquisitivo do morador ou da comunidade que o organizou.

Sendo o altar o local onde as coroas do Espírito Santo são colocadas, é necessário prepará-lo a rigor, na mais adequada sala, que para o efeito é disponibilizada. São diversas as formas e contornos que os altares adquirem, sempre com o trabalho de muitas horas de mãos que não se cansam de dar-lhes cor e forma (MAGINA, 2007, p.22)

Os altares, sob a ótica da estética, são o ponto alto do culto do Espírito Santo nos Açores, bem como em outras localidades, conforme constatado durante nossa pesquisa bibliográfica. Todos querem dar o seu melhor para a divindade e para isso não medem esforços para ornamentá-los com muito luxo, com as cores do Espírito Santo - vermelho e branco – para tanto, são utilizados móveis, tecidos, rendas, pedras, flores, velas, pombinhas, coroas e pães.



Figura 22 – Detalhe de um altar montado para a Festa do Divino de Vila Carrão em São Paulo. Fonte: [www.casadosacores.com](http://www.casadosacores.com). Autor: não informado. Fotografia. Ano: 2012.

Na figura 22 é possível verificar que os altares são suntuosos também nas festas que acontecem no Brasil, a exemplo desse altar organizado pela Casa dos Açores de São Paulo para a Festa do Divino do ano de 2012. Nele estão reunidos os objetos de culto, utilizados nos rituais da festa do Divino: bandeiras, coroas e imagens de santos, acondicionados numa atmosfera que remete à presença celestial e divina, destacando a cor branca. Além dos altares montados especificamente para a festa, na sede da instituição, existe uma sala destinada à acomodação do altar do Divino Espírito Santo, que fica em exposição durante o ano inteiro, servindo como uma espécie de capela, onde os associados têm livre acesso para contemplação e oração.

Nos rituais da festa, as cores adquirem um caráter extremamente agregador, sendo instituída a cor vermelha como a cor do Divino devido à sua relação com Pentecostes, ou seja, a vinda do Espírito Santo em forma de línguas de fogo. Durante as entrevistas realizadas para a conclusão desta pesquisa, foi

mencionado pelo Padre Luis Antônio Oggioni<sup>22</sup> e por outros entrevistados, que além de representar o fogo de Pentecostes e a chama acesa da religiosidade, que a cor vermelha simboliza o martírio de Jesus Cristo na terra.

Neste estudo, os símbolos utilizados nos rituais da Festa do Divino Espírito Santo foram apresentados e analisados, obedecendo a uma classificação realizada pela escritora açoriana Antonieta Costa, que os dividiu em três grupos distintos, relacionados de acordo com suas origens: símbolos do conjunto alimentar; símbolos do culto católico e símbolos do modelo imperial.

#### **4.1) - SÍMBOLOS DO CONJUNTO ALIMENTAR**

A manipulação, o sacrifício e a oferta destes alimentos simbólicos carregam inúmeros significados implícitos, obtendo grande visibilidade e comoção em cortejos de oferendas e cerimônias de refeições. A transição do homem para o modo de vida sedentário foi de suma importância para a história da civilização europeia, marcando profundamente sua cultura material. Segundo Roger Chartier, “a história cultural tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”. (1990, p. 16)

Os três símbolos do conjunto alimentar são igualmente importantes e ao analisar a estreita interação ritualística entre os três elementos (pão, vinho e carne), podemos entender o porquê da relutância dos açorianos praticantes do culto contra qualquer tentativa de mudança a este respeito.

---

<sup>22</sup> O Padre Luis Antônio Oggioni está ordenado para a Paróquia Nossa Senhora da Conceição desde novembro de 2009 e atuou como pároco responsável durante as Festas do Divino realizadas em 2010, 2011 e 2012.





Figuras 23 e 24 – Símbolos do conjunto alimentar registrados na Festa de São Brás, na Ilha Terceira, Açores. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2012.



Figura25 - Almoço comunitário servido na Festa do Divino em Viana. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2012.

No Antigo Testamento encontramos referências sobre as ofertas de alimentos e o sacrifício animal:

A partir do dia seguinte ao sábado, desde o dia em que tiverdes trazido o molho para ser agitado, contareis sete semanas completas. Contareis cinquenta dias até o dia seguinte ao sétimo sábado, e apresentareis ao Senhor uma nova oferta. Trareis de vossa casa dois pães feitos de dois décimos de flor de farinha, cozidos com fermento, para agitá-los como oferta; são as primícias do Senhor. Oferecereis também um bode pelo pecado e, como sacrifício pacífico, dois

cordeiros de um ano. O sacerdote os agitará com o pão das primícias, como ofertas agitadas diante do Senhor, com os dois cordeiros: serão consagrados ao Senhor, e serão propriedade do sacerdote. Nesse mesmo dia anunciareis a festa e convocareis uma santa assembleia: não fareis trabalho algum servil. Esta é uma lei perpétua para vossos descendentes, em qualquer lugar onde habitardes. (LEV 23, 15-21)

Na Festa do Divino Espírito Santo o pão é símbolo oficial do sagrado, ou seja, do corpo de Cristo e o mesmo é constituído de poderes especiais, com atribuições de milagres ou outros acontecimentos inexplicáveis cientificamente. A crença nas propriedades especiais do pão está arraigada em alguns pressupostos muito comuns nos Açores: que ele teria o poder de acalmar as tempestades; que sua durabilidade é infinita; que se utilizado no preparo das sopas do Espírito Santo apresentam um melhor sabor; que não deve ser dado aos animais; que a casa que guardar durante o ano algum pedaço do pão sagrado será preservada da fome.



Figura 26 – Registro do Bodo servido na Festa do Divino de São Brás na Ilha Terceira, Açores. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Ano: 2012.



Os “Pães do Divino Espírito Santo” possuem diferentes variedades e assim correspondem a diferentes utilizações, na tentativa de obtenção de milagres e de cura de males corporais. Desta forma, é comum a existência de pães em formatos de braços, pernas e corpos inteiros, na crença de que quanto mais especificado estiver o problema, maior será a eficácia da sua cura através do milagre. De forma idêntica também encontramos pães em formatos de animais, reproduzidos em massa sovada e apresentados como ex-votos ou como pagamento de promessas.



Figuras 27 e 28 – Registro da Procissão e da sopa do Divino servida na Festa de San Jose, na Califórnia, Estados Unidos. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografias. Ano: 2010.

Semelhante a esse pensamento, também encontramos nos Açores os chamados alfenins, que são feitos de uma massa doce, de sabor parecido com uma bala de leite, que assume formatos de braços, pernas, cabeças e outras partes do corpo, conforme as fotografias 29 e 30, apresentadas a seguir.

Os alfenins são doados por pessoas que obtiveram para si ou para seus familiares, a graça da cura de doenças e outros males. Durante os arraiais, programação profana da festa, os alfenins são leiloados e os recursos advindos dessa prática são revertidos em donativos às instituições de caridade.



Figura 29 – Alfenim leiloado na Festa do Divino de São Brás, na Ilha Terceira, Açores.  
Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2012.



Figura 30 – Alfenim leiloado na Festa do Divino de São Mateus, na Ilha Terceira, Açores.  
Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2012.

Nas práticas relacionadas ao culto do Espírito Santo no arquipélago dos Açores encontramos pelo menos sete tipos diferentes de pães, sendo também chamados de massa sovada em algumas localidades, são eles: rosquilhas, brindeiras, merendeiras, pão de tranca, folares, pão de água e pão de leite. Cada uma destas especialidades é relacionada ao que delas é esperado, mantendo as propriedades que o classificam como objeto sagrado na

realização da festa, marcando situações e intenções específicas. O conjunto das imagens apresentadas abaixo reafirma a importância do pão como objeto sagrado para o culto do Espírito Santo, bem como para a religião católica como um todo, onde o pão é transformado e consagrado em “Corpo de Cristo” durante seus principais rituais. Os pães recebem posição de destaque nas procissões e outros rituais do culto, sendo carregados no colo ou em cestos de palha forrados por tecidos brancos, enfeitados ou não com flores, ocupando destaque nos rituais religiosos da Festa do Divino Espírito Santo.



Figuras 31 e 32 – Rosquilha e Pão do Divino servidos na Festa de São Brás, na Ilha Terceira, Açores. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2012.



Figura 33 – Registro da procissão realizada na Festa do Divino de São Brás, na Ilha Terceira, Açores. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2012.



Nas viagens de estudo realizadas para observação da Festa do Divino Espírito Santo na Califórnia e nos Açores, foi constatado que o elemento pão, antes de ser consumido, passa por um processo de “purificação”, sendo abençoado pelo padre logo após a procissão e, a partir de então, estando apto para o consumo dos devotos.



Figura 34 – Registro da cerimônia de entrega dos pães abençoados durante a Festa do Divino de São Brás, Ilha Terceira, Açores. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2012.

Depois de cumprida essa etapa, os pães passam a ser distribuídos de maneiras diferentes: uma parte é entregue para ser levado para as casas; outra parte é cortada e servida junto com petiscos no interior dos Impérios e ainda, outra parte é destinada às funções e ao bodo, sendo servida em fatias embebidas no caldo da sopa do divino.



Figura 35 – Pão do Divino e Tremoços servidos no Império de São Brás, durante a Festa do Divino Espírito Santo na Ilha Terceira, Açores. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2012.

Nos rituais da Festa do Divino Espírito Santo, as ofertas de vinho acompanham (ou devem acompanhar) outros alimentos rituais, como por exemplo, o pão ou a carne. O vinho é um alimento cerimonial utilizado em diversas religiões, incluindo a católica, numa simbologia atribuída ao sangue de Jesus Cristo, conforme cita a seguinte passagem Bíblica:

Em seguida, tomou um cálice, deu graças e entregou aos seus discípulos. E todos eles beberam. E Jesus disse-lhes: Isto é o meu sangue, o sangue da nova e eterna aliança, que é derramado para a remissão dos pecados (Marcos 14, v 23-24).

Na comunicação com o sagrado, sob uma ótica material, o vinho apresenta a função de facilitar o estado alterado de consciência nos praticantes, como uma espécie de transe, permitindo-lhes o alcance de uma nova dimensão, pressupostamente mais próxima da comunicação com a divindade. Outros instrumentos sensoriais também podem ser utilizados como recurso para acessar essa dimensão, tais como o olfato, através de incensos e perfumes; a audição, por meio da música e outros sons que possam contribuir para um

estado de maior interiorização; a visão, que é aguçada pela arte e pela beleza no seu sentido estético, enfim, todos os sentidos podem contribuir para uma elevação do espírito, conforme descrito a seguir:

Outra função essencial do ritual, a de catalizador e gestor de emoções, é magistralmente manipulada pelo Culto. Na prossecução dos vários ritos, são feitos apelos aos sentidos, paladar, visão, olfacto e ouvido, cujas emoções são coordenadas com os fins a atingir. (COSTA, 2008, p.91)



Figura 36 – Durante a Festa do Divino de São Brás, na Ilha Terceira, Açores. Vinho armazenado em barris. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2012.

A complexa ritualização do vinho nas festas ocorridas nos Açores obedece a cerimoniais precisos, onde é valorizada a acumulação dos sentidos em diversos aspectos. Mesmo com certas distinções de rituais existentes de ilha para ilha, encontramos diversas semelhanças no transporte do vinho, onde carros decorados obedecem ao ritual e à coreografia do cortejo, chamando a atenção do público pela beleza de sua ornamentação e pelo chiado emitido por suas rodas. Também são emitidos sinais sonoros pelos foguetes que anunciam sua chegada à festa. O cortejo percorre um itinerário organizado de forma a

permitir a distribuição prévia do vinho pelas casas dos devotos que contribuíram para a realização da festa.

Ainda sobre os símbolos do conjunto alimentar, cabe ressaltar que a simbologia principal da carne nas festividades do Espírito Santo nos Açores está relacionada com a origem e a existência do “Bezerro do Espírito Santo”. Nas religiões primitivas europeias ele desempenhava, por excelência, o papel de animal cultural, tradicionalmente ligado ao sagrado. Inúmeros milagres são atribuídos a esse animal em diversos relatos feitos por participantes do culto, de acordo com Magina (2007):

A folia dos bezerros tem lugar na quinta-feira. A partir do momento que o Imperador ou Mordomo são nomeados, os bezerros são as suas prioridades. O cortejo dos bezerros sai da casa do Imperador ou Mordomo, até ao local onde calmamente os animais ainda dragam a verdejante pastagem. Depois de enfeitados com fitas, rosas, pombas e coroas de papel, de diversas cores, os bezerros seguem no cortejo, que é animado por elementos da Filarmónica, até o local do sacrifício. Os Imperadores no final do cortejo benzem os bezerros com o ceptro, enquanto os Mordomos o fazem com a vara do Espírito Santo. Consideram-se estas dádivas como sagradas. O criador do bezerro também poderá benzer os bezerros. Antes de ser distribuída, a carne é benta por um Sacerdote (p.36).

A carne é um elemento simbólico alimentar da Festa do Divino Espírito Santo que apresenta a maior ligação com as origens do culto. Embora atualmente o animal não seja morto de forma sacramental, a distribuição de sua carne é forte referência de manifestação de milagres e outros relatos de acontecimentos inexplicáveis, se destacando na tradição do culto. As imagens a seguir apresentam duas formas diferentes da utilização da carne nos rituais da Festa do Divino Espírito Santo nos Açores.

A figura 37 se refere ao cozido açoriano, servido durante a função ou bodo, que mistura num mesmo prato vários tipos de carne e vísceras: carne de boi, porco, frango, sangue coalhado, fígado e tripas. “[...] Cozido – grandes postas de carne de vaca, galinha (uma para cada panelão), sangue, fígado, toucinho, repolho aos quartos e por vezes batata” (MARTINS, 1983, p. 25).





Figura 37 – Detalhe de um prato típico servido na Festa do Divino de São Brás, na Ilha Terceira, Açores: O cozido açoriano. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2012.

Também nas refeições cerimoniais, geralmente é servida a alcatra, que diferente de nossa nomenclatura, não significa o corte da carne bovina e sim o modo de preparo que se assemelha a um cozido muito condimentado. De acordo com Martins:

[...] Alcatra – A carne escolhida, é passada com sal e vinho branco que se deita num alguidar especial, em barro cozido, chamado “alguidar de alcatra”, temperada com toucinho defumado às tiras, gordura (banha de porco), cebola, alho, pimenta e baga de cravo, indo ao forno a cozer. Serve-se no próprio alguidar (1983, p.25).

Na figura 38 são apresentadas as esmolas antes de serem abençoadas e distribuídas às famílias que auxiliaram na organização da festa, seja na doação de recursos financeiros, na recolha de donativos ou na doação de seu trabalho. A esmola é uma espécie de retribuição material sagrada, em forma de alimentos abençoados (pão, carne e “sopa do Divino”), doados pelo casal de organizadores, logo após a benção do padre.





Figura 38 – Detalhe das esmolmas antes de serem abençoadas e distribuídas na Festa do Divino de São Brás, na Ilha Terceira, Açores. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2012.

#### **4.2) - SIMBOLOS DO CULTO CATÓLICO**

O catolicismo traz consigo, diversos símbolos que despertam a experiência individual e transmudam-na em ato espiritual, em compreensão metafísica do mundo. Para um homem não religioso, os símbolos utilizados no culto do Divino Espírito Santo não possuem qualquer relação com o sagrado, enquanto que para um homem religioso, esses mesmos símbolos representam a corporificação da própria divindade.

Um exemplo disso é a utilização do pão e do vinho nas missas, que representam para a igreja católica o corpo e o sangue de Jesus Cristo,

denominado Eucaristia: fonte e ápice de toda a vida cristã. Assim é descrito no CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA:

[...] na comunhão, precedida pela oração do Senhor e pela fração do pão, os fiéis recebem o pão do céu e o cálice da salvação, o Corpo e o Sangue de Cristo, que se entregou para a vida no mundo. Porque este pão e este vinho foram, segundo a antiga expressão, eucaristizados, chamamos este alimento de Eucaristia, e a ninguém é permitido participar na Eucaristia senão aquele que, admitindo como verdadeiros os nossos ensinamentos e tendo sido purificado pelo Batismo para a remissão dos pecados e para o novo nascimento, levar uma vida como Cristo ensinou (2000, p.365)



Figura 39 – Detalhe de uma capa apresentada durante o desfile cerimonial na Festa do Divino em San Jose, na Califórnia, EUA. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2010.

A igreja é considerada para o homem religioso, especialmente o católico, como um espaço sagrado, assim como os símbolos envolvidos nas celebrações religiosas. Como demonstra Mircea Eliade:

[...] para um crente, essa igreja faz parte de um espaço diferente da rua onde ele se encontra. A porta que se abre para o interior da igreja significa, de fato, uma solução de continuidade. O limiar que separa os dois espaços indica ao mesmo tempo a distância entre os dois

modos de ser, profano e religioso. O limiar é ao mesmo tempo o limite, a baliza, a fronteira que distinguem e opõem dois mundos e o lugar paradoxal onde esses dois mundos se comunicam, onde se pode efetuar a passagem do mundo profano para o mundo sagrado (1992, p.28-29).



Figura 40 – Altar da Igreja Matriz N. Sra da Conceição em Viana. Fonte: arquivo pessoal. Autor: BOECHAT, Tom. Fotografia. Ano: 2011.

No culto do Espírito Santo são realizados ritos litânicos (ladainhas), preces e cânticos, o que o aproxima de outros procedimentos cristãos católicos. Constituem exemplos desta natureza a utilização da simbologia da pomba, da hóstia consagrada em corpo de Cristo e das línguas de fogo. Na fotografia acima, foi registrado o altar da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição durante a realização da missa no domingo de Pentecostes, considerado o clímax religioso da festa.

Observamos na imagem que além dos símbolos utilizados no próprio ritual, outros paramentos ficam em exposição, visando o enaltecimento da festa em toda a sua simbologia: as velas em cores e formatos especiais, as toalhas brancas rendadas em contraste com a cor vermelha do divino simbolizada nas bandeiras e as imagens sacras. Esteticamente tudo é pensado para valorizar a

festa em honra ao Espírito Santo, das vestes do padre às flores utilizadas na ornamentação.

Um dos símbolos do culto católicos mais utilizados nas celebrações é a pomba, que assume a representação do Divino Espírito Santo sob a forma de um mensageiro da palavra de Deus, que possui os sete dons (sabedoria, entendimento, ciência, conselho, fortaleza, piedade e temor de Deus). Por conta dos sete dons, em algumas representações, a pomba é acompanhada por fitas, por desenhos ou bordados que sinalizam os sete raios. Atualmente, essa representação pode passar de sete, sendo acrescentados os raios ou fitas em razão dos pagamentos de promessas em consequência dos inúmeros milagres alcançados.

Sendo a ave um dos símbolos mais poderosos da liberdade e da expansão da consciência, pela sua natureza arquetípica estando presente em praticamente todas as culturas (pomba, águia, falcão, fênix), simboliza e exprime, privilegiadamente, a relação entre o céu e a terra, entre o espiritual e o material. As aves representam os estados superiores dos seres, que se libertaram das questões terrestres e materiais, se ascendendo ao campo transcendental, realçando a importância fundamental do voo e da liberdade. A pomba simboliza a pureza, a paz e a representação inequívoca do Espírito Santo entre os cristãos. Basta recorrer ao início do Gênesis, onde o espírito de Deus se movia como uma ave, sobre a superfície das águas primordiais.

No detalhe da fotografia 41, observamos uma senhora em adoração contemplativa, se dirigindo à pomba do Divino como imagem sacra. Uma questão notável a ser destacada é que esses símbolos assumem essa função durante a realização da festa, sendo que em outros momentos os objetos são guardados, não sendo permitida a contemplação dos devotos.

No mastro que sustenta a pomba do Divino de Viana foram amarradas inúmeras fitas, de diversas cores. Durante as entrevistas com os religiosos e organizadores da festa, muitos relacionaram a existência das fitas ao alcance de milagres e a inserção delas seria uma forma de agradecimento à divindade.





Figura 41 – Religiosa em momento de devoção no Altar da Igreja Matriz N. Sra da Conceição em Viana. Fonte: arquivo pessoal. Autor: BOECHAT, Tom. Fotografia. Ano: 2011.

Ao serem indagados sobre as origens da imagem da pomba utilizada na celebração do Divino Espírito Santo em Viana, todos os entrevistados mencionaram o desconhecimento total sobre o assunto. Apenas uma das entrevistadas, Sr.<sup>a</sup> Felícia Pimentel, mencionou ter ouvido falar que a pomba e também a coroa foram trazidas para Viana na época do prefeito Luiz Lyrio, ou seja, na década de 1930. A mesma entrevistada que levantou esta questão foi imperatriz na década de 1970 e relatou que é devota fervorosa e vivencia a Festa do Divino Espírito Santo desde sua infância, quando seus pais, católicos praticantes, levavam-na para a festa. Afirmar que sua mãe mencionava sobre a existência de um estandarte vermelho que foi trazido de Portugal há muitos anos atrás. Esse estandarte era decorado com bordados em formato de pomba do Divino, sendo ladeado por fitas coloridas penduradas. Durante as folias destinadas ao peditório, que segundo relatos aconteciam na época, duas crianças vestidas de anjo acompanhavam o cortejo segurando as fitas que ladeavam o estandarte, abrindo caminho para o cortejo.

Outro entrevistado que também acrescentou algumas informações a respeito da existência da modalidade de peditório em formato de folias, foi o Sr. Alcelino

Lyrio, participante ativo da festa desde criança, que atuou como imperador na década de 1980. Segundo ele, na sua época de imperador já não mais existiam as folias. Suas lembranças são referentes à festa de antigamente quando era bem jovem.

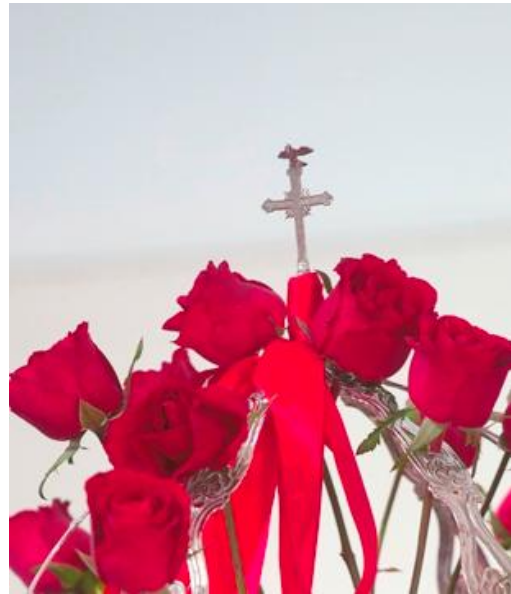
Também encontramos referências do simbolismo da pomba como o Espírito Santo materializado em praticamente todas as passagens referentes ao batismo de Jesus Cristo. Em Mateus 3, versículos 16 e 17: “Depois que Jesus foi batizado, saiu logo da água. Eis que os céus se abriram e viu descer sobre ele, em forma de pomba, o Espírito de Deus”. No evangelho de Marcos, capítulo 1, versículo 10, encontramos a seguinte passagem: “No momento em que Jesus saía da água, João viu os céus abertos e descer o Espírito em forma de pomba sobre ele”. Em Lucas 3, nos versículos 21 e 22: “Quando o povo todo ia sendo batizado, também Jesus o foi. E estando ele a orar, o céu se abriu e o Espírito Santo desceu sobre ele em forma corpórea, como uma pomba; e veio do céu uma voz: Tu és o meu Filho bem-amado; em ti ponho minha afeição”. No testemunho de João Batista, capítulo 1, nos versículos 32 e 33: “Vi o Espírito descer do céu em forma de uma pomba e repousar sobre ele. Eu não o conhecia, mas aquele que me mandou batizar em água disse-me: Sobre quem vires descer e repousar o Espírito, este é quem batiza no Espírito Santo.”

A Pomba merece uma atenção especial quanto a seu significado. Entre os gregos era consagrada à Afrodite, sendo símbolo de amor sublime. Na arte cristã é, sobretudo, símbolo do Espírito Santo. A pomba é citada em várias passagens da Bíblia, seja para anunciar a boa nova de que já havia terra firme (Gênesis 8, 10-12), seja para anunciar a paz divina advinda do batismo de Jesus Cristo (Mateus 3, 16) e outras passagens que se referem ao poder da Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, o Espírito Santo de Deus. De certo modo, os religiosos apontam para o fato de que a pomba simboliza os fiéis que gozam dos benefícios espirituais da ressurreição de Cristo e da paz da Igreja, durante a vida terrena, visando garantir essa mesma expectativa em sua futura morada celestial.



Figura 42 – Detalhe da Pomba do Divino Espírito Santo utilizada na festa de Viana. Fonte: arquivo pessoal.  
Autor: BOECHAT, Tom. Fotografia. Ano: 2011.

A simbologia do Divino pode ser encontrada inserida em outros símbolos utilizados no culto. Conforme as figuras 43 e 44 destacam, a pomba do Espírito Santo também está presente no topo das coroas, sinalizando que o poder divino deve sempre se sobrepôr ao poder imperial, ou seja, do homem. De forma semelhante, podemos verificar a utilização conjunta de diversos símbolos nas capas utilizadas nos Estados Unidos. Numa rápida análise às figuras 45 e 46 podemos notar que os bordados das capas fazem alusão à pomba, à coroa, à hóstia consagrada, às línguas de fogo e aos sete dons do Divino Espírito Santo.



Figuras 43 e 44 – Coroas do Divino utilizadas respectivamente, na festa de San José, na Califórnia e na festa de Viana, no Espírito Santo. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografias. Ano: 2010.

Ainda analisando os símbolos do culto católico, encontramos nas escrituras da Bíblia a passagem que relata as línguas de fogo, que em Viana são apresentadas em formato de fitas coloridas amarradas ao mastro que sustenta a pomba do Divino Espírito Santo. Em outras festas do Divino, essa simbologia também pode ser encontrada em bandeiras ou capas, sinalizada como raios que emanam da figura da pomba. Em Atos dos Apóstolos 2, nos versículos de 1 a 4, encontramos a seguinte passagem sobre Pentecostes, que menciona a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos de Cristo em forma de língua de fogo.

Quando chegou o dia de Pentecostes, todos eles estavam reunidos no mesmo lugar. De repente, veio do céu um barulho como o sopro de um forte vendaval, e encheu a casa onde eles se encontravam. Apareceram então uma espécie de línguas de fogo, que se espalharam e foram poisar sobre cada um deles. Todos ficaram repletos do Espírito Santo, e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito lhes concedia que falassem.





Fotografias 45 e 46 – Detalhes de uma exposição de capas utilizadas pelas mulheres durante a festa do Divino Espírito Santo em San José, na Califórnia, EUA. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Ano: 2010.

#### 4.3) - SIMBOLOS DO MODELO IMPERIAL

Vários elementos da forma e também das referências da Festa do Divino Espírito Santo remetem-se ao sentido imperial do culto, atribuídos à realeza portuguesa do início do século XIV: Rei Dinis e Rainha Isabel. A coroa e o cerimonial da coroação dão ênfase à simbologia da delegação de poderes ao homem comum, por meio do papel desempenhado na realização da Festa. São símbolos imperiais na Festa do Divino Espírito Santo: o império; a coroa; o cetro; a capa, a bandeira e o estandarte.

Para o Imperador o momento mais alto de toda a semana é a coroação. Os elementos que serão coroados podem ser crianças

e/ou adultos. O Imperador normalmente é coroado. A Filarmónica está a caminho, dando-se início à preparação do cortejo que parte para a Igreja. As bandeiras abrem o cortejo, seguindo-se as ofertas que irão ser entregues no Império, depois as coroas, e por fim a Filarmónica. Os convidados e familiares formam duas alas. O cortejo segue até à Igreja. Depois do sacerdote celebrar a eucaristia, é chegado o momento da coroação. Em frente ao altar, são colocadas em fila, todas as coroas que fazem parte desta cerimônia. Por detrás, ficam os respectivos acompanhantes. Recebendo o Sacerdote a Coroa, retira o ceptro, beijando-o e entregando-o a quem vai ser coroado. Levanta a coroa sobre a cabeça deste, e com o sinal da cruz, impõem-na de seguida. Esta cerimônia é repetida por todos os que serão coroados. (MAGINA, 2007, p.55)

O período tradicionalmente consagrado à realização dos festejos é conhecido como o “tempo dos Impérios” e nos apresenta o vínculo existente entre o ritual e suas formas de representação. Trata-se de um vínculo com uma dimensão sazonal muito forte, estendendo-se por entre o longo período existente entre o Domingo de Páscoa e o Domingo da Trindade<sup>23</sup>. No hemisfério norte, o tempo dos Impérios coincide de um ponto de vista sazonal, com a chegada da primavera. O pesquisador João Leal (1994), em sua obra *As Festas do Espírito Santo nos Açores* constata que:

[...] de um período do ano dominado pelo adormecimento da natureza e pela exaustão da fertilidade vegetal e animal, a sociedade acede então a uma fase do ciclo anual marcada pelo renascimento da natureza e pela regeneração da fertilidade (p.131)

O tempo dos Impérios, associados às ideias de reiteração das relações sociais, marca o início de uma fase do ciclo anual em que se tornam gradualmente dominantes as formas mais intensas de sociabilidade, envolvendo amplos e numerosos círculos de relacionamento social. Os Impérios podem ser vistos como um conjunto de cerimônias realizadas em honra e louvor do Divino Espírito Santo, articuladas em forma de reiteração cíclica de suas principais instâncias, sobre as quais se assenta essa organização social.

Esta dupla dimensão dos festejos é de alguma forma reflectida nas características de que se refere a representação da divindade, por intermédio de um símbolo – a Coroa do Espírito Santo – que, além das características religiosas que lhe são genericamente atribuídas,

---

<sup>23</sup> Domingo da Trindade é denominado o Domingo seguinte ao de Pentecostes.

possui também uma dimensão política. Responsável desde logo pela designação genérica atribuída aos festejos e aos seu promotor, esta articulação do religioso ao político transparece em numerosos outros aspectos do ritual. Entre eles destaca-se o facto de a cerimónia religiosa central de um Império consistir na coroação, verdadeira réplica de uma cerimónia de investidura do poder. (LEAL, 1994. p.151)

Desta forma, em relação aos Impérios, é possível constatar uma espécie de associação sistemática da simbologia religiosa com uma simbologia política, baseada em objetos de culto associados a comportamentos retirados do imaginário que remete ao poder. O Imperador é o detentor momentâneo da coroa e oficiante das cerimónias que se concentram nela, principal distribuidor e redistribuidor dos alimentos que, ao mesmo tempo em que homenageiam a divindade, patrocinam a reiteração cíclica das relações sociais a que os Impérios se entregam. É investido, no decurso dos festejos, de uma dupla função: no ponto de vista religioso, ele fornece à comunidade a ocasião para que ela expresse a sua devoção em relação ao Espírito Santo, operando como um intermediário entre a comunidade e a divindade; sob o ponto de vista sociológico, apresenta-se como a figura que intermedia a comunidade em sua representação cíclica de unidade e identidade. Através de suas funções de distribuidor e redistribuidor de alimentos, postula sua existência como elo da divindade com a sua própria comunidade.

Por outro lado, a designação de Império na Festa do Divino Espírito Santo também é atribuída a uma edificação que existe em grande quantidade no arquipélago dos Açores, especialmente na Ilha Terceira. Os Impérios são pequenas construções, geralmente em formato cúbico, que caracterizam uma particularidade no culto do Espírito Santo no arquipélago dos Açores. Devido à sua pequena dimensão e sua conseqüente incapacidade de abrigar as multidões de pessoas praticantes do culto, apresentam uma concepção funcional diferente das demais igrejas da religião católica e caracterizam-se por manterem o sentido inicial dos templos gregos, não sendo utilizados para a realização de cultos e preces, servindo apenas como morada (temporal) da divindade, abrigando os aparatos utilizados na celebração da Festa do Divino Espírito Santo.



Figuras 47 e 48 – Impérios localizados na Ilha Terceira, Açores. Fonte: arquivo pessoal.  
Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografias. Ano: 2010.

Alguns Impérios podem ser utilizados como ponto de apoio na realização das tradicionais touradas à corda ou outras festividades no arquipélago dos Açores. Muitos dispõem de um edifício de apoio, chamado de despensa e nele são guardados alguns utensílios e também alimentos (barris de vinho, pães, açafates de vime, etc.). Na despensa<sup>24</sup> também se realiza a benção do pão e do vinho que são oferecidos nas festividades dos Domingos de Pentecostes e da Trindade.

Tratando-se de uma estrutura sólida, tem, no entanto, o seu acesso por uma escadaria removível. Na sua fachada, a porta central é ladeada por duas janelas. O seu varandim de ferro fundido embeleza o pequeno espaço disponível para os visitantes. No cimo da fachada principal ostenta a coroa do Espírito Santo. No mastro eleva-se a bandeira do Espírito Santo. O império apenas abre as suas portas nos Domingos de Pentecostes e da Trindade. Ao entrar-se depara-se com o altar, que é uma estrutura onde são colocadas as coroas. Na parte inferior deste, existe uma pequena caixa de madeira para as promessas em dinheiro, destinadas ao Espírito Santo. São duas as

<sup>24</sup> Espécie de armazém anexo ao império.

mesas que estão colocadas no seu interior. Nos Domingos de Pentecostes e da Trindade, a mesa do lado esquerdo é da responsabilidade da Comissão do Império, enquanto a do lado direito é assumida pelo Imperador. Tanto a Comissão do Império, como o Imperador, disponibilizam nas respectivas mesas algo para se petiscar e beber. De tudo um pouco se encontra, destacando-se a massa sovada, o queijo de peso, os tremoços, as favas escoadas, os confeitos, o alfenim, os ovos recheados, o queijo de cabra, a carne assada, etc., sempre na mira de um jarro que no seu interior guarda o famoso vinho de cheiro, ou o sumo para saciar a sede. (MAGINA, 2007, p.7)



Figura 49 – Império localizado na Ilha Terceira, Açores. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2012.

O conjunto de imagens fotográficas apresentados anteriormente, de número 47 a 49, compreende diversas vistas frontais de impérios localizados na Ilha Terceira. Os edifícios só permanecem abertos durante a realização das festas e uma de suas funções é a guarda dos objetos de culto e o abrigo de materiais necessários para viabilizar a realização da festa profana, ou seja, bebidas, comidas, brindes que serão leiloados, entre outros.

Durante a minha segunda viagem de estudos aos Açores, realizada em junho de 2012 foi possível vivenciar de forma mais intensiva a utilização do império



como edificação pertencente à realização do culto. Durante os dois dias Festa em São Brás o império ficou aberto à visitação, tendo a mesa sempre posta com fatias de pão, petiscos e algumas bebidas.

As pessoas coroadas entravam obrigatoriamente no império após a procissão e em sua pequena varanda era realizado o leilão de diversos brindes, geralmente g neros alimentícios. Os visitantes que ainda não conheciam também eram gentilmente convidados a entrar e se servir. Por muitas vezes os impérios e despensas também servem para abrigar as pessoas das condi es climáticas bastante instáveis dos Açores, que de acordo com o ditado popular, apresenta uma espécie de clima onde é possível vivenciar todas as esta es do ano num só dia.



Figura 50 – Império de São Brás, localizado na Ilha Terceira, Açores. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2012.



Figuras 51 e 52 – Vistas (exterior e interior) do Império de São Brás, localizado na Ilha Terceira, Açores. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografias. Ano: 2012.



Figura 53 – Registro do convívio no interior do Império de São Brás, localizado na Ilha Terceira, Açores. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2012.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa não foi encontrado nenhum registro que remetesse à existência de impérios ou construções similares na cidade de Viana. Dessa forma, a festa é preparada nas casas de integrantes da comissão organizadora, incluindo o Imperador e a Imperatriz, e também nos espaços pertencentes à paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Durante a festa propriamente dita, são utilizados toldos e barracas de lona para servirem de espaços alternativos, com a função de abrigar as comidas que são

comercializadas e servirem de espaço de convivência, com mesas e cadeiras disponibilizadas para o conforto dos participantes.

Na celebração da Festa do Divino Espírito Santo, assim como o império é considerado símbolo do poder real, outra simbologia bastante utilizada está implícita no hasteamento de bandeiras e/ou estandartes, remetendo às conquistas realizadas pelos antigos reinados e às instituições religiosas em torno de uma devoção específica. A bandeira é definida como símbolo representativo de um estado soberano, país, ou qualquer organização tradicional.



Figura 54 – Bandeiras hasteadas durante a Festa do Divino em São Brás, na Ilha Terceira, Açores.  
Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2012.

Os estandartes e as bandeiras do Divino Espírito Santo geralmente são confeccionados em vermelho, simbolizando o fogo de Pentecostes e fazendo alusão à forma pela qual o Espírito Santo de Deus se manifestou aos apóstolos e à Virgem Maria no cenáculo<sup>25</sup>. Outra cor também muito utilizada é a branca, simbolizando a pureza do Espírito Divino. Em comum, todos possuem a

---

<sup>25</sup> Local onde ocorreu a última ceia.



representação da pomba, simbolismo do Espírito Santo, de onde frequentemente divergem vários raios de luz, em número de sete, representando os dons do Espírito Santo: sabedoria, entendimento, conselho, fortaleza, ciência, piedade e temor de Deus.



Figura 55 – Detalhe da bandeira do Divino utilizada na Festa de São Brás, Ilha Terceira, Açores.  
Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2012.

As bandeiras do Divino geralmente são confeccionadas no tecido adamascado vermelho com pombinhas e outros ornamentos bordados em tons de branco e dourado. A simbologia da bandeira sinaliza a aliança de Deus com seu povo, através dela a fé e a religiosidade são levadas por toda a cidade. A cor vermelha, predominante tanto nas flores como nos andores, nos arranjos da Igreja e paramentos é sinal do amor de Deus e representa também o sangue derramado pelos mártires. A decoração utilizada nas bandeiras e nos estandartes é bastante rica e variada, sendo frequente o aparecimento de motivos florais e arabescos nos bordados. Os mastros das bandeiras ostentam em seus topos uma imagem da pomba do divino pousada sobre uma esfera armilar<sup>26</sup>, esculpida em madeira, metal (figura 55) ou gesso.

Inicialmente, é importante notar que as bandeiras normalmente são vermelhas e trazem uma pomba branca, sempre de asas abertas, bordada no tecido. Na sua haste, a mesma pomba ornada com flores e fitas. A Associação Pró-Festa do Divino Espírito Santo (2009), apresenta as características principais das Bandeiras na Festa em Mogi das Cruzes:

Símbolo sagrado que representa o Espírito Santo para seus devotos. Sempre decor vermelha e com um desenho de pomba branca no centro. Umaz trazemdesenhos mais simples, outras trazem o Divino sobre raios, geralmente em número de sete, que simbolizam os Dons. Espalhados ao redor do centro e nos cantos, são dispostas flores de diversos tipos e cores, ou mesmo rostos de anjos. Esse trabalho manual é realizado geralmente pelo próprio devoto, e pode ser bordado, pintado ou aplicado. Os mastros das bandeiras ostentam em seus topos, uma imagem do Divino pousado sobre uma esfera armilar (o equivalente celeste a um globo terrestre), esculpida em madeira, metal ou gesso. Aqui, mais uma diferença; no mastro dos festeiros, o Divino apresenta-se sem ornatos, enquanto, na dos devotos, ele é todo enfeitado com flores em arcos. Na sua base, são atadas fitas coloridas de tamanhos diferentes, como ex-votos de graças recebidas. Há o costume, também, de os devotos darem nós nas fitas, a cada promessa que é feita (p.23).

Mesmo com a tendência de descaracterização da Festa ao longo do tempo, a bandeira é a última a desaparecer. Esta resistência deve-se ao fato de ser ela o símbolo mais presente no contato com o povo. Outro aspecto marcante na simbologia é a pomba. Ela representa o próprio Divino, a terceira pessoa da

---

<sup>26</sup> Equivalente celeste a um globo terrestre.

Santíssima Trindade, que coexiste com o Pai e o Filho durante toda a eternidade.

“[...] Nem gerado nem feito, procede, das duas pessoas por seu mútuo amor, como de um princípio. Espirado pelo Pai e o Filho é chamado o Espírito Santo, e, como propriedade Ihe atribuímos as obras de amor: regeneração, revelação, santificação” (CARLO FILHO, 1989: 21).



Figura 56 – Estandarte utilizado na Festa de San Jose, Califórnia, EUA. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2010.

A simbologia utilizada é composta por signos fundamentais e necessários à manutenção da tradição. Cabe destacar que o devoto é o maior exemplo de expressão da crença popular, é ele quem participa ativamente das festividades em homenagem ao Divino Espírito Santo dando significado e confirmando através da identificação com a bandeira, a pomba, mastro, e o império, todo vigoroso poder do símbolo.

A coerência entre ideais e comportamentos pode ser considerada como uma das garantias de longevidade de qualquer organização e assim, a sintonia existente entre o processamento do ritual e a economia de meios semânticos utilizados na expressãodos valores do culto ao Espírito Santo, reflete o sucesso que permeia a concordância entre o ritual e o ideal. O ritual exerce papel fundamental no contexto da celebração do Espírito Santo, sendo complementar ao seu sucesso, de acordo com as afirmações da pesquisadora Antonieta Costa:“O culto do Espírito Santo baseia a sua acção, fundamentalmente, na execução de certo número de ritos que, no seu conjunto, compõem o grande ritual, mais conhecido como: A Festa”. (2008, p. 89). Assim, podemos considerar que a predominância dos elementos simbólicos materiais e imateriais na performance da Festa do Divino Espírito Santo é a melhor contribuição para o entendimento do Culto e sua conseqüente preservação através dos tempos.

Pela natureza e número das estórias que acompanham o cotidiano do Culto, podemos nos aperceber do aflorar de uma consciência mítica que envolve o Culto em geral, parecendo ligá-lo a outras origens e tempos. A preservação desta consciência é um dos factores que fazem do Culto do Espírito Santo nos Açores uma espécie de “museu vivo”, uma vez que se alimenta de uma constante sondagem individual às memórias e costumes em prática, não se apoiando apenas no que é tido como “ortodoxo” dentro do Culto (COSTA, 2008, p. 71)

Dentro desse contexto constitui elemento principal o mastro por ser parte importante das festividades. A sua cerimônia de levantamento ocorre sempre nas imediações da catedral. O encarregado da confecção e cerimônia de levantamento à frente da matriz na véspera do domingo de Pentecostes se chama capitão do mastro e, na maioria das vezes, é indicado pelo festeiro. Outra parte importante a ser lembrada é o Império – local previamente



construído para acolher a imagem do espírito santo, as bandeiras do festeiro e as dos devotos, bem como a coroa e o cetro – compete ao pároco local dar início e ao bispo diocesano encerrar a cerimônia de abertura do império.

Dentro desse contexto, apresenta-se a figura do Imperador do Divino. Ele pode ser o próprio festeiro, como ocorre nas festividades em Mogi-SP ou uma criança como em várias cidades. A escolha de crianças, de aproximadamente dez anos, significa talvez uma tentativa de resgate da pureza perdida. Sendo assim, a figura mais importante nos festejos passa a ser o Imperador. A ele são atribuídos plenos poderes podendo, inclusive, interferir sobre as leis comuns.



Figura 57 – Detalhe da Coroa do Divino utilizada na Festa de Viana, ES. Fonte: arquivo pessoal. Autor: BOECHAT, Tom. Fotografia. Ano: 2012.

Outro símbolo do poder imperial de grande relevância para o culto do Divino Espírito Santo, em todas as localidades onde a celebração ocorre, é a coroa. A coroa é um ornamento ou adorno de cabeça, que evoca as questões de legitimidade, poder ou conquista. Atualmente, a cerimônia política de coroação é realizada apenas pela monarquia britânica, embora alguns países ainda mantenham suas coroas como símbolo nacional. Na religião católica, em cerimônias especiais, os cardeais e bispos, considerados os “príncipes da

Igreja”, usam uma mitra (forma estilizada da coroa tradicional). Já a tiara, um dos modelos mais nobres de coroa, é um atributo exclusivo do soberano pontífice.



Figura 58 – Coroa utilizada durante a Festa do Divino em São Brás, na Ilha Terceira, Açores. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Ano: 2012.

As coroas do Espírito Santo geralmente são feitas de prata batida, com quatro a seis imperiais ou braços, tendo no aro decorações em relevo e no topo uma pomba de asas abertas ou uma cruz, sinalizando a ligação entre a fé em Cristo e a fé no Espírito Santo.

Atravessado entre os braços e apoiado no aro, coloca-se o cetro, uma espécie de bastão torneado que às vezes recebe decorações em relevo, remetendo à simbologia do Divino. Homônimo do bastão utilizado pelos monarcas, o cetro também destaca o reconhecimento de autoridade real. Alguns cetros possuem uma pomba em sua extremidade superior, que remete ao simbolismo de realeza e hierarquia reconhecidos à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade.



Figura 59 – Coroas utilizadas durante a Festa do Divino em San Jose, na Califórnia, EUA. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2010.



Figura 60 – Coroa utilizada durante as funções e os bodos na Festa do Divino em São Brás, na Ilha Terceira, Açores. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2012.





Figura 61 – Coroa utilizada durante a Festa do Divino em São Brás, na Ilha Terceira, Açores.  
Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2012.



Figura 62 – Coroa utilizada na Festa do Divino em Viana, no Espírito Santo.  
Fonte: arquivo pessoal. Autor: BOECHAT, Tom. Fotografia. Ano: 2011.





Figuras 63 e 64 – Detalhes das coroas do Divino aplicadas na fachada dos Impérios localizados na Ilha Terceira, Açores. Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2012.

Do ponto de vista da historiografia, por exemplo, no período da escravidão, diz a tradição, que se libertavam escravos por ocasião das festividades. O mesmo ocorria em relação aos presos. Eles durante o ano escreviam cartas declarando seu arrependimento e faziam seus pedidos de liberdade. Sendo assim, o Imperador do Divino na semana da festa escolhia um preso para ser liberto.

Nos Açores, o Imperador é o detentor momentâneo da coroa e oficiante das cerimônias que se concentram nela, principal distribuidor e redistribuidor de alimentos que, ao mesmo tempo em que homenageiam a divindade, patrocinam a reiteração cíclica das relações sociais a que os impérios se entregam. É investido no decurso dos festejos, de dupla função: no ponto de vista religioso, ele fornece à comunidade a ocasião para que ela expresse a sua devoção em relação ao Espírito Santo, operando como um intermediário entre a comunidade e a divindade; sob o ponto de vista sociológico, apresenta-se como a figura que intermedia a comunidade em sua representação cíclica de unidade e identidade. Através do exercício de suas funções, postula sua existência como elo da divindade com a sua própria comunidade.

Em Viana, o “poder” do Imperador é compartilhado com a Imperatriz. Assim, diferente do que ocorre nos Açores, a coroa fica sob a guarda da Imperatriz, que a carrega durante as procissões e outros rituais religiosos da festa. Não encontramos, durante esta pesquisa, nenhum registro ou depoimento que remeta à possível existência da cerimônia de coroação na Festa do Divino Espírito Santo em Viana.



Figura 65 – cerimônia de coroação do Imperador, realizada durante a Festa do Divino em San José, Califórnia, EUA.  
Fonte: arquivo pessoal. Autora: MARIANO, Fabiene Passamani. Fotografia. Ano: 2010.

O Imperador e a Imperatriz do Divino são as figuras centrais nos rituais e na organização da festa. O casal de festeiros é formado por devotos que colocam seu nome à disposição e são escolhidos através de um sorteio. Além das tarefas de angariar recursos e de fazer o controle administrativo, eles percorrem as casas e comércio local, realizando um trabalho de divulgação da festa. A boa disposição dos festeiros e seu bom relacionamento com a comunidade são alguns dos principais fatores para o êxito da festa. A imagem dos festeiros assume grandes proporções perante a comunidade no âmbito social, econômico e político. Apesar de todo esse status é proibido tirar proveito da festa para benefício próprio.

O símbolo apresenta-se como o elemento formal da tradição. Não significa necessariamente isto ou aquilo, mas antes testemunha um sistema, uma referência, virtualmente presente nas relações humanas. Eles dão forma e dimensões religiosas à manifestação cultural.



Figura 66 –Imperadores de Viana do ano de 2011, carregando os objetos de culto durante a procissão do Domingo do Divino. Fonte: arquivo pessoal. Autor: BOECHAT, Tom. Fotografia. Ano: 2011.

A bandeira, a pomba, a coroa, o mastro e os outros objetos de culto são fundamentais para a constituição do universo simbólico e, assim, são os responsáveis por fazer a mediação entre o devoto e a divindade. Contudo, é na força devocional da tradição que podemos buscar explicações para permanência desta festa na cidade de Viana. Embora os novos caminhos para as manifestações populares e, principalmente as festas do Divino sejam incertos, foi possível constatar a existência de pessoas que, movidas pela devoção ao Divino Espírito Santo, trabalham com afincamento pela continuidade desta tradição.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abordou a Festa do Divino Espírito Santo realizada na cidade de Viana – ES como elo entre as memórias da terra de origem e a religiosidade presentes nesse culto cristão católico, elemento primordial para a valorização da memória e do patrimônio cultural. No desenvolvimento desta dissertação, relacionamos a festa aos conceitos de patrimônio e memória, apresentando a trajetória do chamado patrimônio cultural e do desenvolvimento das políticas públicas para preservação do mesmo no Brasil e no mundo. Analisamos a festa de Viana a partir da metodologia utilizada para o registro da Festa do Divino Espírito Santo realizada em Pirenópolis, Goiás. As referidas festas chegaram até as duas localidades por meio da imigração açoriana, no início do século XIX.

A Festa do Divino em Viana foi acompanhada durante os anos de 2010 a 2012. A observação participativa ocorreu desde as reuniões de preparação, onde são definidos os rumos que a festa irá tomar, até a sua própria conclusão, que acontece ao final da tarde do Domingo de Pentecostes, quando são sorteados os Imperadores para a festa do ano seguinte. Além do acompanhamento da festa nos dias atuais, tentamos construir um panorama sobre o modo de realização da festa no passado, através de documentos e depoimentos colhidos durante as entrevistas.

Foram realizadas três viagens de estudo para o acompanhamento e registro de Festas do Divino realizadas em outras localidades, assim, em 2010 estive na Califórnia - EUA e na Ilha Terceira – Açores e no ano de 2012, estive novamente nos Açores para a conclusão da pesquisa. O material coletado durante as viagens foi bastante significativo para o desenvolvimento desta dissertação, contribuindo para a comparação da simbologia e utilização dos objetos de culto. Pela restrição do tempo não foi possível utilizar todo o material, e dessa forma ainda existem muitas possibilidades de trabalhar o material recolhido, podendo ser aproveitado para um posterior estudo de doutorado.

Os moradores de Viana acreditam na importância da Festa do Divino como patrimônio cultural, de extrema importância para a memória da cidade. Este estudo abre caminho para o necessário registro desta tradição de origem açoriana, pois não existe anteriormente nenhum trabalho sistematizado cientificamente que tenha se ocupado do desenvolvimento deste tema.

Os primeiros estudos sobre o patrimônio cultural no Brasil tiveram as marcas do tempo e da base conceitual de quem os produziram e induziram, contribuindo para o aflorar de questionamentos fundamentais sobre a continuidade das desigualdades sociais que ainda se refletem nas expressões culturais. Acerca deste assunto, constatamos que as políticas socioculturais somente inovam quando compreendem corretamente os modos de criação, divulgação e consumo populares. Assim, quando se evidencia a contribuição dos diferentes olhares acerca de um mesmo assunto, podemos enxergar, de forma mais coesa, a complexidade de como é constituído o patrimônio cultural.

A preservação e o uso do patrimônio cultural brasileiro constituem um problema de interesse contemporâneo, implicando em noções de valorização do bem cultural, tentando evitar o perigo da destruição. É na vida e no uso social do bem cultural que reside o sentido da preservação. Neste campo estão em jogo diferentes atores sociais, encarnando diferentes memórias, poderes, preservações, resistências, esquecimentos e destruições. Foi preciso esperar mais de meio século para que a legislação brasileira incorporasse o intangível ao conjunto de bens culturais, assumindo assim a responsabilidade de “proteger “as culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e as de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (artigo 215 da constituição federal brasileira).

Com a instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, no ano de 2000, foram ampliadas as possibilidades de preservação da diversidade de nosso patrimônio cultural, porém o tema continua em debate, sendo constantemente revisto, revisitado e rediscutido. A construção do patrimônio cultural brasileiro constitui também uma narrativa sobre o Brasil, visto que nela estão as marcas dos narradores, pois, a memória cristaliza-se quando seu

objeto já não existe mais, sendo uma recriação que guarda as continuidades e diferenças em relação ao passado vivenciado a que se reporta.

Vivemos num mundo globalizado, em constante mudança, onde a cada dia aumentam as preocupações com o patrimônio cultural. Algumas tradições, usos e costumes, saberes próprios de cada cultura que já atravessam séculos, estariam correndo o risco de desaparecimento. Todo patrimônio configura um discurso singular e desta forma, estamos sendo movidos por uma espécie de temor da perda de referências importantes, com relação ao acervo cultural deste planeta. A preservação de um conjunto de bens (tangíveis ou intangíveis) não constitui por si só um patrimônio. É preciso que os atores dessa prática social reconheçam e agreguem valores a esse mesmo conjunto de bens, que poderá ser transmitido de uma geração para outra, como também poderá ser partilhado numa mesma geração.

Essa reflexão aponta para a continuidade do processo de investigação da comunidade, constituindo-se como uma pequena análise que formulou a intenção de entender a continuidade de alguns traços da cultura açoriana na cidade de Viana, como é o caso da Festa do Divino Espírito Santo. Uma tradição que se perpetua a partir de suas singularidades num espaço delimitado que define um grupo e suas reminiscências, objetivando a garantia de que suas memórias resistam às consequências do esquecimento naturalmente imposto pelo tempo.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Marta. **O Império do Divino**: Festas Religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2ª Ed, 2009.
- AÇORES, Presidência do Governo Regional dos Açores. **Pelo sinal do Espírito Santo/By the signo f the Holy Spirit**. Angra do Heroísmo: DRC, 2007.
- ANGELO, Elis Regina Barbosa. **Trajetórias dos imigrantes açorianos em São Paulo**: Processos de formação, transformação e ressignificação das representações culturais. Doutorado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC-SP, São Paulo, 2011.
- APALHÃO, João Antônio; ROSA, Victor M. Pereira. **Da emigração à aculturação**: Portugal Insular e Continental no Quebeque. Coleção Diáspora. Angra do Heroísmo: 1980.
- ARAÚJO, Alceu Maynard. **Folclore Nacional**. Vol. 2 Danças, Recreação, Música. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- ARAÚJO, Ana Maria R. Camara. **Festas, bailados, mitos e lendas**. Vol 1. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Festa do Divino e suas transformações na comunicação e na cultura**. São Paulo: Andreoss, 2005.
- BALESTRERO, Heribaldo Lopes. **Subsídios para o estudo da geografia e da história do município de Viana**. Vitória, 1951.
- \_\_\_\_\_. **O Povoamento do Espírito Santo**: a marcha da penetração do território. 2ª Ed. Viana: JEP Gráfica, 2012.
- BARROSO, Vera Lúcia Maciel (org.). **Açorianos no Brasil**: história, memória, genealogia e historiografia. 1ª Ed. Porto Alegre: EST, 2002.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada Edição Claretiana**, 13ª Ed. São Paulo: Ave-Maria Ltda, 1998.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada Edição Pastoral**. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Edições Paulinas, 1990.



- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A cultura na rua**. Campinas: Papyrus, 1989.
- BURKE, P. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.
- CARLO FILHO, José de & RODRIGUES FILHO, José Maria. **Mogi das Cruzes: das origens à Festa do Divino**. Mogi das Cruzes: Diafragma, 1989.
- CARVALHO, Maria Michol Pinho de. **Divino Espírito (Re)ligando Portugal/Brasil no Imaginário Religioso Popular**. Anais do VI Congresso Português de Sociologia. Lisboa: Junho, 2008.
- CASALEGNO, Federico. **Memória Cotidiana: comunidades e comunicação na era das redes**. Porto Alegre: Sulinas, 2009.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 6ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1988.
- CASSIRER, Ernst. **Filosofia de las Formas Simbólicas**. México: Fondo de Cultura Económica, 2ª Ed, 1998. (traducción de Armando Morones)
- \_\_\_\_\_. **Linguagem e Mito**. São Paulo: Perspectiva, 2006. (tradução J. Guinsburg, Miriam Schnaiderman)
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. **Edição Típica Vaticana**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- CHARTIER, Roger. **História Cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação da Liberdade, 2006.
- CORTÊS, Gustavo Pereira. **Dança Brasil!: festas e danças populares**. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2000.
- COSTA, Antonieta. **O Culto do Espírito Santo/ The Cult of the Holy Spirit**. Esquilo edições e multimídia. Lisboa: 2008, 1ª edição.
- \_\_\_\_\_. **O Poder e as Irmandades do Espírito Santo**. Açores: DRC: Ed. Rio dos livros, 1999.

- COSTA, Antonieta; FELIX, Emanuel; FONSECA, Helder; CABRAL, Mario. **Pelo Sinal do Espírito Santo / By the Sing of the Holy Spirit**. Açores: DRC, 2007.
- DUARTE, Mário; RAACH, Karl-Heinz. **As Festas do Espírito Santo na Ilha Terceira – A Dádiva e a Partilha/The Holy Ghost Celebrations in Terceira Island – A Way of Giving and Sharing**. Angra do Heroísmo: Blu Edições, 2004, 1ª edição.
- DUARTE JR., Tomaz. **O Culto do Espírito Santo**. Açores: DRC, 2001.
- DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ELÍADE, Mircea. **Imagens e Símbolos**: ensaios sobre o simbolismo mágico religioso. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- \_\_\_\_\_. **O Sagrado e o Profano**: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FONSECA, M. **O patrimônio em processo**: trajetória da política de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1997.
- GTPI. Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. **O Registro do Patrimônio Imaterial**. Brasília: Ministério da Cultura/Inst. do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006, 4ª edição.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1. Ed. – Reimpressão. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O patrimônio como categoria de pensamento**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj; Unirio, 2003. p. 21-29.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “Patrimônio, Memória e Etnicidade: reinvenções da cultura açoriana”. In: **Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: MinC/Iphan, 2007.
- GONÇALVES, José Reginaldo; CONTINS, Márcia. “Entre o divino e os homens: a arte nas festas do divino Espírito Santo”. Horizontes Antropológicos, vol. 14
- HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais**. Brasília: Departamento de Identificação e Documentação do Iphan, 2000.
- IPHAN. **O Registro do Patrimônio Imaterial**. Brasília: MinC, 2000.

- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas, SP: Edunicamp, 1986. 3ª edição
- LEAL, João. **Açores, EUA, Brasil: Imigração e Etnicidade**. Açores: DRC: Nova Gráfica, 2007.
- 
- \_\_\_\_\_. **As Festas do Espírito Santo nos Açores: um estudo de Antropologia Social** (Coleção Portugal de Perto; 29). Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994. 1ª edição.
- MAGINA, João Manuel. **O Ciclo do Espírito Santo / The Holy Ghost Cycle**. Açores: Nova Gráfica, 2007.
- MARCONI, Marina de Andrade. **Cultura e Sociedade**. In: LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia Geral*. São Paulo: Atlas, 1985.
- MARTINS, Francisco E.de Oliveira. **A Festa nos Açores**. Lisboa: Serafim Silva, 1992, 1ª edição.
- 
- \_\_\_\_\_. **Em louvor do Divino Espírito Santo – Fotomemória**. Região Autónoma dos Açores: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.
- MAUSS, M. “Ensaio sobre a Dádiva”. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- MEC/SPHAN/FNPM. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: MEC/SPHAN/FNPM, 1980.
- MONIZ, Humberto. **Recordando as Grandes Festas do Divino Espírito Santo** (1976-77-78 e 1987-88). Ponta Delgada: DRC, 2008.
- MORAES FILHO, José Alexandre Melo. **Festas e Tradições Populares do Brasil**. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1979.
- NEVES, Guilherme Santos. **Coletânea de estudos e registros do folclore capixaba: 1944-1982**. Vitória: Centro Cultural de Estudos e Pesquisas do Espírito Santo, Volume 2, 2008.
- NUNES, Lélia Pereira da Silva. **Caminhos do Divino: Um olhar sobre a Festa do Espírito Santo em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 1ª Ed, 2007.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: FGV, 1ª Ed, 2008.
- PANOFISKY, Erwin. **Significado nas Artes Visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2009. (tradução Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg)
- RODRIGUES, M. **Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987**. São Paulo: UNESP, 1999.

SANTOS, M; SILVEIRA. M. L. (org). **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 9ª Ed, 2004.

VEIGA, F. B., **A Festa do Divino Espírito Santo, Goiás: Polaridades Simbólicas em torno de um Rito**. Niterói: Departamento de Antropologia/UFF, 2002 (Dissertação de Mestrado).

#### SITES CONSULTADOS:

Governo dos Açores - <http://www.azores.gov.pt>. Acesso em 03/03/2011.

IPHAN – <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em 11/06/2011.

Núcleo de Estudos Açorianos - <http://www.neaufsc.br>. Acesso em 11/06/2011.

UNESCO – <http://www.unesco.org.br>. Acesso em 11/06/2011.

Portal do Divino – <http://www.portaldodivino.com>. Acesso em 21/08/2011.

RTP Açores - <http://ww1.rtp.pt/>. Acesso em 21/08/2011.

#### DOCUMENTOS ELETRÔNICOS:

Revista Nures nº 15 – Maio / Agosto 2010 – Núcleo de Estudos Religião e Sociedade – Pontifícia Universidade Católica – Disponível em: <http://www.pucsp.br/revistanures> SP ISSN 1981-156X. Acesso em 01 de julho de 2011.

GONÇALVES, J. R. S. e CONTINS, M. **Entre o Divino e Os Homens: A Arte nas Festas do Divino Espírito Santo**. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 67-94. Jan./jun. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ha/v14n29/a04v14n29.pdf> . Acesso em 01 de julho de 2011.

SPINELLI, Céline. **Brindando o Divino em Pirenópolis: interfaces de uma festa popular**. Enfoques – revista dos alunos do PPGSA – UFRJ, v. 10 (1), maio 2011. Online. Pp. 41-55. <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/~enfoques/>. Acesso em 08 de julho de 2011.